

A portrait of Marcionillo Antônio de Souza, a man with a mustache and a dark suit, looking slightly to the right. The portrait is set against a textured, light-colored background.

**Programa de Pós-Graduação em História -
PPGH
Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas –
FFCH
Universidade Federal da Bahia – UFBA**

**De tropeiro a coronel: ascensão e
declínio de Marcionillo Antônio de
Souza (1915-1930)**

João Reis Novaes

**Orientador
Prof. Dr. Dilton Oliveira de Araújo**

Salvador, agosto de 2009

**Programa de Pós-Graduação em História - PPGH
Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas – FFCH
Universidade Federal da Bahia – UFBA**

De tropeiro a coronel: ascensão e declínio de Marcionillo Antônio de Souza (1915-1930)

João Reis Novaes

Dissertação apresentada ao
Programa de Pós-Graduação,
curso de Mestrado em História,
Universidade Federal da Bahia,
como requisito parcial para
obtenção do grau de Mestre.
Orientador: Prof. Dr. Dilton Oliveira
de Araújo

Salvador, agosto de 2009

Novaes, João Reis

N935 De tropeiro a coronel: ascensão e declínio de Marcionillo Antônio de Souza (1915-1930) /

João Reis Novaes. – Salvador, 2009.

153 f.

Orientador: Prof. Dr. Dilton Oliveira de Araújo

Dissertação (mestrado) – Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, 2009.

1. Coronelismo. 2. Oligarquia. 3. Primeira República I. Araújo, Dilton Oliveira de. II. Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. III. Título.

CDD –



Universidade Federal da Bahia
Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas
Programa de Pós-Graduação em História

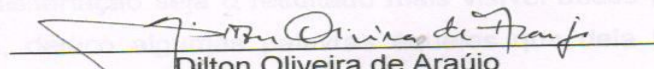
FOLHA DE APROVAÇÃO

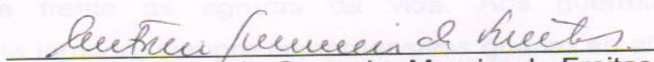
**DE TROPEIRO A CORONEL: ascensão e declínio de
Marcionillo Antônio de Souza (1915-1930).**

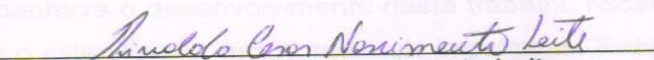
JOÃO REIS NOVAES

Dissertação submetida à defesa pública como parte dos requisitos
necessários à obtenção do grau de Mestre em História Social.

Aprovada por:


Dilton Oliveira de Araújo
Doutorado em História – UFBA
Universidade Federal da Bahia


Antonio Fernando Guerreiro Moreira de Freitas
Doutorado em História pelo Université de Paris IV (Paris-Sorbonne) França
Universidade Federal da Bahia


Rinaldo César Nascimento Leite
Doutorado em História pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
Universidade Estadual de Feira de Santana

AGRADECIMENTOS

Neste momento, fico feliz em agradecer as pessoas que contribuíram para que eu pudesse finalizar mais uma etapa da minha vida acadêmica. Mesmo correndo o risco de cometer omissões, não poderia deixar de expressar o meu agradecimento e reconhecimento a colaboração das pessoas listadas abaixo.

O fato de chegar ao final, sem sombras de dúvida, tem um sabor muito especial. E o fantástico é que já sinto o cheiro de recomeço. Ao longo dessa jornada, toda vez que apareceu obstáculos, sempre encontrava alguns de vocês carinhosamente falando: vai passar, seja forte, você é guerreiro, você pode! Fazendo com que, ao invés de entregar os pontos, lutasse e continuasse a caminhada. Se o desafio foi enorme, as motivações, graças a Deus, foram maiores.

Talvez esta dissertação seja o resultado mais visível desse processo de construção. Assim, dedico algumas palavras àqueles que dela fazem parte direta ou indiretamente ou, ainda, pelo fato de simplesmente existirem. À família que constituiu sábios companheiros dos momentos de reflexão, ausência e abstração. A Iracema Lima, companheira e amante que teve a paciência de enfrentar meus momentos de nervosismo e desestímulo e sempre afirmar a minha capacidade frente às agruras da vida. Aos guerreirinhos mais companheiros desta jornada, sempre compreensivos quanto ao afastamento e ausência em momentos especiais; a Filipe, astuto observador do processo de aprendizagem/formação da carreira acadêmica – “valeu Velho”, obrigado pela sua confiança e apoio; a Ciro, meu Filhote lindo, sempre perguntado “pai, vai demorar muito?” - Aqui está, filho! Começaremos outra etapa em breve; a João Rafael, que acompanhava o desenvolvimento deste trabalho riscando os meus livros e desligando o estabilizador nas horas mais impróprias. Essa era a forma que ele usava para falar: - Pai, estou aqui, quero atenção. Isso fazia com que parasse de trabalhar e gozasse de boas brincadeiras ao seu lado. Valeu família conseguimos.

A meu pai e a minha mãe, os mais profundos agradecimentos por ensinar-me o significado da ética, da coragem, da perseverança. Junto a eles, o meu amor incondicional aos meus queridos irmãos que loucamente sempre acreditaram que eu poderia mais!

Ao professor Dr. Dilton Oliveira de Araújo, agradeço, sobretudo, a oportunidade de aprendizado vivenciada ao longo deste trabalho. Tenha certeza que carrego a mais profunda admiração. Obrigado pelo seu apoio, tempo e paciência e que Deus continue te abençoando.

À família Sardinha, Reis Novaes e Oliveira Lima. Vocês foram fundamentais nessa reta final; somente os bons são capazes de abrir as portas do coração e receber o outro com tamanho afeto. Vocês pertencem a esse time!

Aos amigos Alex Guimarães, Daniel Costa, Etevaldo Reis, Cleberson Novaes e os seus demais companheiros de República, muito obrigado por, nos momentos de *stress*, socializarem a cerveja e o papo sobre as nuances do coronelismo.

À banca de defesa, Prof. Dr. Antônio Guerreiro de Freitas, Dr. Rinaldo César Nascimento Leite e ao incansável Prof. Dr. Dilton Oliveira de Araújo, não só pela disponibilidade para realizar a tarefa de julgamento deste trabalho, mas pelas contribuições que trarão como crítica ou sugestão. Destaco agradecimentos ao Prof. Dr. Israel Oliveira Pinheiro que, no exame de qualificação, analisou e trouxe sugestões preciosas para o desenvolvimento deste trabalho.

Aos queridos amigos do mestrado. Os nossos encontros foram fundamentais para que eu pudesse melhor compreender as possibilidades da natureza humana.

Aos funcionários do Arquivo Público do Estado da Bahia, do Arquivo da Prefeitura Municipal de Maracás, do Arquivo do Fórum Washington Luiz, da Biblioteca Central da Bahia e da Biblioteca do Instituto Histórico e Geográfico da Bahia, ao Setor de Microfilmagem da Biblioteca da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas – UFBA, em especial a Fábio Félix Nascimento, muito obrigado pela paciência e pelo profissionalismo.

Aos professores José Alves Dias e Ruy Medeiros pela orientação nos primeiros passos do projeto de pesquisa. Ao professor Carlos Tadeu Botelho pela leitura e sugestões apresentadas. Ao pessoal da Secretaria do Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Federal da Bahia, que com todo o carinho e competência sempre procurou nos auxiliar.

Aos senhores Elmo Meira, Manoel e Joaquim Rocha pelas tardes de conversas a respeito de Maracás e do Coronel Marcionillo Souza.

À CAPES que, por meio da concessão de uma bolsa, facilitou a realização da pesquisa ora apresentada.

RESUMO

O presente trabalho se insere na discussão do sistema coronelista vigente durante a *Primeira República* (1889/1930). Tal sistema fundamentou as suas práticas em uma rede complexa de compromissos firmados entre a esfera pública e a privada, a envolver desde a parentela do coronel até o Presidente da República. Considerando a possibilidade de haverem especificidades nesse sistema, este trabalho analisa as estratégias adotadas pelo Coronel Marcionillo Antônio de Souza para tornar-se chefe político do município de Maracás e região e, para isso, busca identificar e compreender os conflitos estabelecidos entre seu grupo, denominado de Rabudos, e o que lhe fazia oposição, os Mocós, bem como a significativa participação do Coronel no movimento que ficou conhecido pela historiografia como *Levante Sertanejo* (1919/1920). O recorte temporal privilegiado por este trabalho abrange o período que vai de 1915 a 1930 e a sua delimitação espacial circunscreve a atual Região Centro-Sul e as suas fronteiras com a Chapada Diamantina e com o Sul do Estado da Bahia, áreas que conviviam com a influência direta do Coronel Marcionillo Souza.

PALAVRAS-CHAVES: Política; Coronelismo; Oligarquia; Primeira República.

ABSTRACT

The present work inserts the discussion of the coronelista effective system during the First Republic (1889/1930). Such system based their practices in a complex net of commitments between the public and private sphere, to involve from the Coronal until the Republic's President. Considering the possibilities of that system, this work analyzes the strategies adopted by Coronal Marcionillo Antônio de Souza to turn the political boss of the municipal district of Maracás, for that, search to identify and to understand the established conflicts among his group, denominated Rabudos, and his opposition, Mocós, as the Coronal's significant participation in the movement that was known for the historiography as *Levante Sertanejo* (1919/1920). The temporary privileged cutting for this work includes the period that is going from 1915 to 1930 and the space delimitation bounds the current Center-South Region and their borders with Chapada Diamantina and with the South of Bahia, areas that they lived together with Coronal Marcionillo Souza's direct influence.

WORD-KEY: Political; Coronelismo; Oligarchy; First Republic.

LISTA DE MAPAS

Bahia 2002	19
Limites de Maracás em 1917	25
Estado da Bahia – Divisão Político-administrativa, 1889	67

LISTA DE TABELAS

Tabela I – População de Maracás	27
Tabela II – Borracha exportada pela Bahia	31
Tabela III – Número de eleitores de alguns municípios do Interior da Bahia Controlados por Figuras de Relevante Destaque no Cenário Político, Durante a <i>Primeira República</i>	48
Tabela IV – Localidades Saqueadas pelos Cauassús	76

LISTA DE FIGURAS

Foto 01 – Principais Chefes dos Rabudos	62
Foto 02 – Tranquilino Antônio de Souza	124
Foto 03 – Armas Apreendidas em Maracás e Região	126

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico I – Borracha Exportada pela Bahia (1897-1925)	32
Gráfico II – Número de Eleitores Registrados em Maracás (1905-1934)	48

LISTA DE ABREVIATURAS

APEB	Arquivo Público do Estado da Bahia
AFWT	Arquivo do Fórum Washington Trindade
APMM	Arquivo da Prefeitura Municipal de Maracás
ACMVM	Arquivo da Câmara Municipal de Vereadores de Maracás

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	15
01 – O PALCO DOS EMBATES	24
Economia	27
Vias de Comunicação	33
Cenário Político	42
Chegada de Marcionillo de Souza a Maracás	54
02 – PACTOS, CONFLITOS E COERÇÃO NO SERTÃO DA BAHIA	60
Rabudos e Mocós	61
O Chefe dos Mocós	63
A Aliança dos Mocós com os Cauassús	64
A Invasão e Saque de Maracás	70
Breve Armistício	74
Onda de Saques	75
Segunda Intervenção	78
A “Caça” aos Cauassús	82
“Deixe-nos com os Cauassús”	84
Retorno dos Cauassús	87
Terceira Intervenção	89
03 – O CHEFE DOS RABUDOS NA CAMPANHA DE LIBERTAÇÃO DA BAHIA	94
Fatores que Contribuíram para o Levante Sertanejo	95
Rearticulação da Oposição	98
A Adesão dos Coronéis do Interior ao Movimento Opositor	103
O Sertão se Levanta Contra a Capital	108
A Intervenção Federal	114
O Declínio Político	122
CONSIDERAÇÕES FINAIS	132
OBRAS CONSULTADAS	136
DOCUMENTOS CONSULTADOS	140
PERIÓDICOS CONSULTADOS	143

ANEXOS	144
01 - Estrada de rodagem	145
02 – Entrevista – Elmo Meira	146
03 – Entrevista – Manoel Bezerra	150
04 – ABC, sobre o Coronel Marcionillo de Souza	153

INTRODUÇÃO

Este é um trabalho que se situa no âmbito da História Política, um campo de estudo que, após décadas de abandono por parte do mundo acadêmico, vem adquirindo estatura e valor, liberto que foi dos seus mais graves defeitos, a respeito dos quais já foram realizados importantes reflexões.¹ Entende-se que as pressões exercidas através das relações estabelecidas entre as nações no cenário internacional do pós-Segunda Guerra Mundial refletiram significativamente na vida interna de cada país, evidenciando que a política exerce influência sobre o destino dos povos e das existências individuais. Isso se tornou mais evidente a partir do aumento das atribuições do Estado moderno, perspectiva que contribuiu decisivamente para a afirmação de que o político possui uma “consistência própria e dispendo mesmo de uma certa autonomia em relação aos outros componentes da realidade social”.²

A renovação da história política foi também influenciada pelo contato com outras ciências. Desse modo, a natureza do político e o sentido de suas relações com as outras séries de fenômenos propiciam mecanismos que permitem uma melhor análise e, maior compreensão da articulação do todo social, numa perspectiva de longa duração, reveladora de experiências humanas no tempo, objeto do conhecimento histórico. Fazendo uso das palavras de Rémond, considera-se que o político não constitui um setor separado,

é modalidade da prática social, desta maneira, o econômico, o cultural, o cotidiano, o social e o político se influenciam mutuamente e desigualmente de acordo com as conjunturas e estruturas que permeiam, guardando ao mesmo tempo cada um a sua vida autônoma e seus dinamismos próprios.³

Por meio da investigação histórica, existe a possibilidade de se perceber mecanismos importantes da política, demonstrando como esta foi influenciada e influenciou a mentalidade dos indivíduos em um dado momento histórico. Considera-

¹ Ver: RÉMOND, René. *Por uma História Política*. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 1996. FALCON, Francisco. *História e Poder*. In: CARDOSO, Ciro Flamarion e VAINFAS, Ronaldo (Org). *Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Ed. Campos, 1997.

² RÉMOND, René, op. cit., 1996, p. 23

³ RÉMOND, René, op. cit., 1996, p. 35.

se ainda que a correlação dos fatores econômicos, políticos e culturais, revelados na cotidianidade histórica, comprovam a dinâmica de uma sociedade que está em processo constante de se desconstruir e se reconstruir continuamente. Diante de tais ponderações, concebe-se que, ao analisar a realidade de uma sociedade e das suas experiências históricas, não é prudente que o historiador divorcie os fatores políticos dos fatores econômicos, sociais e culturais, pois a dissociação nega a dinâmica social e, portanto, abandona a análise histórica quanto às suas diversas possibilidades de abordagem.

A abertura para outras disciplinas sinaliza também que o campo do político não só tem fronteiras indefinidas, como também aponta para dimensões variadas. Lidar com essas variáveis no tempo longo tem sido materializado em uma das funções inerentes ao pesquisador que estuda o tempo histórico, suas permanências/transformações verificadas na sociedade. Diante disso, pode-se perceber que a renovação da História Política foi possível a partir do diálogo com as demais disciplinas das Ciências Humanas, conforme as reflexões de Rémond ao salientar que:

[...] a renovação da história política foi grandemente estimulada pelo contato com outras ciências sociais e pelas trocas com outras disciplinas [...]. É impossível para a história política praticar o isolamento: ciência-encruzilhada, a pluridisciplinaridade é para ela como o ar de que ela precisa para respirar.⁴

Deste modo, as análises acerca da política manifestada em diversos períodos da história brasileira, renovam-se constantemente devido à crescente utilização de abordagens multidisciplinares. Evidencia-se, cada vez mais, que a diversidade de instrumentos teóricos é indispensável para uma melhor apreensão dos fenômenos políticos. Desse modo, busca-se avançar no conhecimento de como o coronelismo foi vivenciado, experimentado e transformado através da trajetória e dos projetos de seus atores concretos.

Nessa perspectiva, considerando o renascimento da História Política e os inúmeros trabalhos acadêmicos que acompanham a renovação dos estudos deste campo, o presente trabalho tem a pretensão de discutir o coronelismo vigente durante a Primeira República, especificamente no Município de Maracás e região,

⁴ RÉMOND, René, op. cit., 1996, p.29.

que teve como um dos seus mais importantes protagonistas, o Coronel Marcionillo Antônio de Souza.

Faz-se mister ressaltar que o coronelismo, fenômeno frequentemente revisitado por cientistas sociais⁵ e historiadores⁶, fundamentou suas práticas a partir de um compromisso – legítimo ou não – firmado entre a esfera pública e a esfera privada do poder. Tal estratégia resultou de um longo processo histórico que adquiriu materialidade na estrutura social, consubstanciando num sistema político de compromissos, cuja complexa rede de relações envolvia desde o coronel até o presidente da República.

Para melhor compreender esse sistema foi necessário analisar as diversas reflexões de estudiosos acerca de conceitos imprescindíveis como: *coronelismo*, *mandonismo*, *patrimonialismo* e *clientelismo*. Nesse sentido procurei estabelecer um diálogo com o pensamento de estudiosos como Victor Nunes Leal,⁷ Eul-soo Pang,⁸ Maria de Lourdes Janotti,⁹ Maria Isaura Pereira de Queiroz,¹⁰ Consuelo Novais Sampaio¹¹ e José Murilo de Carvalho¹² (1998), dentre outros. A compreensão desses conceitos possibilitou uma análise mais precisa a respeito das vicissitudes das práticas políticas que permearam o cenário das disputas pelo poder local em Maracás e em outras partes do Estado da Bahia.

É importante destacar que a Bahia configurava-se como um importante Estado na hierarquia política da federação durante a Primeira República. Dessa forma, como ressalva Eul-soo Pang,¹³ esse Estado proporciona uma série de vantagens para quem quer deslindar os meandros do sistema coronelista, seja por sua extensão física e demográfica, seja por sua importância econômica e política que

⁵ QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. *O mandonismo local na vida política brasileira e outros ensaios*. São Paulo: Editora Alfa-Omega, 1976. Neto, Zahidé Machado (org). *O Coronelismo na Bahia*, cadernos de Pesquisa n 03. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, 1972.

⁶ SAMPAIO, Consuelo Novais. *Os Partidos Políticos da Bahia na Primeira República; uma política de acomodação*. Salvador: Centro Editorial e Didático da UFBA, 1998. (Estudos Baianos). CARVALHO, José Murilo. *Pontos e Bordados: escritos de história política*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 1998.

⁷ LEAL, Victor Nunes. *Coronelismo Enxada e Voto: o município e o regime representativo no Brasil*. 3ª Ed. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1997.

⁸ PANG, Eul-soo. *Coronelismo e Oligarquias (1889-1934): a Bahia na Primeira República Brasileira*. Trad. Vera Teixeira Soares. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

⁹ JANOTTI, Maria de Lourdes Mônaco. *O Coronelismo: uma política de compromisso*. São Paulo: Braziliense, 1981. (Coleção Tudo é História).

¹⁰ QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de, op. cit., 1972.

¹¹ SAMPAIO, Consuelo Novais, op. cit., 1998.

¹² CARVALHO, José Murilo, op. cit., 1998.

¹³ PANG, Eul-soo, op. cit., 1979.

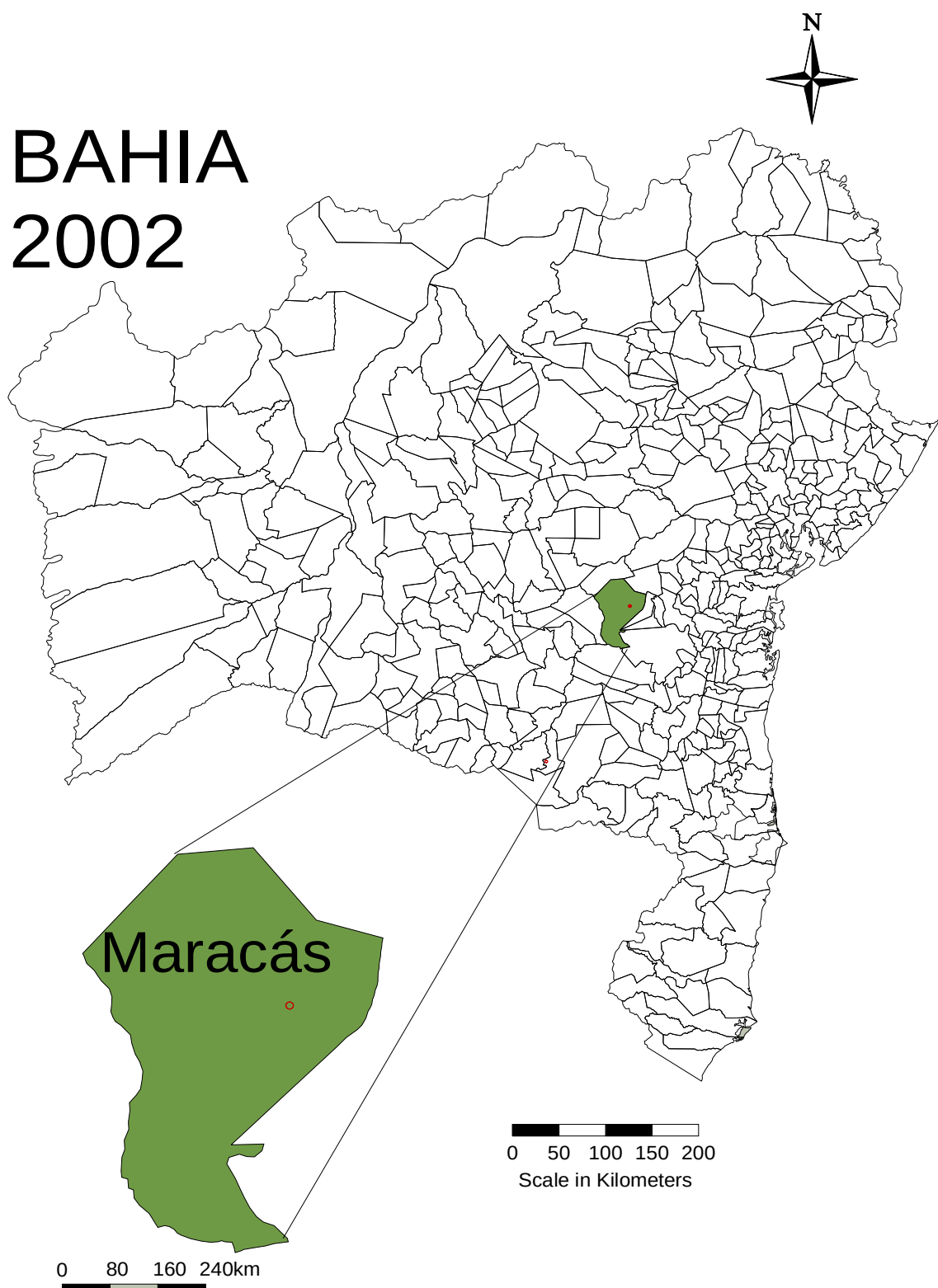
perdurou desde os tempos coloniais, perpassando o Império, e desaguardo no período ora em que se situa este estudo.

Assim como mencionado anteriormente, o presente trabalho se insere na discussão acerca do coronelismo existente no Brasil durante a *Primeira República* (1889-1930), tendo como eixo da sua investigação e análise, as estratégias utilizadas pelo Coronel Marcionillo Antônio de Souza para tornar-se chefe político do Município de Maracás e região. Na luta pelo poder, uma dessas estratégias, possivelmente a mais interessante, foi à tentativa, não apenas as implementadas por Marcionillo e seus pares, mas também por seus rivais, em controlar as instituições políticas e administrativas daquela região. O grupo, no controle dessas instituições, poderia controlar com mais facilidade os votos provenientes de seus redutos. Para o período, exercer esse controle era fundamental, pois o voto constituía-se como um instrumento importante de barganha no cenário político do Brasil e, em especial, da Bahia.

O recorte temporal desta pesquisa abrange o período compreendido entre os anos de 1915 e 1930. O primeiro marco corresponde à invasão da cidade de Maracás pela família dos Cauassús e a posterior perseguição a esse grupo pela Força Policial do Estado auxiliada por jagunços cedidos pelo Coronel Marcionillo Souza. A partir de então, tendo acesso a armas, munições e contando com o apoio do Governo do Estado, Marcionillo fortaleceu-se política e militarmente, o que contribuiu para a consolidação da sua influência no cenário político municipal, estadual e federal na década de 1920. O início da quarta década, momento final da cronologia escolhida, foi adotada em função da prisão dos líderes do *Levante Sertanejo*, no qual Marcionillo participou ao lado dos coronéis Horácio de Matos e Anfiófilo Castelo Branco. Marcou também o início do seu irreversível declínio.

A delimitação espacial esta relacionada à Região Centro-Sul da Bahia e às suas fronteiras com a Chapada Diamantina e com o sul do Estado, áreas que conviviam com a influência direta do principal chefe político de Maracás. Essa Cidade dista 368 Km da capital. Segundo o Censo realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em 2004, possui uma população de 31.683 habitantes, compreendendo uma área de 2.435.20 Km², com uma altitude próxima aos 1.100 metros acima do nível do mar, o que lhe possibilita uma temperatura média anual de 19.2 °C, ocupando, desta forma, a posição de um dos municípios

mais frios do Estado, mesmo tendo boa parte do seu território incluído no chamado polígono das secas.



A relevância desse trabalho evidencia-se no fato de que a maioria das interpretações sobre o coronelismo na Bahia dedicou-se a estudar regiões como a Chapada Diamantina e Sul do Estado¹⁴, existindo, portanto, poucos estudos do gênero voltados para outras regiões, a exemplo da Região Centro-Sul. Ademais, ainda não foi realizado nenhum estudo sobre a atuação do Coronel Marcionillo Antônio de Souza no cenário político baiano durante a *Primeira República*, período de ascensão e declínio desse coronel, cujo ápice de poder foi o momento de sua participação no denominado *Levante Sertanejo* (1919-1920), direcionado contra o Governo do Estado, que representava o seabrismo. Quando muito, a atuação política de Marcionillo tangencialmente mencionada no corpo de trabalhos significativos para a compreensão das nuances do mandonismo no Nordeste brasileiro, podendo ser apontados, a título de exemplos, os de Sampaio e Pang.¹⁵

A quase inexistência de estudos referentes à história política e administrativa do município de Maracás tornou-se um dos principais motivadores para a realização desse trabalho. Não obstante, pretende-se enriquecer o debate sobre as especificidades do coronelismo, pois, a partir das questões levantadas pelo presente trabalho, pude identificar a necessidade da realização de novas pesquisas a respeito do município de Maracás e região.

Estes certamente foram os motivos acadêmicos que me levaram a pesquisar a respeito do coronelismo em Maracás, embora tenham sido as inúmeras histórias que ouvia na minha adolescência a respeito das brigas travadas entre os Rabudos e os Mocós, bem como a invasão dessa cidade pelos Cauassús e o respeito ou, quem sabe medo, que via nos semblantes de alguns anciãos maracaenses ao narrar os feitos do Coronel Marcionillo Souza, que despertaram o meu interesse pelo tema, antes mesmo de iniciar uma trajetória acadêmica.

No decorrer desse trabalho deparei-me com algumas dificuldades, principalmente no que diz respeito às fontes. A Câmara Municipal de Maracás perdeu as atas das sessões do Conselho Municipal do período estudado. Digo perdeu, pois cheguei a consultar algumas dessas atas. Meses depois dessa primeira leitura, quando retornei para finalizar a catalogação dos dados, as atas haviam desaparecido do arquivo da Câmara e as pessoas que trabalham nessa Instituição

¹⁴ Para um maior aprofundamento sobre a temática sugere-se a leitura de: FALCÓN, Gustavo, op. cit., 1995; ROSA, Dora Leal, op. cit., 1989.

¹⁵ SAMPAIO, Consuelo Novais, op. cit., 1998. PANG, Eul-soo, op. cit., 1979.

não sabiam dar notícias de seu paradeiro e o responsável pelo Arquivo da Prefeitura Municipal de Maracás, achando que as traças e os cupins que devoram a documentação do período privilegiado por esse trabalho iriam espalhar-se pela documentação mais recente, resolveu colocá-la, sem nenhuma proteção, nos fundos do prédio, onde esse arquivo se encontra.

Entretanto, mesmo com as dificuldades mencionadas, as fontes documentais que alicerçam as nossas proposições são variadas. A análise das leis e dos decretos administrativos demonstra a preocupação, por parte daqueles que controlavam os cargos políticos e administrativos do município de Maracás, em viabilizar projetos que foram entendidos, na época, como modernizadores, principalmente os da estrutura urbana e das vias de comunicação. No Fórum Washington Luiz, em Maracás, encontram-se inventários, registros de terras e processos crimes, além de outros documentos que envolvem tanto a vida do Coronel Marcionillo Souza, quanto as das pessoas que estiveram direta ou indiretamente ligadas a ele.

Na Biblioteca Central da Bahia foram consultados periódicos como, *A Tarde*, *Democrata*, *Diário da Bahia*, *Diário de Notícias*, *Gazeta do Povo* e *O Imparcial*, que informam e se posicionam, dentre outras coisas, a respeito do desenrolar do *Levante Sertanejo*. Torna-se necessário destacar os limites impostos por algumas dessas documentações, principalmente os processos-crime e as entrevistas divulgadas por aqueles jornais, já que o conteúdo dessas fontes, a depender dos interesses dos grupos que os produziam, pode variar significativamente, o que exigiu um olhar mais atento por parte do pesquisador. No Arquivo Público do Estado da Bahia foram localizados documentos como leis, processos-crime, inventários, correspondências trocadas entre os representantes dos cargos políticos e administrativos de Maracás e do Governo estadual, o que contribuiu para responder a algumas das questões que surgiram ao longo dessa pesquisa.

O depoimento de Manoel Bezerra, irmão de João Bezerra, que combateu o grupo de Lampião, possibilitou uma leitura mais apurada acerca do processo que culminou com a prisão do Coronel Marcionillo Souza, pois ele foi contratado por Juraci Magalhães, antes mesmo desse ser indicado interventor da Bahia, para realizar a prisão de Marcionillo em 1930. Já as entrevistas decorrentes de conversas com José Antônio dos Santos, apelidado de Zé Manoca que, além de conviver com

Marcionillo Souza era filho de Antônio Preto, chefe dos jagunços e homem de inteira confiança de Marcionillo, ofereceu informações preciosas a respeito do cotidiano do coronel e das ações do seu exército particular de jagunços.

O presente trabalho está dividido em três capítulos. No primeiro, intitulado O Palco dos Embates, destaco alguns aspectos políticos, econômicos e sociais do município de Maracás ao tempo em que os fatos aqui investigados aconteceram, o que nos permitiu construir o cenário no qual o Coronel Marcionillo Souza desenvolveu seus projetos de domínio e mando. Também destaco o momento de sua chegada e fixação no município, dando ênfase a alguns dos primeiros fatores que possibilitaram o seu ingresso na política local e o rompimento com o seu sogro, o Coronel Francisco Alves Meira.

Pactos, Conflitos e Coerções no Sertão da Bahia é o segundo capítulo, nesse analiso os conflitos entre os membros da elite maracaense, destacando as suas consequências na configuração do cenário político do município de Maracás e região. Ademais, a invasão e o saque dessa cidade pelos Cauassús – aliados dos Mocós, facção contrária a do Coronel Marcionillo Souza – bem como a perseguição empreendida pelo Governo do Estado, com o auxílio de Marcionillo ao primeiro grupo, ganham relevância. Além disso, esse capítulo evidencia a relação mantida entre os grupos em conflito e o partido dominante na Bahia de então.

Já o terceiro e último capítulo recebe o título de O Chefe dos Rabudos na campanha de “Libertação” da Bahia. Nesta parte, apresento alguns aspectos que permitiram a eclosão do *Levante Sertanejo*, além de levantar algumas hipóteses a respeito dos motivos que teriam levado o Coronel Marcionillo Souza a participar da marcha armada contra o Governo do Estado em 1919-1920. O resultado desse movimento permitiu que Marcionillo ocupasse a liderança política do município de Maracás e região até 1930, momento em que foi preso juntamente com outros coronéis do interior. Esse fato inicia o processo de declínio político do Coronel Marcionillo Souza que até 1943, momento da sua morte, não foi revertido.

O debate sobre o funcionamento do sistema político na Primeira República está longe de ser concluído. Com todos os seus limites e possíveis lacunas, espero que esse trabalho possa contribuir para a compreensão das especificidades do coronelismo em Maracás e região durante o período ora em foco. Além disso,

espero que este trabalho possa despertar o interesse de outros pesquisadores para a história de Maracás e região, ainda tão carente de estudos.

CAPÍTULO I

O PALCO DOS EMBATES

Antes de reportar-me à Maracás da época republicana, período privilegiado pelo presente estudo, é necessário situar, embora de maneira sucinta, o processo histórico de povoamento da região à qual pertence este município. Tal processo foi iniciado em torno de 1651, momento em que o governo da capitania da Bahia – com o intuito de por fim aos constantes ataques realizados pelos indígenas às vilas situadas no Recôncavo, além de objetivar a construção de vias de comunicação entre o sertão e o litoral – passou a incentivar e financiar, respectivamente, a ação de entradas e de bandeiras que se dirigiam para o interior da Capitania. Quando da tentativa de efetivar os seus objetivos, o governo deparou-se com a forte resistência dos nativos, dentre eles, os índios Maracás¹⁶ “guerreiros, valentes, pertinazes na luta e seguros no golpe”.¹⁷

A princípio, o governo passou a incentivar e, às vezes, financiar as ações dos bandeirantes que combateriam os Maracás, que, inicialmente, foram liderados pelos “capitães residentes na Bahia Gaspar Dias Adorno, Pedro Gomes, João Peixoto Viegas, Antonio Guedes de Brito e Francisco Dias D’Ávila dentre outros”.¹⁸ Os núcleos de povoamento que surgiram durante a investida desses bandeirantes – a partir de 1651 – sofreram violentos ataques por parte dos índios. Procurando vencer os nativos, o governador Alexandre de Sousa Freire, em 1671, escreveu para as Câmaras de São Vicente e São Paulo solicitando ajuda. Pouco tempo depois, os paulistas, liderados por Baião Parente, Braz Rodrigues de Arcão, auxiliados por grupos de baianos, travaram sangrentos combates com os indígenas, que acabaram dominados, passando, os bandeirantes de contratos, a terem direitos sobre as terras

¹⁶ Os nativos receberam esta denominação por usar um instrumento de guerra que consistia em um cilindro oco, de madeira leve e fina, cheio de pedras miúdas e tapado nas extremidades, chamado maracá. Existe certa dificuldade em classificar etnicamente os índios Maracás, para maiores informações consultar SIERING, Fredrich Câmara. *Conquista e Dominação dos Povos Indígenas: Resistência nos Sertões dos Maracás (1650 – 1701)*. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2008. (mimeo).

¹⁷ BARROS, Francisco Borges de. *Memória sobre o município de Maracás*. Salvador: Escola Typographica Salesiana, 1917, p. 17.

¹⁸ SIERING, Fredrich Câmara, op. cit., 2008, p. 106.

conquistadas e sobre os silvícolas aprisionados. Isso na época era uma prática constante posto que,

A concessão de favores reais aos que serviam e contribuíam para o sucesso do empreendimento colonial era parte da estratégia governamental para estimular seus súditos a realizarem empreendimentos que, muitas vezes, podiam implicar na perda da vida ou dos investimentos realizados. Após a Restauração do Brasil, em 1640, e a retomada do projeto de ampliação do território conquistado no Reino do Brasil, as benesses tornaram-se importante moeda de troca entre súditos e a Coroa.¹⁹

Nessa perspectiva, a Coroa distribuiu diversas sesmarias entre os colonos, que foram encarregados de desenvolver a agricultura e a pecuária naquela localidade, tida como um ótimo pouso, por possuir terras férteis e, conseqüentemente, boas pastagens. Com o avançar dos anos, os sesmeiros (inclusive ex-bandeirantes) deram origem a uma elite local que, nas regiões de sua influência, exerceram o governo, promulgaram leis e assumiram as funções próprias do Estado. Alguns anos mais tarde, a ação dos missionários veio reforçar o povoamento da região, onde os religiosos do Convento do Carmo receberam, em 1673, uma sesmaria de quatro léguas quadradas que lhes serviu como núcleo para o desenvolvimento de suas missões. A partir de então, e com a doação de uma légua quadrada da Fazenda Água Fria, realizada pela portuguesa Maria da Paixão, iniciou-se a construção de novas habitações e de uma capela em homenagem a Nossa Senhora das Graças. Desta forma, formou-se o núcleo do povoado que, com o passar dos tempos, transformou-se na cidade de Maracás. Posteriormente, em 1842²⁰, a Lei provincial nº. 169 elevou a Capela de Nossa Senhora das Graças à condição de Freguesia, demarcando-a da seguinte forma:

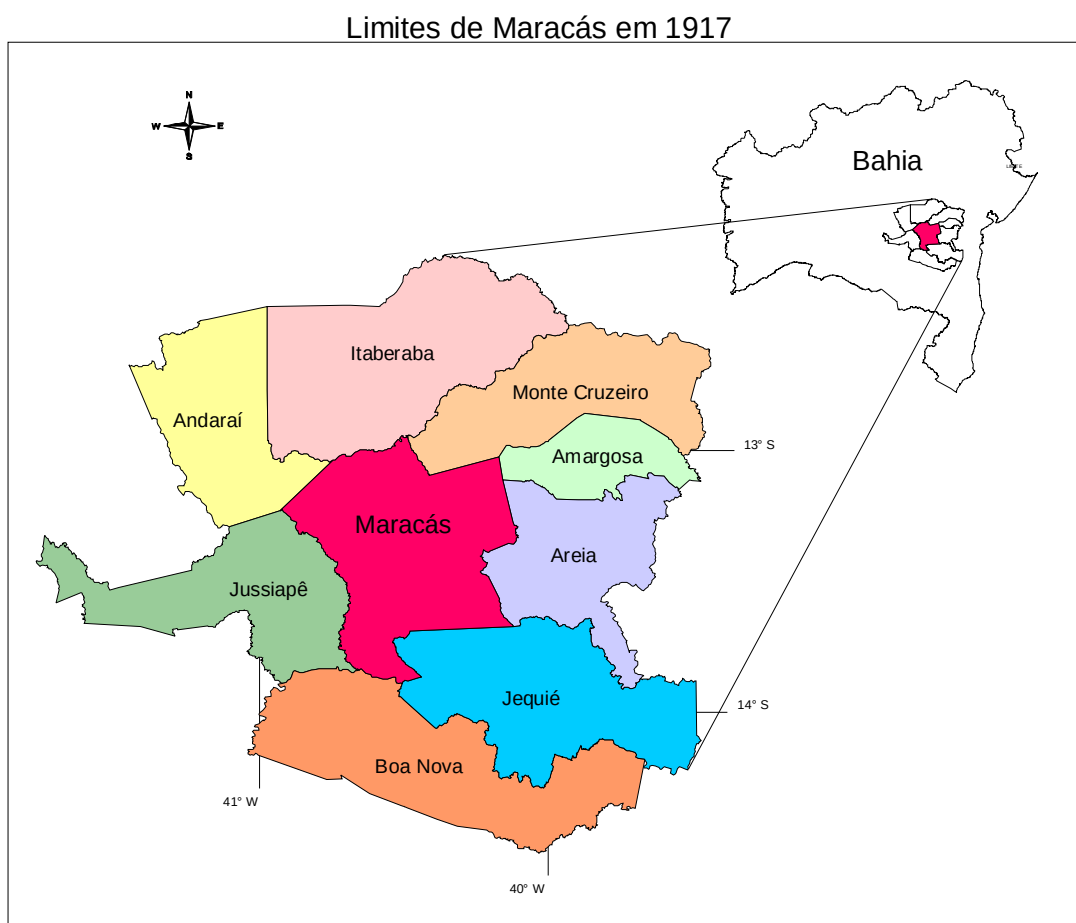
A Nova Freguezia de Nossa Senhora das Graças de Maracás dividir-se-há com a sede de S. Sebastião do Sincorá, da qual, se separa pelo rio Jacaré em toda a sua extensão e por uma linha recta, que corre do logar de sua nascença até a extrema que atualmente tem a Freguezia de S. Sebastião com as suas limítrofes, ficando entendido que todo o terreno a esquerda desta linha pertence à Nova Freguezia, e o da direita de S. Sebastião.²¹

¹⁹ SIERING, Fredrich Câmara, op. cit., 2008, p. 85.

²⁰ Nota-se aqui um significativo espaço de tempo não contemplado pelo presente trabalho, por este não fazer parte do seu objetivo central.

²¹ BARROS, Francisco Borges de, op. cit., 1917, p. 22.

Durante o Segundo Reinado, a Freguesia de Nossa Senhora das Graças foi desmembrada de Santa Isabel do Paraguaçu – hoje município de Mucugê – assumindo a condição de vila pela Lei nº. 518, de 19 de abril de 1856. Já no período republicano, na primeira década do século XX, a Lei nº. 810, de 30 de junho de 1910, elevou Maracás à categoria de município, tendo um território de aproximadamente 7.780 Km², limitando-se com as localidades de Itaberaba, Amargosa, Areia (atual Ubaíra), Monte Cruzeiro (distrito da atual Santa Teresinha), Andaraí, Jussiapê, Jequié e Boa Nova. Como pode ser visto no mapa abaixo:



Fonte: SEI, 2000.
Elaborador: Junívio da S. Pimentel, jul/2008.

Como pode ser constatado, Maracás possuía um território extenso a essa época. Aos poucos, foi sofrendo significativas modificações e dando origem a outros municípios como Lafaiete Coutinho (1962), Planaltino (1962), Marcionílio Souza (1962) e Lagedo do Tabocal (1989). Como medida para melhor administrar este vasto território, em 1917 o município estava dividido em oito distritos policiais, a

saber: Sede, Morros, Serra da Boa Vista, Porto Alegre, Machado Portela, Bandeira de Melo, Tamburi e Figueredo. No ano de 1920, contava com uma população de 33.663 habitantes, chegando, na década de 1930, a cerca de 40.000, como pode ser acompanhado na tabela abaixo.

TABELA I – POPULAÇÃO DE MARACÁS

Ano	1920	1921	1922	1923	1924	1930
Nº de Habitantes	33.663	34.403	35.143	35.883	36.625	40.000
Percentual de crescimento	-	2,2	2,15	2,1	2,07	9,2

Fonte: Anuário Estatístico Ano 1924: *Território e população*, vol. I. Imprensa Oficial do Estado da Bahia. Salvador, 1926, p. 538.

FERREIRA, Jurandir Pires. *Enciclopédia dos municípios brasileiros*. IBGE, 1958, p.25

ECONOMIA

A partir de 1915, verificou-se uma diversificação na economia de Maracás, que se deu em um momento de significativa melhoria dos índices econômicos do Estado da Bahia. Consuelo Novaes Sampaio (1985) salienta que no lustro de 1915 a 1920, o aquecimento da atividade comercial do Estado chegou à ordem de 72%, comparado ao quinquênio antecedente. Segundo a autora, o ápice desse processo ocorreu em 1919, ano correspondente ao chamado *Levante do Sertanejo*, que contou com a importante participação do coronel Marcionillo Souza e que será abordado no Terceiro Capítulo.

Torna-se importante destacar que, nos anos posteriores a 1919, Maracás possuía uma economia diversificada – seguindo a tendência do cenário baiano. Entretanto, deparava-se com certa estagnação econômica, em consequência, possivelmente, do fato de que, a médio e longo prazo, os efeitos da Primeira Guerra Mundial foram negativos para a economia baiana, como salienta Sampaio:

[...] ao terminar o conflito, os países beligerantes entregaram-se a tarefa de converter a sua indústria de guerra em indústria de paz, com reflexos imediatos na economia dos países dependentes como o Brasil. Na Bahia, importantes firmas comerciais estimuladas pelos altos lucros auferidos nos últimos anos da guerra, haviam reabastecido seus estoques e negociado novas compras na época em que se processava aquela transformação nas economias dos países beligerantes. Em consequência, os pedidos feitos só

chegaram à praça de Salvador com atraso de 6 meses e numa época em que o valor do mil reis começava a cair, o dólar a subir rapidamente.²²

Apesar de enfrentar períodos de estagnação, ao longo do período abordado neste trabalho (1916 a 1931), a produção agrária de Maracás era bastante diversificada. Cultivava-se algodão, cana-de-açúcar, mandioca, feijão, milho, mamona, café e fumo, dentre outros produtos. Destes, o fumo destacou-se nas exportações até a década de 1930. Esse produto tinha como destino as cidades de Cachoeira, São Félix e a capital baiana, tendo sido, durante muito tempo, entre 1860 e 1930, uma das principais fontes de arrecadação da Bahia, inclusive nos períodos de crise econômica do Brasil Império e Republicano.

O cultivo do fumo em Maracás processava-se de forma parecida com o que ocorria no restante do Estado. A sua produção era realizada em pequenas propriedades e a mão-de-obra utilizada era composta por um número reduzido de indivíduos. Em muitos casos, utilizava-se o trabalho dos membros da família do próprio produtor, com o acréscimo de poucos indivíduos vindos de fora. Outra característica marcante da produção do fumo em Maracás era a rotação que os agricultores faziam entre esta e outras lavouras, geralmente alimentares, que serviam para a manutenção das pessoas envolvidas na sua produção.

Já o café, tudo indica, foi à alavanca da economia de Maracás durante boa parte do período estudado. Em 1917, apresentava-se ainda como uma atividade agrícola regular destinada ao consumo interno e pouco comercializado para fora dos limites do município. Contudo, no início da década de 1920 ele desponta como um dos principais produtos da região destinados à exportação. Durante o ano de 1925, o município aparece como um dos principais centros de produção de café no Estado. Seguindo essa tendência, a maioria das fazendas do Coronel Marcionillo Souza tinha como sua principal fonte de renda o café, plantado nas fazendas Contendas, Gameleira e Tartaruga.

Até meados da primeira década dos novecentos, os principais comerciantes do produto em Maracás eram os sócios Major Francisco José Portela e seu cunhado Egas de Oliveira Pintombo. O café adquirido por essa sociedade era revendido em

²² SAMPAIO, Consuelo Novais. *O Poder Legislativo da Bahia: Primeira República (1889-1930)*. Salvador: Gráfica da Assembléia Legislativa da Bahia, 1985, p. 37.

São Félix para a Firma Plínio Moscoso & Companhia. A sociedade entre o Major e seu cunhado faliu em 1907. O motivo teria sido o fato de eles venderem o café para entrega²³. Nesse ano houve um aumento significativo do preço do produto, não restando outra alternativa aos dois comerciantes, para saldar os compromissos firmados com a Firma Plínio Moscoso & Companhia, senão venderam as tropas que serviam para transportar o café até Tamburi, todo o estoque da firma, casas – inclusive a destinada ao armazenamento do produto – gados e outros bens. Na década de 1920, quem despontava no comércio do café no município era Jerônimo Tranzillo e Vicente Mariniello.²⁴

O fato de o café ser um dos carros-chefe das exportações do município fazia com que as crises enfrentadas por este produto no mercado externo refletissem diretamente na sua economia. Desta maneira, durante a crise econômica de 1929, época em que o preço do café caiu de forma assustadora, diversas firmas maracaenses entraram na justiça com o pedido de concordata, alegando não poderem cumprir com os seus compromissos, devido à refreada das atividades comerciais desenvolvidas no município. A título de exemplo podem ser citadas as firmas Angeli & Paganuncci, de propriedade de José Paganuncci e Silvestre Angeli; a Juventino Costa e Companhia, de Juventino Costa, bem como a Taveira e Companhia, de Theophilo Portela. Essas três firmas se dedicavam ao comércio e venda de gêneros do país²⁵. O exposto vem reafirmar uma das características que marcavam a economia, não só da Bahia, mas do Brasil como um todo, que é a sua forte dependência ao mercado externo.

Outro produto que teve destaque na pauta de exportação do município foi a borracha vegetal. Ela era extraída da Maniçoba, planta nativa do semi-árido brasileiro, cuja altura varia de 5 a 12 metros. A Espécie que apresentava maior incidência em Maracás era a *Manihot Maracasensis Ule*, típica das matas secas do quadrilátero formado por Maracás, Rio de Contas, Andaraí e Lençóis. Recebeu esse

²³ “Vender para entrega” significava, na época, que as grandes firmas compravam, antecipadamente, dos seus clientes todo ou parte do café que seria adquirido na próxima safra. No caso dos sócios mencionados, a sua produção era pequena, a maior parte do café que comercializavam era adquirida de terceiros. Assim, precisavam de capital de giro, esse era solicitado dos seus credores e deveria ser pago com certa quantia de sacas de café, avaliadas pelo preço do dia do empréstimo. Dessa forma, qualquer aumento no preço do produto, no dia da quitação da dívida, acarretava sérios prejuízos.

²⁴ OSVALDO, Portela. Autobiografia. s.e. Maracás s.d, p. 9 e 13.

²⁵ AFWT, Processos Cíveis, nº. 558, 559 e 560, ano de 1929.

nome em homenagem ao município onde foi encontrada e ao botânico Alemão Ernesto Ule, que a catalogou durante a sua excursão ao interior da Bahia em 1914.²⁶

A exploração da borracha de maniçoba no Brasil teve início nas primeiras décadas do século XIX. No Ceará, a partir de 1845, encontra-se registro de sua produção. Na região de Maracás obteve-se conhecimento das propriedades comerciais desta planta a partir de 1897, ano no qual o Coronel José Henrique dos Santos, residente em Maracás, dirigiu-se à capital baiana conduzindo uma amostra do látex extraído da maniçoba e a apresentou ao governador do Estado, o Conselheiro Luiz Vianna. Este, por sua vez, solicitou ao Secretário da Agricultura José Antônio da Costa, que enviasse um técnico para estudar e certificar-se da viabilidade econômica da exploração da borracha na região, já que tal produto, no Ceará, ocupava lugar de destaque nas exportações, constituindo, dessa forma, em um importante canalizador de divisas para aquele Estado. Assim, cumprindo tais determinações, o Secretário da Agricultura designou o engenheiro Joaquim Bahiana para analisar as condições para a sua produção.²⁷

Ao chegar a Machado Portela, que era àquela época, povoado de Maracás, o engenheiro Joaquim Bahiana logo percebeu a existência da planta na região. Analisou alguns exemplares da espécie, os quais indicavam para uma baixa produtividade de látex. Mas ressaltou, no final de seu relatório, enviado ao Secretário da Agricultura, a impossibilidade de precisar a real produtividade da *Manihot Maracasensis* Ule devido aos poucos recursos técnicos que dispunha e ao curto espaço de tempo para desenvolver os seus estudos. Contudo, demonstrou a viabilidade comercial de tal atividade e assegurou que essa viria a ocupar lugar de destaque na economia da região produtora e do Estado como um todo, o que veio de fato a ocorrer a partir do ano de 1902.²⁸

O sertanejo, acostumado a viabilizar estratégias que lhes permitiam conviver e enfrentar os longos períodos de seca, percebeu na extração do látex da maniçoba uma alternativa capaz de contribuir para a sua subsistência. Desta forma, diversas famílias maracaenses passaram a dedicar-se à produção da borracha. Outros, como

²⁶ BASTOS, José Alberto Magalhães. *Maniçoba: Produto de Borracha do Nordeste Brasileiro*. Brasília: Editerra Editora LTDA, 1985.

²⁷ APEB. Setor Republicano: Relação da Documentação da Secretaria da Agricultura: caixa 2382; março 166; documento 522 a 527.

²⁸ APEB. Setor Republicano: relação da Documentação da Secretaria da Agricultura: caixa 2382; março 166; documentos 522 a 527.

o Coronel Marcionillo Souza, vão se encarregar de comercializá-la com empresas sediadas em São Félix e na capital baiana, as quais se encarregavam de exportá-la.

Algumas empresas estrangeiras também abriram filiais no município para facilitar o comércio e a exploração da borracha da maniçoba. A título de exemplo, pode ser citada a sucursal da belga Bahia Rublir, gerenciada por Leon Masselmam de Chenoy.²⁹ A presença desse tipo de empreendimento, no ano de 1909, em Maracás, demonstra a importância econômica de tal atividade.

Em 1900, o Brasil era responsável por 90% da produção mundial de borracha vegetal. A Bahia, a partir de 1902, com a exportação da borracha de maniçoba, passou a contribuir, significativamente, com esse quadro e, a cada ano, a sua produção aumentava como pode ser percebido na Tabela II e no Gráfico I.

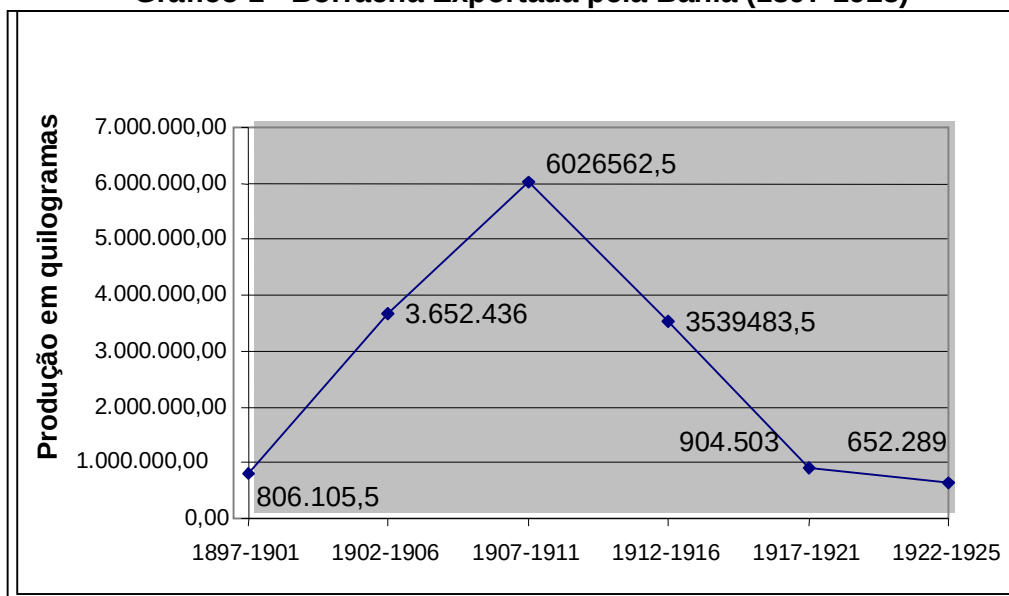
TABELA II – Borracha exportada pela Bahia

ANO	PRODUÇÃO EM QUILOGRAMAS	PERCENTUAL DE CRESCIMENTO DA MASSA	VALOR
1897 – 1901	806.185,5	-	3.288:778\$000
1902 – 1906	3.652.436	353	9.364:256\$000
1907 – 1911	6.026.562,5	65	20.035:249\$000
1912 – 1916	3.539.483,5	- 41,27	8.708:440\$000
1917 – 1921	904.503	- 74,45	1.302:760\$000
1922 -1925	652.289	-27,88	945.703:788\$000

Fonte: BARROS, Francisco Borges de. *Memória sobre o município de Maracás. Escola Typographica salesiana: Salvador, 1917. Pág. 13.*

²⁹ APEB. Setor Republicano. Secretaria de Segurança Pública: Correspondência Recebida e expedida: caixa 6450; março 01; período 1890 a 1911.

Gráfico 1 - Borracha Exportada pela Bahia (1897-1925)



Fonte: BARROS, Francisco Borges de. *Memória sobre o município de Maracás. Escola Typographica salesiana: Salvador, 1917. Pág. 13.*

A título de exemplo, torna-se interessante destacar que, em 1925, a Bahia produzia 3.573.411 kg de borracha de maniçoba,³⁰ o que já demonstrava acentuado decréscimo na sua produção em relação aos anos anteriores. Em relação ao mercado interno, São Paulo e o Rio de Janeiro constituíam-se enquanto os principais consumidores da borracha produzida na Bahia. No mercado externo, os dois países que mais compravam a borracha baiana eram os Estados Unidos da América e a Alemanha, juntos davam uma renda de aproximadamente 127:124\$000 (cento e vinte sete contos e cento e vinte quatro mil réis) para os produtores baianos.³¹

Tal cenário só se modificou a partir de 1930, quando a borracha vegetal exportada pelo Brasil passou a corresponder a apenas 3% da produção mundial. Os fatores que mais contribuíram para isso foram a entrada da borracha sintética no mercado, oferecida a preço mais baixo do que a borracha vegetal; o fato de a borracha vegetal brasileira ser obtida de plantas nativas, espalhadas pelos campos com baixa densidade (1,2 plantas por hectare), o que dificultava e tornava cara a sua exploração; a concorrência da borracha vegetal asiática, que tinha o seu cultivo

³⁰ Essa produção é do ano de 1925 e não do quadriênio 1922/1925, como demonstrado no gráfico anterior a essa informação.

³¹ Mensagem apresentada à Assembléia Legislativa Pelo Governador Francisco de Góes Calmon, em sete de abril de 1926.

racionalizado permitindo uma maior densidade (400 plantas por hectare) e uma maior produtividade devido à seleção de espécies mais produtivas.³²

Com a falta de competitividade do produto brasileiro no mercado externo, a extração do látex da maniçoba aos poucos foi abandonada pelo sertanejo. Este passou a não encontrar preço e nem espaço que o estimulasse a continuar com tal atividade. Aos poucos, as plantas de maniçoba foram derrubadas para serem utilizadas como lenha e para alimentar a indústria de tamancos, já que a sua madeira é resistente e ao mesmo tempo leve. Somou-se a isso a crença do sertanejo de que a rama desta planta, quando murcha, torna-se tóxica para o gado, daí vindo o apelido da maniçoba de mandioca brava. Hoje em dia é raro encontrar exemplares dessa espécie no município de Maracás.

VIAS DE COMUNICAÇÃO

No que se refere ao escoamento da produção de Maracás, é importante salientar que este era realizado através da Estrada de Ferro Central da Bahia, que tocava o município nos distritos de Machado Portela, Queimadinhos, Bandeira de Melo e Tamburi.³³ Este último, por ser mais próximo da sede do município e por ligar-se a esta por meio da Estrada Real, recebia uma soma maior de mercadorias e de pessoas que tinham como destino a capital baiana. As mercadorias, antes de 1927, eram conduzidas ao povoado de Tamburi por tropeiros, viagem que levava em média dois dias. De lá seguia de trem, por mais um dia, até as cidades de Cachoeira e São Félix. No dia seguinte, partia de vapor para Salvador. A conclusão de todo o percurso, se não ocorressem imprevistos, levava em média quatro dias, tornando a viagem bastante cansativa e custosa.

As deficiências das vias de comunicação herdadas do Império contribuíram para o profundo desconhecimento que a intelectualidade e os integrantes do governo, residentes na Capital, possuíam do interior do Estado da Bahia. Tal fato, segundo Silva,³⁴ dificultava a elaboração de projetos que possibilitassem o

³² BASTOS, José Alberto Magalhães, op. cit., 1985, p. 14 e 15.

³³ Este foi elevado a condição de Cidade em 1962 e recebe o nome de Macionílio Souza.

³⁴ SILVA, Aldo José Morais da. *Instituto Histórico e Geográfico da Bahia: origem e estratégia de consolidação institucional 1894-1930*. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2007, p. 35 e 36.

desenvolvimento e integrações regionais. Assim, num período em que os meios e as vias de comunicação do Estado eram deficientes, o fato de a Estrada de Ferro Central da Bahia passar no município de Maracás lhe proporcionava um meio eficiente para escoar a sua produção. Essa estrada foi a segunda a ser construída na Bahia, tendo recebido, inicialmente, o nome de Paraguassu Steam Tram Road Company (1865). Dez anos depois, passou a se chamar Brazilian Imperial Central Bahia Railway Company.

A construção dessa estrada foi realizada com capital inglês³⁵ e está diretamente relacionada à descoberta de pedras preciosas na Chapada Diamantina, o que acarretou, em meados do século XIX, uma verdadeira onda migratória para a região. A exploração e o comércio de pedras preciosas proporcionaram um desenvolvimento impressionante para diversas localidades como Morro do Chapéu, Caetitê, Lençóis, Andaraí, Bom Jesus do Rio de Contas, Minas do Rio de Contas, dentre outras.³⁶ Incentivado por esta euforia, o então presidente da Província da Bahia, Cansansão de Sinimbu decidiu:

[...] criar melhores condições de acesso às Lavras Diamantinas. Solicita e consegue da Assembléia Legislativa a Lei nº 592, de 22 de julho de 1856, através da qual é concedido a Manuel José de Figueiredo Leite o privilégio, por sessenta anos, da construção de uma estrada que, partindo de São Félix, vá a Santa Isabel com ramais por Andaraí e Lençóis, originando-se desse privilégio a *Companhia Tram-Road Paraguaçu*, convertida depois na Ferrovia Central da Bahia, de que seria empresário o engenheiro Hugh Wilson, começando efetivamente, como começou, naquela cidade e terminando em Machado Portela, com ramal para Bandeira de Melo, vinte léguas distantes dos Lençóis.³⁷

A construção da Brazilian Imperial Central Bahia Railway Company reforça uma tendência presente no Brasil em meados do século XIX, e que surge no seio das discussões realizadas entre governantes, comerciantes e produtores a respeito dos problemas que afetavam o desenvolvimento das províncias. Como assevera Antônio Guerreiro de Freitas (2000), dois problemas despontavam no cenário baiano quando se tentava integrar os diversos espaços e explorar o potencial econômico do

³⁵ Para uma visão geral da política nacional de viação férrea do período ora em apreço, ver: CARLETTO, Cássia Maria Muniz. *A Estrada de Ferro de Nazaré no Contexto da Política Nacional de Viação Férrea*. Salvador, 1979. Dissertação (Mestrado em História). Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia. p. 7 a 54.

³⁶ SILVA, Aldo José Moraes da, op. cit., 2006, p.43.

³⁷ MORAES, Walfrido. *Jaguços e Heróis: a civilização do diamante nas Lavras da Bahia*. 3ª Ed, Salvador: Edições GRD, 1984, p. 36 e 37.

interior da Bahia: as secas e a deficiência dos meios de transportes. Para solucionar esse último empecilho, via-se na construção de estradas de ferro uma saída segura, capaz de acelerar o progresso e a modernização da Província. Nesse sentido, foi aprovada a Lei Provincial nº. 644, de 26 de junho de 1852, que estabelecia as regras para as concessões, principalmente a garantia do pagamento de juros sobre o capital investido pelas companhias na construção das estradas de ferro em qualquer ponto do território brasileiro.³⁸

A construção da Central da Bahia evidencia a lógica da organização do sistema viário baiano, ou seja, este deveria garantir a Salvador o lugar de centro convergente da atividade comercial, principalmente daqueles produtos voltados para a exportação. Dessa forma, os minerais e produtos agrícolas seriam transportados para os portos fluviais das cidades do Recôncavo ou então para os núcleos mais importantes do litoral e, desses lugares, por navegação para o porto da capital. Corroborando com o exposto, Freitas ressalta que:

Apesar de uma situação ainda crítica no início do presente século, não resta dúvida que a construção de novos meios de transportes agitou uma Bahia acostumada a se ver exclusivamente através do espelho representado por Salvador e seu Recôncavo. Cidades e vilas nasceram e cresceram as margens dos trilhos ou nas rotas dos vapores; o Estado especializava e criava condições para uma nova regionalidade, tudo sem abrir mão de ter e reconhecer Salvador como núcleo central, lugar estratégico, principalmente em razão de seu porto, que a tornava passagem obrigatória de pessoas e mercadorias. No entanto, como era de se esperar as mudanças ocorridas não alteraram significativamente o quadro, ou seja, apesar da redução das distancias e do tempo de viagem a maior parte do interior permanecia longe, distante econômica e socialmente do litoral.³⁹

Dentro desse contexto, principalmente a partir de 1927, o percurso de Maracás a Salvador passou a ser realizado em um espaço de tempo menor (três dias de viagem). Isso se deu graças à construção de uma estrada de rodagem ligando Maracás a Tamburi, o que diminuiu de dois para um dia a viagem realizada entre essas duas localidades que, a partir de então, passou a ser feita de automóvel. O primeiro projeto apresentado ao Conselho Municipal, visando à viabilização dessa estrada, data de 16 de abril de 1925, e foi encaminhado pelos conselheiros

³⁸ FREITAS, Antônio Fernando Guerreiro de. *Eu vou para a Bahia: a construção da regionalidade contemporânea*. Bahia Análise & Dados. Salvador: Editora SEI, vol 9 nº 4, p. 24-37, março de 2000.

³⁹ FREITAS, Antônio Fernando Guerreiro de, op. cit., 2000, p. 27 e 28.

Diocreciano da Silva e Ranulpho Coutinho, que justificaram a importância do empreendimento argumentando que a estrada viria a atender aos anseios dos negociantes e lavradores por melhores vias e meios de transportes para escoamento de suas mercadorias.⁴⁰ Isso no momento em que a Bahia, especialmente Maracás, convivia com uma constante expansão da lavoura de café, e em que os meios de transportes tradicionais não eram suficientes para atender a toda a demanda, gerando, segundo a Comissão da Fazenda do Conselho Municipal, uma verdadeira crise neste setor, como pode ser verificado abaixo:

[...] A Comissão reconhece a situação realmente angustiosa por que, neste momento, passa a produção extraordinária e crescente do Município, principalmente a do café, de que é o maior centro de produção do Estado asfixiada pelas dificuldades do seu escoamento, nos tempos próprios, não bastando já para o seu transporte os meios insuficientes e caríssimos de condução ordinária [...] os fretes elevaram-se de um modo fantástico, ao mesmo tempo que escassearam os meios comuns de transporte para essa enorme produção [...] determinando isso a crise de transporte que hoje, digo, que ora atravessamos, absolutamente irremediável pelos meios ordinários e primitivos [...].⁴¹

O projeto apresentado ao Conselho Municipal em 16 de abril de 1925 foi aprovado e transformado em lei no dia 18 do mesmo mês e ano. Essa atitude segue a política estabelecida pelo Estado, posto que a Assembléia Legislativa, em 31 de agosto de 1917, aprovou, sob forma de lei, o primeiro plano rodoviário. Este plano autorizava a construção de estradas de rodagem que viessem a ligar centros produtores a mercados consumidores, ou a rios navegáveis, ou a estradas de ferro, ou a portos de mar,⁴² realidade condizente com as observações de que:

[...] O Estado da Bahia deu continuidade à preocupação com os transportes, questão tida como prioritária desde os tempos provinciais. Inicialmente, centrou-se em dar continuidade à política de construção de estradas de ferro, mas, logo depois, passaria a incentivar e subsidiar a construção de estradas de rodagem, o que, após 1930, se transformaria na única alternativa considerada para os transportes [...].⁴³

⁴⁰ APMM, Ata do Conselho Municipal de Maracás, período de 1922 a 1929, p. 34 a 40.

⁴¹ APMM, Ata do Conselho Municipal de Maracás, período de 1922 a 1929, p. 37.

⁴² ZORZO, Francisco Antônio. *Retornando a História da Rede Viária do Brasil: o estudo dos efeitos do desenvolvimento ferroviário na expansão da rede rodoviária da Bahia (1850-1950)*. Sitientibus: Revista da Universidade Estadual de Feira de Santana, Feira de Santana, nº 22, p. 99-119, 2000. Disponível em: <http://www.uefs.br/sitientibus/pdf/22/retornando_a_historia_da_rede_viaria.pdf>. Acesso em: 21 jan. 2009. p. 109.

⁴³ FREITAS, Antônio Fernando Guerreiro de, op. cit. 2000, p. 25.

No entanto, a Lei de 18 de abril de 1925 foi revogada pelo Conselho Municipal de Maracás, baseando-se na alegação de que o Município não dispunha de recursos suficientes para financiar a construção da estrada de rodagem que ligaria Maracás a Tamburi. A solução desse impasse, de acordo com o Conselho, seria a criação de uma empresa que reuniria recursos, tanto públicos quanto privados, capazes de viabilizar um projeto de vital importância para o desenvolvimento econômico do município.⁴⁴ Essa proposta não destoava da política adotada pelo Governo do Estado que, desde 1910, concedia uma série de vantagens para particulares interessados em construir e explorar vias de comunicação que, neste caso, seriam as estradas de rodagem.⁴⁵

Seguindo essa indicação, em 16 de outubro de 1925, foi criada a Empresa Rodoviária de Maracás Sociedade Anônima. Seu principal objetivo era construir e explorar estradas para o tráfego de automóveis ou de outros veículos e meios convenientes para o transporte de cargas e de passageiros. Ficava sob a responsabilidade dessa empresa construir e explorar linhas telefônicas marginais às mesmas estradas. Teria também o direito de explorar as rodagens, por ela construídas, durante 50 anos a partir da data de finalização do empreendimento. O capital para a viabilização da empresa seria de trezentos contos de réis, distribuídos em 1.500 ações, as quais seriam vendidas pelo valor de duzentos mil réis cada. O município, como consta do artigo 2º do estatuto da empresa, garantiria, juros de 6% ao ano sob o capital aplicado.

A princípio, os cofres públicos receberiam 15% da renda angariada pela empresa sob a forma de impostos. Entretanto, como incentivo à participação do capital privado nesta empreitada, a Intendência garantiria, se necessário, a complementação ou total pagamento dos juros e amortizações dos títulos emitidos pela Empresa Rodoviária de Maracás Sociedade Anônima, tornando o investimento, pelo menos em teoria, um negócio seguro, cheio de vantagens para aqueles que tivessem a coragem de contribuir para a melhoria das vias de comunicação existentes no Município.

⁴⁴ APMM, Ata do Conselho Municipal de Maracás, período de 1922 a 1929, p. 54.

⁴⁵ Algumas das vantagens oferecidas a empresas e a particulares pelo Estado foram: prazo de 30 anos para a exploração das vias de comunicação; o não pagamento de impostos tanto municipais, quanto estaduais; preferência para aquisição de terras devolutas próximas às estradas, dentre outras.

Como as lideranças políticas, na sua maioria, não queriam ficar de fora dos projetos que materializassem a idéia de modernização e desenvolvimento do Município, passaram, ao menos em um primeiro momento, a compor a diretoria da Empresa Rodoviária de Maracás Sociedade Anônima. Essa foi composta da maneira que segue: Presidente: Raul Silva; Vice-Presidente: Dante Paganuncci; Diretor: Coronel André Magalhães Júnior; Secretário: o rábula Alceu Pereira da Silva; Conselho fiscal: Coronel Marcionillo Antônio de Souza, Major Nestor Sá, Salvador Mariniello, Fernando Morbeck do Espírito Santo, Capitão João Francisco de Andrade e Ruy Bassamphio da Silva Pereira; Suplentes: Carlos Mariniello; Ponplinio Rodrigues Moreira; João Guedes Pereira; Nelson Alves Portela, José Miranda Rebouças e Rodolphino Marques da Silva.⁴⁶ Faz-se necessário ressaltar que a escolha da diretoria da empresa era uma prerrogativa do intendente. Assim, percebe-se mais um possível mecanismo a ser utilizado como barganha no jogo político. Aquele que viesse a ocupar tal cargo, em contrapartida, deveria fidelidade a quem o nomeasse.

Tudo indica que esse empreendimento não obteve sucesso imediato, pois a construção da estrada de rodagem somente foi iniciada na gestão do Coronel André Magalhães Júnior, mais precisamente no dia 15 de abril de 1927, data na qual o Conselho Municipal, presidido pelo Coronel Marcionillo Souza, aprovou uma verba no valor de vinte mil contos de réis para iniciar a construção da tão esperada estrada de rodagem, que foi concluída em 1929, ano em que Marcionillo ocupava a Intendência do Município e o Coronel André Magalhães Júnior presidia o Conselho Municipal.⁴⁷

A construção de estradas, como a mencionada acima, se deu em diversas partes do território baiano. Tal empreendimento era compreendido como sinônimo de modernidade, capaz de gerar o tão sonhado desenvolvimento para o interior do Estado. Já para os representantes políticos municipais, como no caso do Coronel Marcionillo Souza, essa ação configurava-se como um mecanismo capaz de legitimar as suas ações perante a população local, posto que, para o Coronel era interessante apresentar-se como um indivíduo que zelava pela moral e pelo desenvolvimento de sua cidade.

⁴⁶ AFWT. Cartório de Registro de Móveis e Hipotecas, Títulos e Documentos, Livro B, nº. 02, p. 69 e 73, período 1919 a 1934.

⁴⁷ APM, Ata do Conselho Municipal de Maracás, período de 1922 a 1929, p. 42.

Seguindo essa lógica, o Coronel Marcionillo Souza, durante o período em que ocupou a Intendência do município, de 1928 a 1930, além de concluir as obras da estrada de rodagem que ligava Maracás ao povoado de Tamburi, construiu a estrada que ligava Maracás a Itiruçu. Esta era entendida como uma via alternativa que ligava a Estrada de Ferro Central da Bahia com a Estrada de Ferro de Nazaré, que a este período se estendia até o município de Jaguaquara, a pouco menos de 20 quilômetros de Itiruçu. Construiu também a estrada que ligava Maracás à Fazenda Yaporé, passando pelas fazendas Água Fria, Santo Antônio, Estiva, Santa Maria e Engenho Velho, como pode ser visto no anexo 01.

Não foi possível identificar os nomes dos proprietários das fazendas acima mencionadas. Provavelmente pertenciam a pessoas que de alguma forma estavam ligadas ao Coronel Marcionillo Souza, seja por laços políticos, de amizade ou de parentesco, pois foi comum, ao longo da *Primeira República*, os chefes políticos beneficiarem seus pares com obras de tal natureza. O que evidenciava uma cultura política que tinha como características mais pronunciadas a legitimação de interesses de grupos locais (invariavelmente apresentados como interesses de toda a sociedade) e a fluidez dos limites entre o público e o privado. Tal atitude evidência relações clientelistas estabelecida entre Marcionillo e sua parentela, embora deva ser ressaltado que coronelismo não se confunde com clientelismo, fenômeno mais amplo e que surge antes daquele e ainda hoje está presente no cenário político. Segundo Carvalho, pode-se afirmar que o clientelismo chegou a ampliar-se com o fim do coronelismo em 1930.

Por conta das deficiências das vias de comunicação, as informações a respeito dos acontecimentos, principalmente de ordem política, custavam a chegar a Maracás. Às vezes, demorava semanas para a população local ter acesso a jornais editados na capital. A solução para tal situação se dá em 1926, quando diversos moradores da cidade, estando entre eles o Coronel Marcionillo Souza, se unem e fundam a Rádio Sociedade de Maracás.⁴⁸ Essa sociedade adquire um aparelho receptor de programas de radiodifusão no valor de três mil contos de réis e o instala no Fórum do Município – por este ser um local politicamente neutro, pelo menos em teoria – para onde convergiam, todas as noites, aqueles que queriam se manter bem

⁴⁸ ACMVM, Ata da Fundação do Rádio Sociedade de Maracás, 1926. Trata-se de uma sociedade que se formou com o objetivo de comprar um aparelho receptor de programas de radiodifusão e não para fundar uma emissora de rádio, como o nome da sociedade sugere.

informados. Coube à Intendência contratar um funcionário, Olinto Eloy, que ficou encarregado de por em funcionamento e de fazer a manutenção do aparelho. Todas as noites o rádio era ligado às 19 e desligado às 21 horas. Nesse intervalo, as pessoas ouviam e comentavam as principais notícias apresentadas pelo noticiário. Tudo isso ocorria seguindo um ritual bastante divertido, como salienta o Senhor Elmo Meira:

Olinto Eloy, Aí Olinto Eloy ia todo bonitão naquele horário, era de sete às nove da noite, só ligava nesse horário. Ouvia o noticiário da voz do Brasil etc, e Olinto ficava no relógio, rodando uma correntinha no dedo na frente do prédio pra cima e pra baixo, ele tinha um apelido de Duda: Duda vem ligar o rádio já tá passando do horário, ainda falta um minuto pra ligar, aí ele entrava todo posudo de gravata de terno branco, chegava para a platéia, o salão cheio umas cinquenta ou cem pessoas iam assistir, Chegava boa noite pessoal, aí a platéia boa noite Duda, liga logo esse rádio, aí ele ligava. Antes de ligar o rádio ele, tinha uma capazinha no rádio ele tirava aquela capa com toda a paciência dobrava, apanhava um espanadorzinho ia espanar o rádio, aí já perdia uns dez minutos com isso, ligava o rádio, aí todo mundo ouvia o rádio, todo mundo comentando o que se passava às nove horas em ponto ele pá, fechava o rádio, boa noite pessoal, e ia embora.⁴⁹

A compra do aparelho de radiodifusão modificou a rotina das noites da sede do município, posto que, ouvir o noticiário divulgado pelo rádio tornou-se parte do cotidiano de um número significativo dos seus moradores. A novidade contribuía para o fomento de um ambiente no qual, dentre outras coisas, era possível acompanhar, com maior rapidez, os assuntos da vida política do Estado da Bahia, em particular, e do Brasil como um todo.

Ter acesso à notícia falada naquele momento era algo significativo, posto que, como já mencionado, os jornais impressos demoravam dias para chegar a Maracás, somando-se a isso o fato de que,

Tomando como base os eleitores, temos uma dimensão dos leitores da Bahia, pois só os alfabetizados poderiam votar. Segundo Consuelo Novais Sampaio, em 1890 da população adulta 81,9% não sabiam ler; em 1920, 75% era analfabeta. A maior parte dos letrados encontrava-se na região metropolitana de Salvador. Embora saber escrever fosse uma imposição para o voto, muitos eleitores não eram necessariamente leitores. Isso significa um universo ainda

⁴⁹ Entrevista concedida pelo Sr. Elmo Meira (89 anos) ao autor em fevereiro de 2008, Maracás – BA.

mais restrito de leitores neste período. Assim a elite letrada compunha um quadro restrito da sociedade baiana.⁵⁰

O Fórum de Maracás, onde se encontrava o rádio, tornou-se um espaço de socialização, local que passou a aglutinar os indivíduos que buscavam informações, ao mesmo tempo em que propiciava um ambiente de encontros favorável a discussões a respeito de problemas que afetavam o Município. Segundo Vilaça e Albuquerque, a inserção do rádio na comunidade local representava a conquista de mais um elemento modernizador. Entretanto, as informações e discussões que chegavam à comunidade através do rádio contribuíram, em alguma medida, para minar os alicerces do poderio dos coronéis. Possivelmente, no momento em que o Coronel Marcionillo Souza financiou e incentivou a compra do aparelho de radiodifusão, ele o fez “para não perder a iniciativa social e para assegurar seu cetro paternalista de doador de coisas, de patrocinador de causas”,⁵¹ de um indivíduo que destinava todas as suas forças para o bem de sua comunidade.

Outra tentativa de inserir elementos de modernização em Maracás ocorreu durante o mandato do aliado político do Coronel Marcionillo Souza, Coronel André Magalhães Júnior que, em 1925, tentou por em prática uma reforma urbana na cidade. Começou ampliando a minúscula Praça da Matriz, situada na Rua Sete de Setembro. Para realizar esse empreendimento, algumas casas foram desapropriadas e no lugar da antiga praça foi construída uma outra que recebeu o nome de Rui Barbosa. A execução de tal projeto custou ao erário municipal à quantia de três mil contos de réis.⁵² Este ato, entendido como sinônimo de progresso e modernidade, era praticado com frequência em várias outras cidades do Brasil, como Salvador, Fortaleza e Rio de Janeiro.⁵³

⁵⁰ REIS, Meire Lúcia Alves dos. *A Cor da Notícia: Discurso sobre o negro na imprensa baiana (1888-1937)*. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2000. (mimeo), p. 7 e 8.

⁵¹ VILAÇA, Marcos Vinícios; ALBUQUERQUE, Roberto C. de. *Coronel, coronéis: apogeu e declínio do coronelismo no Nordeste*. 4ª Ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003, p. 43.

⁵² APMM, Ata do Conselho Municipal de Maracás, período de 1922 a 1929, p. 33.

⁵³ Para maiores informações a respeito da idéia de modernidade defendida pela intelectualidade baiana ver: BELENS, Adroaldo de Jesus. *A Modernidade sem Rosto: Salvador e a Telefonia (1881-1924)*. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2002. (mimeo), p. 20 a 60.

CENÁRIO POLÍTICO

Em um primeiro momento, a elite baiana se opõe ao processo de mudança do regime político monárquico para o republicano. Ela chega a desejar uma resistência armada em defesa das instituições monárquicas. Por conta de tal situação, a Proclamação da República na Bahia só foi reconhecida em 17 de novembro, dois dias depois, portanto, do movimento efetivado no Rio de Janeiro sob a liderança do Marechal Deodoro da Fonseca e seus pares. Esse quadro revela o caráter conservador da elite baiana, que temia alterações na ordem estabelecida, devido à sua dependência em relação ao governo central. Entretanto, quando constatada

[...] a irreversibilidade do processo estas mesmas elites logo se puseram a articular a sua acomodação no novo cenário, de forma a garantir o mínimo possível de rupturas e perdas de poder e prestígio. Mais do que uma estratégia momentânea, contudo, tal política de acomodação veio a caracterizar o cenário baiano durante toda a Primeira República, estendendo-se para além desta. Tal política explicava-se por um lado, pela fragilidade econômica do estado e sua consequente dependência de eventuais recursos oriundos do governo central. Por outro, a própria estrutura política baiana, cindida entre as forças da capital e do interior, determinava a imperiosa necessidade do apoio federal para o governo estadual, ante a independência político-econômica das oligarquias rurais baianas e o peso destas como arregimentadoras de votos e apoio político.⁵⁴

Ao longo da *Primeira República*, foi comum a implementação de medidas que contribuíssem para aumentar a autonomia dos municípios, pois esses poderiam ser controlados, sem grandes interferências, pelas oligarquias locais, o que ameaçaria o projeto do governo Estadual em relação à centralização do poder político. Desta forma, “era preciso dar ao Estado os meios de impedir essa possibilidade”.⁵⁵ Seguindo essa lógica, a Constituição brasileira de 1891, delegava aos Estados à prerrogativa de elaborar leis, inclusive destinada à organização de seu sistema eleitoral, o que possibilitava maior controle sob o município. No caso da Bahia, a reforma da Constituição estadual de 1891 e a promulgação da Lei de Organização Municipal, realizadas durante o primeiro mandato de Seabra (1912-1916), podem ser entendido como tentativas de centralização do poder por parte do Estado.

⁵⁴ SILVA, Aldo José Morais da. op. cit., 2006, p. 69.

⁵⁵ LEAL, Victor Nunes, op. cit., 1997, p. 123.

Entretanto, o Governo estadual não podia prescindir, para se manter no poder, do apoio dos representantes das oligarquias locais, os coronéis. Como assegura Carvalho,

[...]. A estabilidade do sistema como um todo exigia que a maioria dos coronéis apoiasse o governo, embora essa maioria pudesse ser eventualmente trocada. As manipulações dos resultados eleitorais sempre beneficiam um grupo em detrimento de outro e tinha um custo político. Se entravam em conflito com um número significativo de coronéis, os governadores se viam em posição difícil, se não insustentável. Basta mencionar os casos da Bahia, de Goiás, do Ceará e de Mato Grosso. Em todos eles, os governadores foram desafiados, humilhados e mesmo depostos [...].⁵⁶

Assim como o Estado necessitava da atuação dos coronéis para a preservação da *ordem* estabelecida durante a *Primeira República*, os coronéis necessitavam do apoio do Estado para legitimar as suas ações perante a população de seus redutos. Isso vem fortalecer a definição de coronelismo, de Leal (1997) como um sistema. Nesse sistema, os coronéis fundamentavam as suas práticas a partir de um compromisso – legítimo ou não – firmado entre a esfera pública e a esfera privada do poder. Tal estratégia resultou de um longo processo histórico e sua gênese se materializou na estrutura social, resumindo-se num sistema político de compromissos. Essa complexa rede de relações envolvia desde a parentela do coronel até o Presidente da República. De acordo com o mesmo autor, o coronelismo resulta do federalismo implantado na Primeira República, em substituição ao centralismo imperial, numa conjuntura que envolvia a decadência econômica dos grandes fazendeiros e a ascensão da estrutura burocratizada do Estado, associada ao recuo do patrimonialismo. O mesmo autor assevera que a propriedade da terra era um dos principais elementos para a vigência desse sistema político.⁵⁷

Em contraposição, Eul-soo Pang (1979) afirma que o poder do coronel encontrava-se assentado em seu *status* social, reconhecido e legitimado pelos indivíduos que estavam, de algum modo, sob sua tutela. Para este autor, o coronelismo é um fenômeno historicamente datado que vai de 1889 – quando

⁵⁶ CARVALHO, José Murilo, op. cit., 1998, p.137.

⁵⁷ LEAL, Victor Nunes, op. cit., 1997.

ocorreu uma modificação na estrutura política do Brasil, com a implementação do regime republicano – a 1930, momento do golpe de Estado de Getúlio Vargas.⁵⁸

Já Maria Isaura Pereira de Queiroz (1976), define o coronelismo baseado no conceito elaborado por Jean Blondel, de que este fenômeno é uma das manifestações do mandonismo local brasileiro, e é datado historicamente, pois:

embora aparecendo a apelação de 'coronel' desde a segunda metade do Império, é na Primeira República que o coronelismo atinge sua plena expansão e a plenitude de suas características. O coronelismo é, então, a forma assumida pelo mandonismo local a partir da proclamação da república: o mandonismo teve várias formas desde a Colônia, e assim se apresenta como o conceito mais amplo com relação aos tipos de poder político-econômico que historicamente marcaram o Brasil.⁵⁹

Nessa definição, o mandonismo não aparece como um sistema e sim como uma característica da política tradicional brasileira. Ele existe desde os tempos coloniais, passando pelo Império e vai além da primeira república. Para Carvalho, “a tendência é que desapareça completamente à medida que os direitos civis e políticos alcancem todos os cidadãos”.⁶⁰

É consenso entre esses autores que, para legitimar o seu poder perante a sua comunidade, o coronel deveria angariar recursos com o quais realizaria a construção de obras de utilidade pública para a sua localidade, como escolas, estradas, ferrovias, igreja, postos de saúde, luz e água encanada. Assim, essas obras tinham por finalidade não só desenvolver o seu espaço, como também construir e preservar a sua liderança e aumentar a dependência política do seu eleitorado.

Essa estratégia era implementada em um momento no qual as mudanças no cenário político da Bahia processavam-se de forma lenta. Isso devido à acentuada crise econômica que afetou o país em finais do século XIX. Tal crise inicia-se no período imperial, devido à queda do preço do açúcar no mercado externo, o que ocasionou a falta de capital, habitualmente oriundo do comércio internacional, para o financiamento da produção de bens destinados à exportação. Soma-se a isso o declínio constante da mão-de-obra utilizada nas lavouras, resultante do fim do tráfico africano e da própria escravidão, bem como das epidemias que afetaram o país, a

⁵⁸ PANG, Eul-soo, op. cit., 1979.

⁵⁹ QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de, op. cit., 1976, p. 172.

⁶⁰ CARVALHO, José Murilo, op. cit., 1998, p.133.

exemplo da cólera, em meados do século XIX.⁶¹ Nos anos iniciais da República, ainda era visível os efeitos desta crise, sendo que sob sua influência

[...] dá-se uma acomodação tácita dos diferentes setores sociais, o que implicou na preservação das práticas, valores e instituições presentes na Bahia imperial, e conferiu ao Estado (do posterior período republicano) um ritmo incomodamente lento, mas ainda assim tolerado pelos segmentos dominantes da sociedade, frente à alternativa das incertezas de alterações sociais mais profundas.⁶²

É nesse contexto que se insere o perfil político do município de Maracás, esboçado a partir do mandonismo local que se estruturava, então, sob a forma do coronelismo. Em Maracás, assim como em boa parte do sertão baiano, os principais agentes a comandar a esfera política provinham da elite local, que utilizava a propriedade da terra como um dos sustentáculos para a manutenção e efetivação do seu poder, pois, como ocorria em todo o país, boa parte da população residia na zona rural. Tornando-se, em muitos casos, facilmente manipulada pelos interesses dos coronéis da época, a exemplo do Coronel Marcionillo Souza e do seu rival político, o Coronel José Antônio de Miranda.

Como esses coronéis possuíam grandes propriedades rurais, empregando ou arrendando terra para um número significativo de indivíduos, passavam a exigir dessa gente, a sua clientela, a defesa de seus interesses. Com a população mais pobre que habitava a zona urbana não era diferente, posto que a maioria acabava prestando serviço para esses coronéis, principalmente no período de colheita do café, pois os trabalhos oferecidos no comércio e na indústria eram limitados. Em Maracás, esse último setor funcionava de forma quase artesanal. As poucas indústrias que existiam dedicavam-se à produção de gêneros para abastecer o mercado local, tais como vinagre, velas, sabão, olarias, engenhos de aguardente,⁶³ dentre outros. Essas fábricas possuíam uma estrutura rudimentar e um baixo poder de arregimentação de trabalhadores.

Evidentemente, quando se ressalta certo domínio exercido pelos coronéis sobre as populações rural e urbana, não há a pretensão de negar as contradições e resistências materializados por elas contra os interesses dos coronéis, que tinham

⁶¹ ARAÚJO, Dilton Oliveira de. *Republicanism e Classe Média em Salvador: 1870 a 1889*. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 1992. (mimeo), p.140.

⁶² SILVA, Aldo José Moraes da, op. cit., 2006, p. 35.

⁶³ APM, Ata do Conselho Municipal de Maracás, período de 1922 a 1929, p. 46.

consciência da existência de tais contradições e resistências, tanto é que mantinham exércitos particulares de jagunços, utilizados para tentar controlar as possíveis manifestações contra a “ordem estabelecida”.

Nessa perspectiva, em Maracás, assim como em outros lugares do Brasil, o sertanejo criou estratégias⁶⁴ de resistência que norteavam as suas práticas, em suas relações familiares, sociais e políticas, fundamentados a partir de recursos simbólicos e materiais disponíveis naquela sociedade, o que lhes permitia, muitas vezes, burlar as regras impostas pelos chefes locais. No período em exame, ao observar a organização sócio-espacial de Maracás, percebe-se a grande concentração de negros na Rua do Cuscuz. Tal fato pode ser entendido como uma dessas estratégias para enfrentar, ou ao menos, para burlar a “ordem estabelecida”, posto que, essa parcela da população, através de seus laços de amizade e de parentesco, lançava mãos de mecanismos que lhes permitiam fazer frente à exclusão social imposta pela população “branca”. Essa rua ocupava um espaço que hoje compreende as ruas 13 de Maio, André Magalhães e a Amélia Mariniello. Jerry Guimarães enfatiza que essa via pública, naquele período, foge à acepção habitual do termo, posto que:

Rua do Cuscuz é uma denominação genérica não para uma rua, no sentido literal, mas para um espaço mais amplo. É o que Jacques D'Adesky chama de “espaço de pertencimento que especifica a posição do ator social e a inscrição de seu grupo de pertencimento em um lugar”. É neste sentido simbólico, portanto, que utilizamos o termo Rua do Cuscuz [...].⁶⁵

A rua recebe esse nome pelo fato de que os seus antigos moradores faziam cuscuz para ser vendido ao restante da comunidade, de modo muito artesanal, como fica patente na fala de um dos moradores do município:

[...] por que Cuscuz? Porque aquele pessoal que, vamos dizer, construíram Maracás, eram sempre africanos, e eles faziam muito cuscuz de milho, e vendiam aos brancos, porque naquela época não existia padaria. Então ficou chamando Rua do Cuscuz, porque todo mundo ia lá comprar cuscuz.⁶⁶

⁶⁴ Ainda como exemplos dessas estratégias, podem ser citados: o ingresso no exército particular de outro coronel, rival ao seu desafeto; dar coito e colaborar para a execução de vingança empreendida por inimigos do coronel malquisto, dentre outros.

⁶⁵ Guimarães, Jerry Santos. *O Clube do Cuscuz: espaço de festa, identidades e resistências*. Monografia (Graduação em história) – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Vitória da Conquista, 2003, (mimeo), p. 43.

⁶⁶ Entrevista concedida pelo Sr. Gesínio dos Anjos (78 anos), realizada por Jerry Guimarães em fevereiro de 2003, Maracás – BA.

De acordo com o que foi dito, pode-se inferir que a delimitação espacial da cidade de Maracás tem a sua gênese a partir das relações de poder presentes na teia social, e que muda de contorno, redefine-se com base na experiência, nas práticas de homens que viveram e agiram dentro dos limites impostos pelo seu próprio tempo. Desta forma, torna-se evidente, principalmente no caso da Rua do Cuscuz, que a sua localização sócio-territorial não nasce pronta, como se fosse fruto de um passe de mágica, mas, pelo contrário, ela resulta do jogo de interesses efetivados nas tramas sociais, nos quais as relações de forças se materializam de forma contundente e explícita.

Outro indício que demonstra a resistência da população ou, pelo menos o espaço onde ela poderia ser materializada, em relação aos anseios dos chefes locais, é o fato dos coronéis forjarem os resultados das eleições, sem que houvesse a votação direta por parte da população, talvez por medo de serem surpreendidos pelos resultados. Assim, ao efetivar tal prática, potentados locais detinham um instrumento poderoso de barganha no cenário político, o voto que era utilizado para angariar benesses junto às esferas do poder público estadual ou federal durante a vigência da Primeira República.

Desta forma, o Coronel Marcionillo Souza vem concretizar o seu prestígio e significativa participação no meio político ao “controlar” um dos municípios que, durante as primeiras três décadas do século XX, destacava-se no contexto dos colégios eleitorais manipulados por chefes políticos locais que exerceram influência no cenário político baiano, a exemplo de Horácio de Matos (Lençóis), Franklin Lins de Albuquerque (Pilão Arcado) e Anfilóbio Castelo Branco (Remanso), conforme pode ser verificado na tabela abaixo:

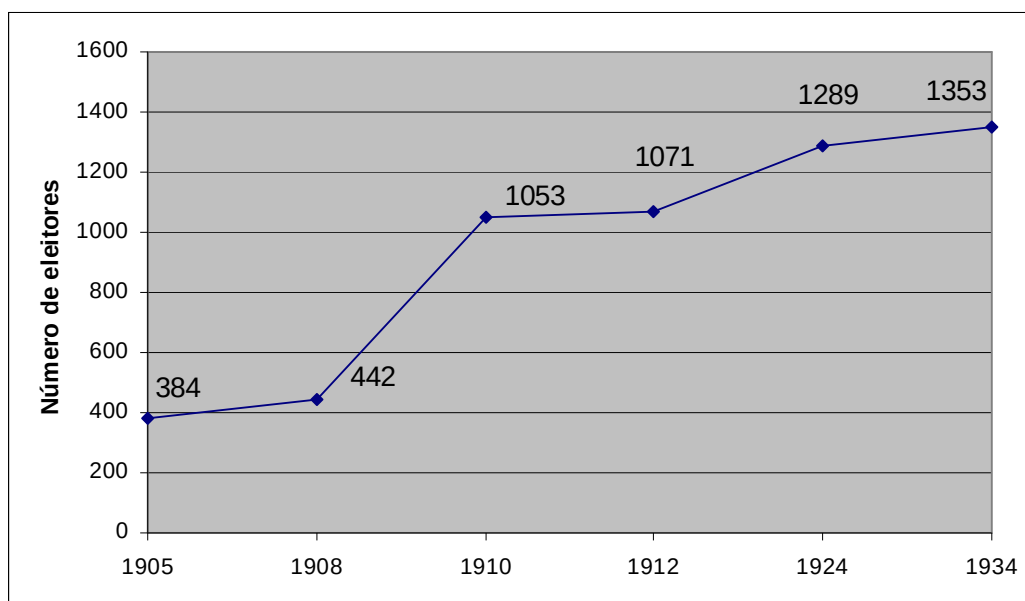
TABELA III – Número de eleitores de alguns municípios do interior da Bahia controlados por figuras de relevante destaque no cenário político, durante a Primeira República⁶⁷.

Município	1905	1908	1910	1912	1924	1934
Andaraí	608	686	686	999	1055	939
Barreiras	715	727	1255	1260	1431	1410
Carinhanha	514	660	660	813	1004	301
Lençóis	695	850	848	848	-	644
Maracás	384	442	1053	1071	1289	1353
Mucugê	629	1185	1185	1185	665	233
Pilão Arcado	235	435	509	480	1506	627
Remanso	377	786	878	1007	1029	1000
Rio Preto	369	558	558	609	-	78
Sento Sé	492	492	492	702	-	396
Bahia	73.441	91.174	99.935	108.463	-	153.376

Fontes: Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio, Diretoria do Serviço de Estatística Eleitoral da República dos Estados Unidos do Brasil, p. 17-39; Guedes, anuário... 1934, p. 45-48; *In* PANG, 1979, p. 239.

Anuário Estatístico Ano 1924: Território e população, vol. I. Imprensa Oficial do Estado da Bahia. Salvador, 1926, p. 61 a 65.

Gráfico II – Número de eleitores registrados em Maracás (1905-1934)



Fontes: Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio, Diretoria do Serviço de Estatística Eleitoral da República dos Estados Unidos do Brasil, p. 17-39; Guedes, anuário... 1934, p. 45-48; *In* PANG, 1979, p. 239.

Anuário Estatístico Ano 1924: Território e população, vol. I. Imprensa Oficial do Estado da Bahia. Salvador, 1926, p. 61 a 65.

⁶⁷ A escolha dos municípios que aparece na tabela ocorreu, em um primeiro momento, devido à participação dos seus chefes no *Levante Sertanejo*, como foi o caso de Andaraí, Carinhanha, Lençóis, Mucugê e Remanso. Os outros foram selecionados de forma aleatória, de acordo iam aparecendo nas fontes consultadas.

Até o momento, não foi possível identificar quais os fatores que contribuíram para a alta acentuada do número de eleitores em Maracás no ano de 1910. O fato é que, no decorrer de dois anos, como pode ser visualizado na Tabela III, houve um acréscimo de 611 pessoas aptas a participarem do processo eleitoral. Se, em 1908, o município ocupava a nona posição no *ranking* dos municípios acima citados, só possuindo um número maior de eleitores do que o município de Pilão Arcado, em 1910 passou a ocupar a terceira posição, posto que Barreiras e Mucugê continuavam tendo um colégio eleitoral com mais votantes do que Maracás.

O número de eleitores em Maracás não sofreu alterações significativas no período que vai de 1924 a 1934. Isso se evidencia quando selecionado um ano intermediário desse período: 1927. Nesse ano, Maracás possuía seis seções eleitorais, descritas como segue: 1ª Seção, Paço Municipal, 200 eleitores; 2ª Seção, Edifício da Secretaria da Intendência Municipal, 243 eleitores; 3ª Seção, Edifício da Escola Pública Estadual do Sexo Masculino, 286 eleitores; 4ª Seção, Edifício da Escola Pública Estadual do Sexo Feminino, 189 eleitores; 5ª Seção, Edifício da Coletoria Estadual, 211 eleitores; 6ª Seção, Edifício da Escola Pública Estadual Mista, localizada em Machado Portela, 260 eleitores. Como pode ser constatado, 1389 maracaenses estavam credenciadas a “escolherem” os seus representantes para o legislativo e o executivo nos três níveis de poder, municipal, estadual e federal.⁶⁸

Sendo assim, Marcionillo Souza sabia de que a sua influência política estava diretamente relacionada com a quantidade de votos que pudesse arregimentar. Para tanto, lançava mão de mecanismos, próprios das relações de poder existentes sob o coronelismo: no dias das eleições, encher as ruas de Maracás com jagunços para intimidar os seus rivais políticos e os eleitores recalcitrantes, ou então, assumir ou indicar pessoas de sua confiança para presidirem as sessões eleitorais. Dessa maneira, na disputa eleitoral para ocupar o cargo de intendente durante o biênio 1924/1925, o seu filho Rodrigo Antônio de Souza ocupou a presidência da 1ª Seção. Nesse momento, foi eleito o aliado político do Coronel Marcionillo Souza, o Coronel André Magalhães Júnior⁶⁹. Em 1921, o próprio Marcionillo Souza foi quem

⁶⁸ AFWT, Cartório de Registro de Móveis e Hipotecas, Livro de Notas, nº. 41, 1927, p.41.

⁶⁹ AFWT, Cartório de Registro de Móveis e Hipotecas, Títulos e Documentos, Livro B, nº. 02, período 1919 a 1934, p. 40 e 41

comandou os trabalhos da 2ª Seção Eleitoral.⁷⁰ Nas eleições de 1927, quem presidiu a mesma mesa eleitoral foi seu outro filho, Adolfo Antônio de Souza, e Marcionillo foi eleito intendente para o período de 1928 a 1930.⁷¹ Como o voto não era secreto, controlar a mesa eleitoral tornava-se uma das formas de que o Coronel lançava mão para melhor policiar o seu “rebanho”. Soma-se a isso o fato de que as consequências poderiam ser drásticas para aqueles que não votassem nos candidatos indicados por este coronel, principalmente no período que vai do *Levante Sertanejo*, em 1919/1920, até a sua prisão em 1930.

O controle da mesa eleitoral tornava-se um mecanismo importante no jogo político, pois era essa que se encarregava de elaborar a ata final das eleições e fazer a contagem final dos votos. A garantia da presença de pessoas da confiança do Coronel Marcionillo Sousa na composição das mesas eleitorais significava:

[...] ter assegurada a vitória, porque, ainda sob a vigência da Lei Rosa e Silva (nº 1.269, 15 nov. 1904), a contagem dos votos continuava a ser feita pelas mesas eleitorais. Se o número de eleitores não correspondesse ao compromisso assumido, o recurso era *emprenhar a urna* – como se procedia nas eleições do Brasil Império – fazendo os ausentes votarem e os mortos ressuscitarem [...].⁷²

Sem sombra de dúvida, a República, em relação ao período final do Império, elevou o número de eleitores quando estabeleceu o voto direto para cidadãos acima de 21 anos de idade e alfabetizados. Mesmo assim, devido às limitações impostas pela Constituição de 1891, a parcela da população que participava do processo eleitoral era reduzida, pelo fato de analfabetos, mulheres, mendigos, praças-de-pré e monges de ordens monásticas não poderem votar. Maracás não foge à regra, pois dos 38.000 habitantes em 1924, apenas 3,5% aproximadamente preenchiam os requisitos necessários para garantir participação nos pleitos eleitorais.

Levando em consideração que o acesso ao estudo, na maioria das vezes, limitava-se aos setores mais abastados da sociedade, ao ser negado ao analfabeto o direito de votar, fica evidente o caráter elitista do sistema político brasileiro, assim como o da Bahia durante a *Primeira República*, pois, “ainda que os dados do censo de 1920 sejam pouco confiáveis, eles revelam que, naquele ano, mais de 80% da

⁷⁰ AFWT, Cartório de Registro de Móveis e Hipotecas, Livro de Notas nº. 29, 1921 p. 31 a 36.

⁷¹ AFWT, Cartório de Registro de Móveis e Hipotecas, Livro de Notas nº. 40, p. 01 a 09.

⁷² SAMPAIO, Consuelo Novais, op. cit., 1985, p. 51.

população total do Estado não sabiam ler nem escrever. Da população acima de 15 anos, 75% eram analfabetos”.⁷³

Mesmo notando que, no período acima indicado, o município de Maracás contava com seis núcleos escolares, as escolas mistas de Figueiredo, de Umburanas, de Itaeté, de Lagedo das Bonitas, de Arraial de Três Morros e de Serra da Boa Vista, a maioria dos seus frequentadores provinha das classes mais abastadas da sociedade maracaense. Ademais, boa parte destas escolas funcionava de forma precária. Geralmente as atividades de docência eram realizadas nas casas das próprias professoras. Para manter estas unidades escolares em funcionamento, a Intendência destinava a sexta parte da arrecadação municipal, o que girava em torno de onze mil contos de réis.⁷⁴ Por outro lado, os cargos de professoras eram utilizados para reforçar os laços de fidelidade entre os coronéis e os seus protegidos.

Tais laços de lealdade, por sua vez, eram reafirmados durante as principais festas religiosas do município, entre as quais merecem destaque as quermesses organizadas para os festejos dos padroeiros de Maracás, Nossa Senhora das Graças e São Roque. As cerimônias arrastavam-se por vários dias, com celebração de missas, leilões, jogos, apresentação das filarmônicas locais, venda de bebidas e comidas em barracas destinadas a este fim. O período das celebrações cristãs era aproveitado para a realização de casamentos e batizados, nos quais, na maioria das vezes, os coronéis Marcionillo Souza e o seu rival José Antônio de Miranda assumiam a posição de padrinhos, o que contribuía também para reforçar os vínculos firmados entre os coronéis e seus prosélitos. Por outro lado, serviam para evidenciar o lugar social ocupado pelos indivíduos que efetivavam esses laços com os chefes locais, confirmando o que já salientara Maria Isaura Pereira de Queiroz:

Um coronel importante constituía [...] uma espécie de elemento sócio-econômico polarizador, que servia de ponto de referência para se conhecer a distribuição dos indivíduos no espaço social, fossem estes seus pares ou seus inferiores [...]. A pergunta: “Quem é você?” recebia invariavelmente a resposta: “Sou gente do coronel Fulano”. Esta coordenada necessária para conhecer o lugar sócio econômico do interlocutor, além de sua posição política.⁷⁵

⁷³ SAMPAIO, Consuelo Novais, op. cit., 1985, p. 50.

⁷⁴ APM, Ata do Conselho Municipal de Maracás, período de 1922 a 1929, p. 74 a 81.

⁷⁵ QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de, op. cit., 1976, p. 164.

Assim, quanto mais próximo o indivíduo comum se mostrava do coronel, mas requeria para si certo respeito, pois era alguém que contava com a proteção e amizade de um dos chefes locais. Além disso, ao firmar laços com um coronel, o sujeito sentia-se na obrigação de apoiar as suas decisões políticas, e em muitos casos, levantar-se em armas para fazer valer a vontade de seu protetor.

Uma das principais estratégias efetivadas pelos coronéis para tornar legítimo e legal o seu mando no cotidiano da municipalidade era a de manipular e ocupar os principais cargos nas instâncias do poder público (Intendência, órgãos da Justiça, Conselho Municipal, dentre outros). Assim, exercer o controle sobre as instituições públicas locais equivalia a alcançar projeção na hierarquia social, significava materializar o poder na sua plenitude, já que:

No Brasil, as instâncias do poder público, em vez de promoverem a cidadania e o exercício das liberdades políticas, transformaram-se num aglomerado burocrático, apropriado pela elite proprietária, encarregada de reproduzir um imaginário político com alicerces bastantes definidos: dominação e subordinação. Foram estes os elementos que formaram e fundamentaram as estruturas administrativas e políticas das instituições públicas locais.⁷⁶

Demonstrando o que foi exposto, pode-se verificar que na baliza cronológica inicial deste trabalho, o ano de 1915, o Poder Executivo de Maracás era exercido por um intendente que recebia um soldo mensalmente. Já o Legislativo Municipal compunha-se de 12 conselheiros que exerciam a função gratuitamente. Entretanto, a inserção no cenário político, bem como o prestígio e as oportunidades que esses cargos podiam proporcionar, fazia com as vagas do Conselho Municipal fossem bastante disputadas em momentos eleitorais.

Nesta perspectiva, tais cargos foram disputados acirradamente pelas facções dos Rabudos e dos Mocós.⁷⁷ No ano de 1916, o Coronel José Antônio de Miranda era o intendente. Em 1930, data limite dessa pesquisa, era o Coronel Marcionillo Souza quem exercia esta função. O primeiro já havia ocupado a intendência no biênio de 1902 a 1904, além de ter sido adjunto de promotor público, coletor estadual e subdelegado.⁷⁸ Marcionillo Souza, em 1922, fez com que o seu filho,

⁷⁶ IVO, Isnara Pereira. *Poder local e mandonismo na Cidade da Conquista*. In: AGUIAR, Ednalva Padre (org.). *Política - O Poder em Disputa: Vitória da Conquista e Região*. Museu Regional de Vitória da Conquista/ Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, 1999. (Série Memória Conquistense).

⁷⁷ Os embates entre estes dois grupos serão apresentados, de forma mais detalhada, no Capítulo 3.

⁷⁸ BARROS, Francisco Borges de, op. cit. 1917, p. 36.

Capitão Rodrigo Antônio de Souza ocupasse a direção do executivo da Cidade. Em 1926, o próprio Coronel assumiu a presidência do Conselho Municipal. Isso sem falar nos aliados desses chefes políticos, que passaram a desempenhar esta e outras funções administrativas. Evidencia-se, portanto, o quanto os líderes políticos maracaenses viam nos cargos administrativos ferramentas eficazes para se afirmarem e legitimarem as suas ações frente à sociedade.

Ademais, em torno do governador de cada Estado, eleitos pelas máquinas dos partidos únicos estavam os coronéis, que tinham o seu poder político reafirmado a partir da *Política dos Governadores* implantada pelo Presidente Campos Sales em 1898, segundo a qual, era de cada unidade da federação que se governava a República: “A política dos estados [...] é a política nacional”, o que sinaliza a interdependência do Estado em relação ao coronel, como indivíduo munido de mecanismos capazes de garantir a manutenção da “ordem” estabelecida pela elite política do país durante o Império e, posteriormente, na Primeira República – 1889 a 1930.⁷⁹

Segundo Sampaio, a *Política dos Governadores* consistia na não interferência por parte do Presidente da República nos assuntos internos de cada Estado. Por sua vez, os governadores, junto com as suas bancadas no Congresso Nacional, deveriam apoiar, incondicionalmente o projeto de governo do Presidente. Esse mesmo processo se efetivava entre o governo dos Estados federados e os chefes políticos municipais. Estes, por sua vez, ao controlarem os seus “currais eleitorais”, garantiam vitória aos candidatos indicados pelo Governo do Estado que, em contrapartida beneficiava os coronéis com a “distribuição de cargos públicos, concessão de privilégios em obras públicas, empréstimos, negociatas, etc”.⁸⁰ Os chefes locais, em controle de tais prerrogativas, as distribuíam entre a sua clientela. Estes hipotecavam fidelidade em relação àqueles. Estava, portando, consubstanciada a política de compromisso que tanto marcou os anos iniciais da República brasileira.

Nesse contexto, o município passa a ter um valor político antes desconsiderado e a pessoa do coronel, geralmente um grande proprietário de terra com bastante prestígio social, passa a compreender as suas instituições políticas e administrativas

⁷⁹ SALES, Campos. *Da Propaganda à Presidência*. Lisboa: Typ. A Editora Lisboa, 1908, p. 252.

⁸⁰ SAMPAIO, Consuelo Novais, op. cit., p. 44.

como um instrumento capaz de contribuir para a efetivação dos seus projetos. Assim. O Coronel Marcionillo Souza, ao ocupar as instâncias do poder público local, promoveu a construção de uma atmosfera de subordinação e dominação que foi, muitas vezes, contestada pelos seus contemporâneos. Nesta perspectiva, não será furtado o olhar para o fato de que as estratégias efetivadas por este coronel são frutos das relações de força presentes nas lutas travadas entre os diversos segmentos da sociedade. E evidencia que,

[...] durante a monarquia e a república, o município continuou a servir de reduto do coronel-fazendeiro, que usava e abusava da região como se fosse seu domínio privado. A ausência de um Estado forte e centralizado, de 1850 a 1930, favoreceu o florescimento do coronelismo como sendo a única instituição viável de poder.⁸¹

Assim, como em outras regiões do Brasil, foi constatada uma acirrada disputa no seio da elite maracaense para a ocupação e manutenção de cargos na esfera do poder local. De um lado estavam os Rabudos, liderados pelo Coronel Marcionillo Antônio de Souza; de outro, os Mocós, chefiados pelo Coronel José Antônio de Miranda. Estes dois grupos alternaram-se na ocupação dos principais cargos políticos e administrativos, beneficiando as suas parentelas e excluindo os aliados do grupo rival quando em posse desses cargos.

CHEGADO DE MARCIONILLO SOUZA A MARACÁS

Foi no contexto descrito até aqui que o Coronel Marcionillo Antônio de Souza efetivou as estratégias que lhe levaram a tornar-se um dos chefes político de Maracás e região. Entretanto, ele não nasceu nesse município, era oriundo de Condeúba⁸², na Bahia, filho do Capitão Rodrigo Fernandes de Souza e Maria Altina de Oliveira Dutra, tendo nascido em 30 de abril de 1859.⁸³ De início exercia atividades comerciais, mediante tropas de muares, conduzindo mercadorias – como fumo e couro – desde o Norte de Minas Gerais até a Estação da Estrada de Ferro Central da Bahia em João Amaro, próximo a laçu, de onde as enviavas para a

⁸¹ PANG, Eul-soo, op. cit., 1979, p. 34.

⁸² Na certidão do primeiro casamento do Marcionillo Souza consta que esse nasceu na Freguesia do Senhor Bom Jesus dos Meiras, atualmente Município de Brumado. Entretanto, no Processo Crime nº 662, março 41, encontrado no Arquivo do Fórum Washington Trindade, durante o seu depoimento, o Coronel Marcionillo Souza, afirma por várias vezes ter nascido em Condeúba (BA).

⁸³ AFWT, Cartório de Registro de Móveis e Hipotecas, Títulos e Documentos, Livro B-01, nº. 181, fl. 84v.

capital da Província.⁸⁴ Ao longo desse trajeto estava situada a Imperial Vila de Maracás que se constituía enquanto rota indispensável por ser um excelente ponto de pouso para animais e tropeiros, além de se configurar enquanto mais uma localidade a ser explorada comercialmente pelo futuro coronel.

Em passagem pela Imperial Vila de Maracás, o tropeiro Marcionillo Souza costumava repousar na Fazenda Alegria, que distava aproximadamente duas léguas da sede daquela Vila. Essa fazenda pertencia ao Tenente-Coronel Francisco Joaquim Alves Meira⁸⁵, que, frequentemente, alugava suas pastagens para as tropas que por ali transitavam. Em uma de suas viagens a trabalho, ao passar por Maracás, Marcionillo foi ferido acidentalmente por um tiro de espingarda e, por manter relações comerciais e de amizade com o Tenente-Coronel Francisco Joaquim Alves Meira, foi hospedado em sua casa até recuperar-se do ferimento.

Nesse ínterim, conheceu Francisca Joaquina Alves Meira – filha do Tenente-Coronel e de Rita Joaquina Alves Meira – encarregada por seu pai de cuidar do ferimento de seu hóspede. Após o restabelecimento da sua saúde, em 29 do mês de maio de 1882, Marcionillo Souza casou-se com Francisca Joaquina,⁸⁶ abandonou a atividade de tropeiro e passou a residir em Maracás.⁸⁷ Possivelmente, percebeu que aquele casamento poderia melhor corresponder às suas ambições pessoais, pois o seu sogro era uma pessoa respeitada pela comunidade da qual fazia parte e gozava de certa estabilidade econômica. Ademais, o matrimônio foi uma excelente oportunidade para abandonar uma atividade que exigia muitos sacrifícios dos tropeiros, que tinham que enfrentar:

[...] longos percursos, tocando os burros e prestando atenção para que nada de errado pudesse acontecer e machucar um animal ou danificar as mercadorias. Além do mais, o tropeiro precisava ter condições físicas para o trabalho, pois pegavam muito peso, caminhavam muito e dormiam e se alimentavam em condições inadequadas. O trabalho era árduo e a disciplina rigorosa: levantavam cedo, pegavam os animais, arriavam e começavam a andar até chegar em outro pouso ou ao seu destino.⁸⁸

⁸⁴ PORTELA, Osvaldo, op. cit., s/d. p. 35.

⁸⁵ Esse Coronel recebia a alcunha, devido a sua baixa estatura, de Coronel Taquinho.

⁸⁶ Após o casamento Francisca Alves Meira assumiu o nome de Francisca Alves de Souza.

⁸⁷ AFWT, Cartório de Registro de Móveis e Hipotecas, Títulos e Documentos, Livro B-01, nº. 181, fl. 84v.

⁸⁸ NOVAIS, Idelma Aparecida Ferreira. *Produção e comércio na Imperial Vila da Vitória (Bahia, 1840-1888)*. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2008. (mimeo), p. 105.

Não que o tropeirismo não trouxesse certo prestígio para os seus integrantes, pois eles, em muitos casos, tornavam-se os agentes de ligação e intermediação das relações comerciais e pessoais, pois, além de mercadorias, os tropeiros conduziam correspondências de amigos e entes separados pela distância. Isso ocorria em um período de comunicação difícil, seja pelas péssimas condições das vias de comunicação, seja pelas duras penas – em muitos casos dormiam e se alimentavam de forma inadequada – a que um indivíduo se submetia ao longo de uma viagem. Além disso, os tropeiros eram responsáveis por trazer as notícias dos últimos acontecimentos para as localidades que mantinham relações comerciais. Desta forma,

[...] o tropeiro era geralmente muito conhecido na vila, reconhecido como pessoa de bem que, vivendo deste trabalho, tornava-se credor de grande confiança e estima dos comerciantes. Essa confiança pode ser explicada pelo fato do tropeiro agregar algumas características como a honestidade e a lealdade, ao cuidar de encomendas e entregá-las com todo o cuidado, além de serem considerados práticos e honrados nos negócios.⁸⁹

Antes de estabelecer residência na Imperial Vila de Maracás em 1877, o Tenente-coronel Francisco Joaquim Alves Meira morava em Bom Jesus dos Meiras (atualmente Brumado). Ao retirar-se dessa localidade, deixou propriedades⁹⁰ sob os cuidados do seu filho Justiniano Alves Meira e do seu genro Silvino, casado com Melvina Alves Meira. É provável que o tropeiro Marcionillo Souza houvesse sido, em certos momentos, encarregado de levar e trazer notícias daqueles entes ao Tenente-Coronel que viria a ser seu sogro, pois Bom Jesus dos Meiras estava situada na rota comercial onde desenvolvia as suas atividades.⁹¹

Os motivos acima mencionados podem ter sido os responsáveis pelo fato do Tenente-Coronel Francisco Joaquim Alves Meira hospedar e permitir que a sua filha casasse com um forasteiro. Sem sombra de dúvidas, a fixação do tropeiro em solo maracaense foi o primeiro passo para que, tempos depois, Marcionillo se tornasse coronel e exercesse o controle das instituições políticas e administrativas do município de Maracás e passasse a influenciar significativamente as tramas políticas efetivadas na Bahia de então.

⁸⁹ NOVAIS, Idelma Aparecida Ferreira, op. cit., 208, p.105.

⁹⁰ Estas propriedades eram constituídas por duas fazendas (Boa Vista e Lagoa Velha) e duas casas na sede daquele termo.

⁹¹ APEB, Judiciário, Inventário de Rita Joana Alves Meira: estante 1, caixa 143, março 235, documento 7.

Não foi possível precisar o valor dos bens materiais do tropeiro Marcionillo Souza no momento em que passou a residir em Maracás. Entretanto, no desenrolar do inventário de sua esposa, Francisca Joaquina Alves Meira, que o deixou com dez filhos: Tranquilino, Rodrigo, Maria, Etelvina, Altina, Rita, Antônio, Malvina, Adolpho e Francisco Antônio de Souza,⁹² pode-se ter uma idéia da riqueza acumulada por ele ao longo dos dezessete anos de residência em Maracás.

Naquele momento, o Coronel Marcionillo Souza já havia acumulado um patrimônio significativo. Seus bens estavam avaliados em 22:793:000 (vinte e dois contos e setecentos e noventa e três mil réis). Abatendo a dívida ativa do casal, que era de 8:603:190 (oito contos e seiscentos e três mil e cento e noventa réis), foram divididos entre o viúvo e seus filhos a quantia de 14:189:810 (catorze contos e cento e oitenta e nove mil e oitocentos e dez réis). Tudo indica que a pecuária e, especialmente, o cultivo do café, constituíam a principal fonte de renda do Coronel Marcionillo.⁹³

Não foi possível especificar a data na qual Marcionillo Souza comprou a sua patente de Coronel da Guarda Nacional. Segundo Emerson Pinto Araújo, isso ocorreu em 1910.⁹⁴ Entretanto, documentos⁹⁵ da década de 1890, se reportam a Marcionillo Souza como Coronel. Por outro lado, naquela época era comum a população de uma comunidade referir-se as pessoas mais abastadas como coronel, mesmo que o indivíduo não possuísse legalmente esse título. É o que ficou registrado na historiografia como coronel sem patente, não sendo esse o caso de Marcionillo, pois no momento do chamado *Levante Sertanejo*, que será abordado no terceiro Capítulo, a imprensa situacionista denunciava aqueles coronéis que não possuíam patente, não constando o nome do Coronel Marcionillo Souza entre os mencionados.⁹⁶

Após estabelecer residência em Maracás, o tropeiro Marcionillo Souza percebeu que o seu ingresso no jogo político partidário poderia servir às suas ambições pessoais. Assim, procurou aproximar-se cada vez mais de Pedro

⁹² Tempos depois o Coronel Marcionillo Souza casou-se com Rosa Amélia de Souza com quem teve mais três filhos, a saber: Marcionillo Antônio de Souza Filho, Rosa Gaudência Bloisi e Maria Madalena de Souza

⁹³ APEB, Judiciário, Inventário de Francisca Joaquina Alves Meira: estante 1, caixa 144, março 238, documento 8.

⁹⁴ ARAÚJO, Émerson Pinto de. *Capítulos da História de Jequié*. Salvador: GSH Editora, 1997.

⁹⁵ APEB, Judiciário, Inventário de Rita Joana Alves Meira: estante 1, caixa 143, março 235, documento 7; Judiciário, Inventário de Francisca Joaquina Alves Meira: estante 1, caixa 144, março 238, documento 8.

⁹⁶ *O Democrata*, 24 de maio de 1920.

Gonçalves do Nascimento Ribeiro, que havia mudado para Maracás em 1865, após o seu casamento com Maria Rita Ribeiro de Novaes e a sua nomeação para Inspetor Paroquial dessa vila. Ribeiro era primo de José Gonçalves da Silva, Governador da Bahia entre 1890 e 1891, e conseguira ser nomeado para intendente do município com o apoio do primo.⁹⁷ Posteriormente, foi eleito Deputado Estadual pela 5ª Seção Eleitoral, da qual aquele município fazia parte.

Para garantir a sua vaga na Câmara dos Deputados da Bahia, Pedro Gonçalves mantinha o monopólio dos votos de Maracás e região. Para isso, “contava ora com o apoio dos Rabudos, ora com a ajuda dos Mocós, ora com a colaboração de ambos [...]. Na Câmara estadual, apoiava todas as proposições do governo, exigindo em troca que a política não interviesse nos conflitos entre Rabudos e Mocós”. Apoiava as ações de um dos dois grupos, a depender da situação, recebendo, por isso, a alcunha de Pedro Cortiça, pois procurava manter-se sempre por cima da situação.⁹⁸

O primeiro passo dado pelo tropeiro Marcionillo Souza para se aproximar de Pedro Gonçalves foi convidá-lo para ser padrinho do seu casamento com Joaquina Alves Meira.⁹⁹ O apoio vindo do Deputado Pedro Gonçalves foi imprescindível para a inserção do ex-tropeiro Marcionillo Souza no cenário político de então. Segundo Osvaldo Portela (s/a), em um dos momentos em que o Deputado Pedro Gonçalves se afastara politicamente do Tenente-Coronel Francisco Alves Meira, este teria exigido atitude semelhante do seu genro Marcionillo Souza, cuja recusa levou ao rompimento dos laços de amizade entre os dois. Com o passar dos tempos essa inimizade foi aumentando, chegando ao ponto de o Coronel Francisco Alves Meira acusar o seu genro de ter matado, por envenenamento a sua filha e esposa daquele, Francisca Alves Souza.¹⁰⁰

O rompimento do Coronel Marcionillo Souza com o seu sogro ocorreu após 1891, pois nesse ano o Coronel Francisco Alves Meira fora convidado por Pedro Gonçalves do Nascimento para ser sua testemunha no inventário judicial devido à morte de seu cônjuge Maria Rita Ribeiro de Novais,¹⁰¹ atitude que ainda era

⁹⁷ APEB, Seção Colonial e Provincial. Maço 963 – Atos do Governo da Província 1835-1848, p. 371.

⁹⁸ ARAÚJO, Émerson Pinto de, op. cit., 19976, p. 137.

⁹⁹ AFWT, Cartório de Registro de Móveis e Hipotecas, Títulos e Documentos, Livro B-01, nº. 181, fl. 84 v.

¹⁰⁰ AFWT, Processo Crime nº 597, março 38, p. 13 (frente e verso).

¹⁰¹ APEB, Judiciário, Inventário de Maria Rita de Novais Ribeiro: Estante 1, caixa 141, março 232, documento 10.

demonstrativa da existência de confiança entre ambos, desde que o inventário era uma exposição da situação econômica dos envolvidos ante as testemunhas do processo. Naquele momento, portanto, Pedro Gonçalves mantinha relações amistosas com o Coronel Francisco Alves Meira e, conseqüentemente, com o extropeiro Marcionillo Souza, pois o rompimento entre os dois primeiros foi, provavelmente, o motivo da desavença estabelecida entre os dois últimos.

A desafeição entre o Tenente-Coronel Francisco Alves Meira e o seu genro chegou ao ponto – segundo Gentil Meira, em carta publicada pelo jornal *Diário da Bahia* – de o primeiro aliar-se aos Mocós Teotônio Meira, Coronel Antônio de Miranda, Capitão Antônio Pereira, José de Miranda Rebouças e Armando Miranda Lacrose, para contratarem os Cauassús, em 1915, para assassinar o Coronel Marcionillo Souza e o seu filho Tranquilino Antônio de Souza. Isso só não foi levado a cabo devido ao fato de Marcionillo ter viajado naquele momento para a Capital e, ao regressar a Maracás, sabedor do que se passara, teria se precavido para garantir a sua vida e a de seu filho.¹⁰²

O Tenente-Coronel Francisco Alves Meira não tardou a negar as acusações publicamente, responsabilizando o Coronel Marcionillo Souza de estar por trás de tal ato. Começou a sua defesa afirmando que, “a intriga, a calúnia e a mentira são as armas de que se serve esse indivíduo – cínico, covarde e sem brio – para atezanar a honra e a dignidade dos que oferecem obstáculo aos seus desatinos e crimes”. Em seguida, desafiou o seu genro a assinar as denúncias, asseverando que existia muitas coisas que gostaria de trazer a público, tais como os assassinatos do Tabelaço Macedo e do Coronel Clemente Gondim.¹⁰³

Durante a Primeira República, em especial na Bahia, era comum a publicação de cartas assinadas por chefes políticos acusando os seus adversários de contribuírem com a perturbação da ordem, cometendo atos que prejudicavam a comunidade da qual faziam parte. Isso tinha o claro objetivo de fazer com que o Governo e as classes conservadoras passassem a apoiar o denunciante. Esse apoio poderia, como ocorreu em Maracás em 1916, interferir de forma significativa nos resultados dos conflitos locais. É isso o que será comprovado e discutido no próximo capítulo.

¹⁰² *Diário da Bahia*, 19 de dezembro de 1916.

¹⁰³ *O Democrata*, 06 de janeiro de 1917.

CAPÍTULO II

PACTOS, CONFLITOS E COERÇÕES NO SERTÃO DA BAHIA

Em Maracás, assim como em boa parte do sertão baiano, os principais protagonistas do cenário político eram os membros da elite local. Esse segmento não era monolítico, o que se evidencia pelos diversos conflitos ocorridos entre os seus integrantes para galgarem a liderança política do município. Desta forma, os embates verificados entre os Rabudos e os Mocós, na tentativa de efetivarem os seus projetos de domínio e subordinação vêm demonstrar as turbulências ocorridas no âmago da elite maracaense.

Torna-se necessário destacar que elite,¹⁰⁴ nesse contexto, é compreendida como um grupo restrito, capaz de influenciar ou manipular as principais decisões políticas e administrativas que permeavam a cotidianidade de todos os membros de sua comunidade. A adoção dessa perspectiva não tem o objetivo de negar a condição de sujeito histórico aos indivíduos que não faziam parte desse grupo, mas não pode ser ignorado o fato de que, em diversos momentos históricos e nos mais diferentes contextos, as principais decisões políticas vêm sendo adotadas por uma minoria, o que se acentua em situações em que a cidadania se apresenta limitada. A elite, na maioria das vezes, apresenta as suas ações como fruto dos interesses de toda a sociedade, não sendo diferente no município de Maracás.

É importante destacar que, no período estudado, a maioria, dos membros da elite política maracaense era normalmente detentora dos meios de produção. Aqueles que provinham de outros setores, geralmente, ao integrar a elite, passavam a assumir os seus valores e a defender os interesses de seus novos pares. O exposto evidencia que a renovação dos quadros dessa categoria era uma constante e ocorria principalmente por meio do apadrinhamento, nascimento, casamento, riqueza ou carisma.

¹⁰⁴ A Teoria das Elites é fruto do empenho de alguns estudiosos que, a partir do século XIX, lutaram para a constituição das ciências sociais como campo do conhecimento autônomo. Estes autores criaram disciplinas e teorias, dentre elas o elitismo, que passaram a nortear suas reflexões e a determinar temas legítimos a serem pesquisados. Os principais precursores desta teoria foram os italianos Gaetano Mosca (1858-1941) e Vilfredo Pareto (1848-1923) (GRYNSZPAN, 1999). No Brasil, desenvolveu-se sobretudo a partir dos estudos de José Murilo de Carvalho. Ver: A Construção da ordem: A elite política imperial. Rio de Janeiro: Campus, 1980.

RABUDOS E MOCÓS

Em Maracás e região, no bojo dos conflitos intra-elites da *Primeira República*, se deu a formação de duas facções políticas – a dos Rabudos, liderada pelo Coronel Marcionillo Antônio de Souza, e a dos Mocós, chefiada pelo Coronel José Antônio de Miranda. Essas duas facções alternaram-se na ocupação dos principais cargos políticos e administrativos, beneficiando as suas parentelas e excluindo os aliados do grupo que, fora desses cargos, assumia o papel de oposição.

O uso dos termos Rabudos e Mocós teve início em Brejo Grande, hoje município de Ituaçu, que gozava de uma forte prosperidade econômica e influenciava a vida política das cidades circunvizinhas, a exemplo de Maracás. Essa oposição brotou do seio da peleja entre as famílias Gondim e Silva pelo controle dos cargos políticos e administrativos de Brejo Grande. Com o passar do tempo, esses grupos começaram, para fortalecer as suas posições, a captar prosélitos nos municípios adjacentes.

Foi a partir dos embates travados entre essas famílias que se originaram as denominações Rabudos e Mocós. “Aos membros da família Silva, chamavam pejorativamente, de ‘Rabudos’ (ratos), pelo fato de viverem na baixada de Brejo Grande, enquanto os Gondins, que nos momentos difíceis buscavam refúgio nos morros das Lavras Diamantinas, ganharam o apelido de Mocós”.¹⁰⁵ Entretanto, a partir das adesões efetivadas por chefes políticos de outros municípios, a um desses grupos, as denominações Rabudos e Mocós receberam nova dimensão, deixando de limitar-se a caracterização dos integrantes das famílias Silva e Gondim.

Nenhum dos integrantes dos grupos se auto-intitulava Rabudo ou Mocó.¹⁰⁶ Era sempre o adversário que o apelidava. Isso porque tanto Rabudo quanto Mocó significava roedor (rato), animal sempre associado à idéia de roubo, saque, desonestidade e traição. Assim, aqueles que lutavam para ocupar os cargos político-

¹⁰⁵ ARAÚJO, Émerson Pinto de, op. cit., 19976, p. 136.

¹⁰⁶ Segundo o Dicionário Aurélio Ferreira (2004), rabudo é um mamífero roedor, equimiídeo (*Cercomys cunicularius apereoides*) do Oeste de MG, de coloração em tons de preto e ocráceo, dando um aspecto geral cinéreo-escuro, superfície ventral branca, a cauda muito longa, com pelos relativamente grandes, pretos em cima e brancos embaixo; rato-boiadeiro. Já mocó é roedor caviídeo (*Kerodon rupestris*), semelhante à cobaia. Este por sua vez é mamífero roedor caviídeo (*Cavia porcellus*), originário da região andina, e hoje conhecido apenas em estado doméstico, sendo também usado em laboratório para fins experimentais. Mede cerca de 25cm, tem corpo robusto, pernas curtas, orelhas pequenas e a cauda é ausente.

administrativos de Maracás e região não desejavam ter os nomes relacionados a tal simbologia e, em nenhum momento, autodenominavam-se Rabudos ou Mocós, mas tão-somente reconheciam-se como gente do Coronel Marcionillo Souza ou gente do Coronel José Antônio de Miranda.

Os coronéis que fortaleciam o poderio dos Rabudos em Maracás e região, além de Marcionillo Antônio de Souza, eram seu filho Tranqüilino, Zezinho dos Laços, Cassiano do Areão, Mariano Coxo e Lucas Batista Nogueira. Entre os Mocós, figuravam os Mirandas, os Caraíbas e, mais tarde, os Cauassús.¹⁰⁷ A fotografia abaixo traz os principais chefes políticos que integravam a facção dos Rabudos.

Foto 01. Os principais chefes dos Rabudos.



Foto pertencente ao Arquivo Municipal de Jequié: Da esquerda para a direita: Cassiano Marques (Cassiano do Areão), Mariano Coxo, Lucas Nogueira, Coronel Marcionillo Souza e José Marques (Zezinho dos Laços).

¹⁰⁷ No Dicionário de Aurélio Ferreira (2004), esta palavra é gravada cauçu e significa planta arbustiva, da família das marantáceas (*Calathea lutea*), de caule herbáceo, grandes flores amarelo-enzofre, e fruto capsular, com uma semente; ariá. Contudo, optamos por usar a grafia da época, a mesma utilizada pelos integrantes desta família, inclusive com uso do acento agudo, quando assinavam o seu sobrenome.

O CHEFE DOS MOCÓS

Antes de proceder a análise dos conflitos estabelecidos entre os dois grupos protagonistas do cenário político de Maracás e região, torna-se necessário apresentar, embora de forma sucinta, algumas informações a respeito do chefe dos Mocós, o Coronel José Antônio de Miranda, principal adversário político do Coronel Marcionillo Souza. A sua família veio para o município de Maracás no ano de 1811, quando o seu avô paterno, o Alferes José Antônio de Miranda comprou as fazendas Tamanduá e Caatinga do Riacho da Palma que, posteriormente, recebeu o nome de Fazenda dos Mirandas.

O Coronel José Antônio de Miranda nasceu em Maracás no ano de 1859, mesmo ano do nascimento do Coronel Marcionillo Souza, filho do Capitão Antônio José de Miranda e de Balbina Novaes Miranda. A sua família o enviou para o Rio de Janeiro, onde passou a cursar a Faculdade de Medicina, o que permite inferir que esse Coronel descendia de uma família abastada, pois, naquela época, eram poucos os que detinham condições materiais suficientes para custear os estudos de seus filhos na capital do Império.

Ainda estudante, em viagem de férias a Maracás, conheceu a viúva Maria Luiza Pita, com quem se casou tempos depois. Para isso, abandonou o curso de Medicina, faltando apenas um ano para a sua conclusão. Essa atitude foi reprovada por sua mãe, já viúva, a ponto de levá-la a não mais relacionar-se com o seu filho. Dona Balbina, como era conhecida, fugia aos padrões das mulheres de sua época, pois, com a morte de seu consorte, passou a administrar as fazendas da família, ficando famosa por conduzir uma espingarda de repetição “papo amarelo” na sela de sua montaria durante a travessia dos caminhos que separavam as suas propriedades.¹⁰⁸

O Coronel José Antônio de Miranda iniciou a sua carreira na administração pública em 1889, ocupando o cargo de Adjunto de Promotor Público. A partir de então, assumiu outros cargos políticos e administrativos. A título de exemplo, podem ser citados os de Procurador do Escrivão do Termo de Jequié em 1901,¹⁰⁹ o de

¹⁰⁸ REBOUÇAS, José Antônio Formigli. *Álbum de Família: Perfis e Genealogias*. Itabuna, 1994, p. 27.

¹⁰⁹ APB, Setor Municípios, Maracás, Livro de Carga e descarga de autos, número 16.

intendente de Maracás de 1902 a 1904, além de ter sido coletor estadual e subdelegado, voltando a ocupar a Intendência entre os anos de 1916 e 1918.¹¹⁰

A ALIANÇA DOS MOCÓS COM OS CAUASSÚS

Devido ao fato de a estrutura política e administrativa dos municípios da região em estudo não possuírem a capacidade de acolher simultaneamente os membros dos grupos supracitados, ocorriam embates violentos entre as duas facções pelo controle desses cargos. O auge desse conflito se deu nos anos de 1915 e 1916. Em 1915, a família dos Cauassús, também conhecidos por ratos brancos, a partir de uma aliança firmada com os Mocós, desencadeou uma série de ações contra os Rabudos, culminando com a invasão da Cidade de Maracás na manhã de 24 de outubro do mesmo ano, momento em que o Coronel Frutuoso Cerqueira, aliado político do Coronel Marcionillo Souza, ocupava a Intendência do município. Já em 1916, como reação os Rabudos, que passaram a ter o apoio do Governo do Estado, empreenderam uma marcha de extermínio contra os Cauassús.

É importante compreender a trajetória dos Cauassús na região, sobretudo a sua aliança com os Mocós, para melhor apreender alguns dos fatores que contribuíram para a ascensão política do Coronel Marcionillo Souza. De acordo com Auad, os antepassados dos Cauassús viviam nas Lavras Diamantinas, e de lá, na tentativa de fugir dos conflitos políticos que há anos mantiveram com os Gondins, acabaram dispersando-se por localidades como Maracás, Jequié, Brejo Grande, Vitória da Conquista, Amargosa e Boa Nova.¹¹¹ Logo após a fixação nesses locais, passaram por um período de relativa quietude, o que lhes permitiu dedicar-se ao comércio e à exploração agrícola de suas principais fazendas. Essa tranquilidade só foi rompida com o assassinato de Augusto Cauassú a mando do rabudo Coronel José Marques da Silva que, por possuir uma fazenda denominada Laços, seu quartel general, recebera a alcunha de Zezinho dos Laços.¹¹²

¹¹⁰ BARROS, Francisco Borges de, op. cit. 1917, p. 36.

¹¹¹ AUAD, Márcia do Couto. *Anésia Cauaçu, Mulher-Mãe-Guerreira: um estudo sobre mulher, memória e representação no banditismo na região de Jequié-Bahia*. Dissertação (Mestrado em Memória Social e Documento) – Universidade do Rio de Janeiro e Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia. Jequié, 2001 (mimeo), 150.

¹¹² *A Tarde*, 25 de outubro de 1916.

Zeinho dos Laços estabeleceu moradia na região de Maracás, também por tentar fugir dos conflitos que mantinha com alguns membros da família Gondim em Ituaçu, onde possuía algumas propriedades. Por contar com a proteção do Coronel Marcionillo Souza, Zeinho dos Laços, a partir de 1895, empreendera uma onda de saques e apropriações de terras, entre elas as fazendas Bonita e Salgado, que faziam parte do distrito de Jequié, e, na tentativa de aumentar o seu poderio, acabou por acolher alguns indivíduos fugitivos de lutas entre famílias ou perseguidos pela Justiça das Lavras Diamantinas, o que era comum na época.

O Coronel Marcionillo Souza, ao perceber a ascensão política de algumas figuras que residiam em Jequié, como Lindolfo Rocha e Silvino do Curral Novo, e por receio de perder o controle sobre o território que em 1889 fazia parte do município de Maracás, como se vê no mapa que segue,¹¹³ apoiou incondicionalmente a onda de saques, assaltos, tomada de terras e assassinatos efetivados pelo rabudo Zeinho dos Laços que, após a demonstração de sua força e graças às articulações políticas realizadas pelo chefe dos Rabudos, passou a ocupar, em 31 de maio de 1896, a presidência da Segunda Junta Distrital de Jequié.

O “senhor do baraço e do cutelo”,¹¹⁴ como se auto-proclamava Zeinho dos Laços, aproveitando a chamada “Questão de Protocolo”¹¹⁵ que envolvia o Brasil e a Itália (ocorrida durante o governo de Prudente de Moraes) e expressando um patriotismo exacerbado, empreendeu uma série de investidas contra as propriedades da comunidade italiana residente em Jequié. Neste momento, iniciaram-se as turbulências que iriam atingir o município de Maracás e região, cujo elemento desencadeador foi à rivalidade entre os Rabudos e os Mocós.

Esses fatos ocorreram durante o governo de Luiz Viana (1896 – 1890), justamente no momento em que este governador ambicionava ocupar a Presidência da República, tendo adotado certos procedimentos cujo objetivo era a expansão do seu poder. Para tal,

¹¹³ Algumas cidades aparecem nesse mapa com a denominação de vila, posto que, mesmo após a proclamação da República alguns municípios mantiveram os seus antigos nomes.

¹¹⁴ Essa denominação era utilizada por vários potentados locais durante a Primeira República. Segundo o Dicionário Aurélio, baraço significa corda ou laço utilizado para estrangular. Já cutelo é um instrumento cortante, semicircular, de ferro, ou utensílio semelhante ao cutelo, especial para cortadores e correeiros.

¹¹⁵ Esse impasse teve início no Porto de Santos, quando a polícia local entrou em choque com marinheiros de navios italianos ali atracados. Tal fato recebeu o protesto do Governo Italiano e pelos imigrantes daquele país que viviam aqui no Brasil.

[...] Passou a expandir suas bases de poder pessoal, através de todo o estado. Com essa finalidade, não hesitou em usar a violência. Os policiais do estado, ou força pública da Bahia, tornaram-se jagunços pessoais do governador.¹¹⁶

Assim, com a desculpa de atender aos apelos dos moradores, principalmente da colônia Italiana, assustados com a onda de violência que assolava Maracás e região, o Governo Estadual, com o objetivo de fortalecer os seus aliados locais, afastou Zezinho dos Laços do cargo de presidente da Segunda Junta Distrital de Jequié. Pouco tempo depois, em 29 de outubro de 1896, Zezinho foi preso e responsabilizado pelas arbitrariedades que vinha cometendo na região.

A volante policial saída de Salvador com setenta praças, enviada pelo então Secretário de Polícia da Bahia, Felix Gaspar, para efetuar a prisão de Zezinho dos Laços, logo após concluir a sua missão, conduziu o réu ao Forte de São Marcelo, onde permaneceu até o dia do seu julgamento em Areia (atual Ubaíra). Foi absolvido graças à interferência de seu aliado político, o Coronel Marcionillo Souza, que, usando do seu prestígio e do seu exército particular, intimidou os jurados.¹¹⁷

Em liberdade, “o senhor do barão e do cutelo” reorganizou o seu exército de jagunços no povoado de Porto Alegre, termo de Maracás, objetivando uma investida aniquiladora contra os Mocós, pois via neles os responsáveis pela sua prisão. Para tal, entendia indispensável o apoio dos Cauassús. Como afirmou Anésia Cauassú, em entrevista concedida ao Jornal *A Tarde* em 25 de outubro de 1916, – momento em que se encontrava presa em Jequié – Zezinho dos Laços, ao intimar Augusto Cauassú – um dos líderes desta família – a apoiá-lo nesta empreitada, obteve dele uma resposta negativa, justificando-a ao afirmar que:

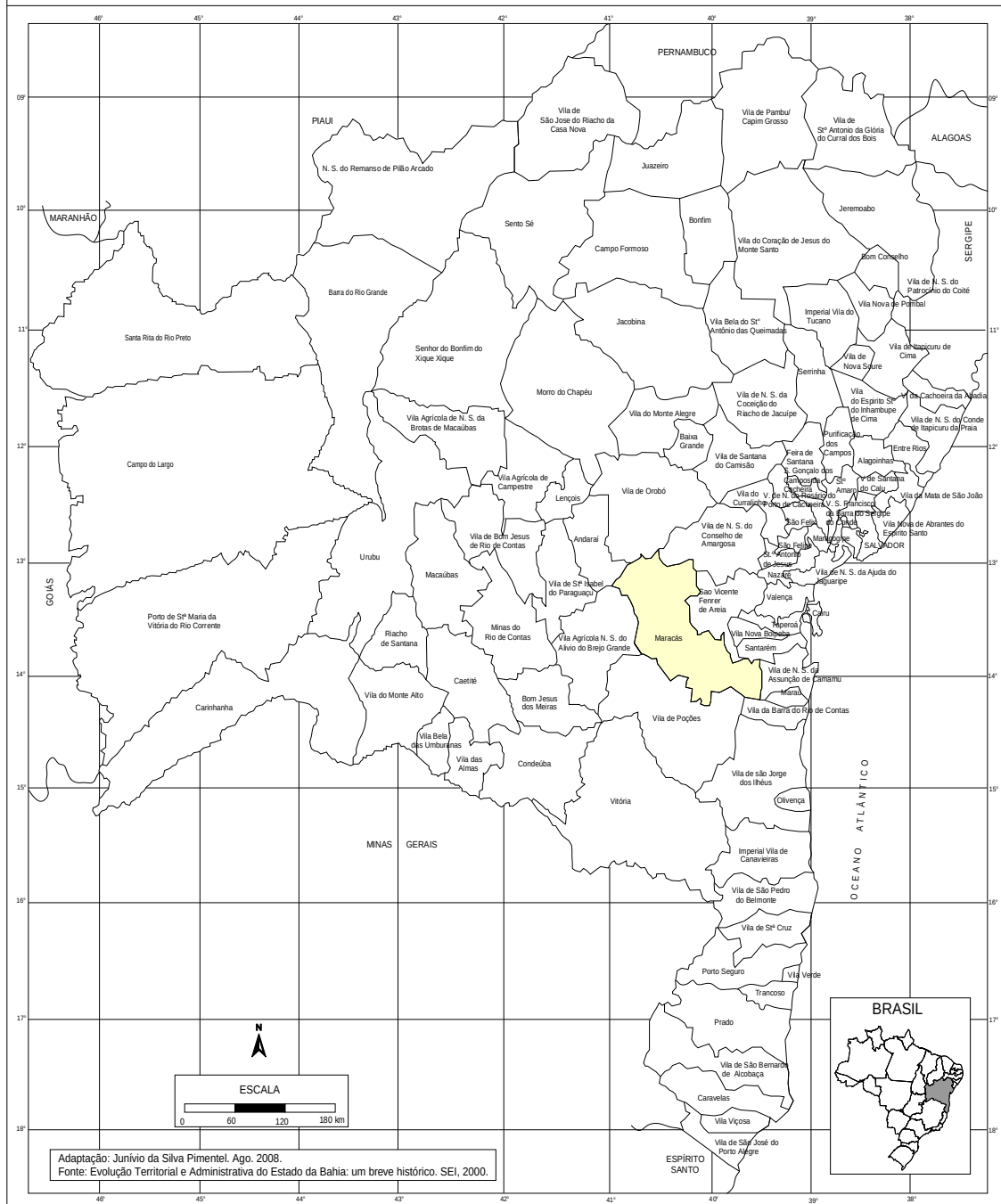
[...] era apenas um negociante, e que, detestando a política, não queria envolver-se nela, preocupando-o tanto a vitória de seus parentes, como a dos rabudos assim denominado o pessoal que acompanhava José e Cassiano Marques.¹¹⁸

¹¹⁶ PANG, Eul-soo. Op. Cit. 1979, p. 79.

¹¹⁷ ARAÚJO, Émerson Pinto de, op. cit. 1997, p. 146 e 147.

¹¹⁸ *A Tarde*, 25 de outubro de 1916.

ESTADO DA BAHIA DIVISÃO POLÍTICO-ADMINISTRATIVA, 1889.



Sendo a neutralidade algo difícil de manter em um ambiente tão hostil, Zezinho dos Laços entendeu a decisão de Augusto Cauassú como uma declaração de apoio aos Mocós. Como vingança pela negativa de Augusto, Zezinho dos Laços encarregou quatro dos seus camaradas para armar uma emboscada que teve como desfecho o assassinato do seu desafeto. Concomitante a tal ato, Miguel Preto, homem de confiança de Zezinho dos Laços, tentou extirpar a vida de Félix Cauassú, segundo a informação extraída do relato de Anésia Cauassú:

Daí começou a luta, José dos Laços mandou um camarada de nome Miguel Preto, matar o Felix Cauassú, primo carnal do menino José, enquanto o Augusto era morto, no próprio terreiro de sua casa, por quatro camaradas do mesmo José dos Laços, só me lembrando do nome de dois, um Tavares o outro Clemente. Augusto ali ficou dois dias sem ser enterrado, porque o Zezinho (José dos Laços) não consentia nessa última homenagem prestada pela minha família.¹¹⁹

José Cauassú foi informado por um positivo¹²⁰ do assassinato de seu primo Augusto, deslocando-se do Fedegoso para Porto Alegre, a pedido da mãe da vítima, que não conseguia realizar o sepultamento de seu filho, pois os homens de Zezinho dos Laços ameaçavam de morte aquele que ousasse efetivar tal ato. Dias depois, os Cauassús conseguiram fazer o enterro de Augusto. A partir de então, os Cauassús declaram guerra a Zezinho dos Laços e, conseqüentemente, aos Rabudos, posto que “o senhor do barão e do cutelo” contava com a proteção do chefe deste grupo, o Coronel Marcionillo Souza.

A partir de então, José Cauassú foi escolhido pela família para liderá-la. Todos os seus esforços voltaram-se para vingar a morte de seu primo. Assim, quatro meses após a morte de Augusto, aproveitando-se que Zezinho dos Laços saía de seu reduto – Porto Alegre – em viagem para Boa Nova, tratou de armar emboscada. Desta forma, quando Zezinho dos Laços regressava para casa, acompanhado pelo Major Lucas, por Gustavo, filho de Antônio Raimundo e mais três jagunços, foi alvejado por Marcelino, irmão de Augusto Cauassú, ao passar pela fazenda Rochedo, de propriedade de Cândido Meira, vindo a falecer duas horas depois.¹²¹

Logo após a execução do “senhor do barão e do cutelo,” os Cauassús buscaram a proteção de Brito Gondim de Caraíbas. Inconformado com a morte de

¹¹⁹ *A Tarde*, 25 de outubro de 1916.

¹²⁰ Indivíduo encarregado de cumprir determinada missão, geralmente era uma pessoa de confiança do mandante e, na maioria das vezes, encarregado de levar e trazer notícias a respeito de assuntos sigilosos.

¹²¹ *A Tarde*, 26 de outubro de 1916.

Zeinho dos Laços, seu irmão Cassiano Marques, também conhecido como Cassiano do Areão, juntamente com o chefe dos Rabudos, o Coronel Marcionillo Souza, vai encabeçar uma empreitada que tinha como principal objetivo a eliminação dos Cauassús. Como primeiro resultado de tal ação, Constantino José Fernandes, pai de Marcelino Cauassú, foi assassinado por Vitoriano, a mando de Cassiano do Areão. Quatro meses depois, no momento em que tentava fugir para São Paulo, Marcelino foi surpreendido por uma emboscada armada pelos jagunços de Cassiano, sendo alvejado por dois tiros. Um atingiu a parte inferior do braço e o outro varou-lhe os olhos, provocando a sua morte imediata.¹²²

A perseguição empreendida aos Cauassús, com o apoio do Coronel Marcionillo Souza, tinha duplo significado. Por um lado, pesava a questão de honra, pois um membro de sua família fora assassinado e os responsáveis por tal ato deveriam ser punidos, caso contrário o poderio do Coronel Marcionillo seria ameaçado, pois a comunidade poderia entender a inocorrência de vingança como sinônimo de fraqueza, o que incentivaria outras ações contra o chefe político maior. Em segundo lugar, talvez o mais importante, está a questão política. Um dos partidários dos Rabudos fora assassinado, um elemento estratégico na luta pelo controle da região que antes integrava o município de Maracás. A não punição dos responsáveis abriria espaço para o fortalecimento político dos novos personagens que ingressavam no jogo político de então.

Com a morte de Zeinho dos Laços, o Coronel Marcionillo Souza passou a operacionalizar o seu controle político sobre Jequié – que antes de 1897¹²³ pertencia ao município de Maracás – por meio das ações de seu filho Tranquilino Antonio de Souza que, para fazer prevalecer os interesses dos Rabudos, lançou mão de métodos violentos, com o intuito de intimidar ou eliminar os seus adversários. A sua base de operação estava centrada na Fazenda Gruta Baiana, atualmente localizada nos limites do município de Ipiaú.

Como pode ser observado, o Coronel Marcionillo Souza agia de forma indireta na região de Jequié, não participando pessoalmente das lutas ali travadas. Fez a sua vontade prevalecer, em um primeiro momento, mediante as investidas de Zeinho dos Laços e, logo em seguida, com a morte deste, pelas ações do seu filho

¹²² *A Tarde*, 26 de outubro de 1916.

¹²³ Ano em que se inicia o processo de emancipação do município de Jequié.

Tranquilino Antonio de Souza. Uma atitude que talvez possa ser entendida como uma forma de isentar-se das consequências negativas oriundas dos confrontos ali travados. Tal postura demonstra a preocupação que o Coronel Marcionillo Souza tinha das representações construídas a respeito de sua imagem pela população local. Para ela, gostava de se apresentar como um homem respeitador da “ordem e da moral”, que só se lançava ao embate direto quando não houvesse outra opção e, sobretudo, quando se tratava de defender os interesses de sua comunidade.

Envoltos por uma atmosfera de vindita e como forma de garantirem as suas vidas, os Cauassús, por possuírem objetivos assemelhados aos dos Mocós, entenderam esse grupo como aliado importante para derrotar os seus inimigos. A partir de então, vários acordos são firmados entre os Cauassús e os Mocós, visando à derrota dos Rabudos. Esses acordos tornaram-se mais explícitos a partir de 1915, como será exposto mais adiante.

INVASÃO E SAQUE DE MARACÁS

Para melhor compreender o desencadear dos acontecimentos que serão abordados, torna-se importante compreender o cenário político de Maracás em princípios de 1915, quando, por ser momento de eleições para a Intendência Municipal, os ânimos dos integrantes dos Rabudos e Mocós estavam à flor da pele. Os dois grupos lançaram mão dos mais violentos métodos para conquistarem o controle do Executivo municipal. As ruas de Maracás transformaram-se em palco de combates constantes entre as duas facções, que as povoavam com as suas hordas de jagunços. Chefiando os defensores dos interesses dos Mocós, além do Coronel José Antônio de Miranda, estavam José Miranda Rebouças, que recebia a alcunha de Juca Rebouças, e o presidente do Conselho Municipal, o rábula Nestor Sá. Os Rabudos eram chefiados pelo Coronel Marcionillo Souza e por seu correligionário e amigo João Isaías dos Santos.

Nesse clima de instabilidade, tendo as ruas de Maracás como cenário, os jagunços das duas facções, volta e meia entravam em atrito uns com os outros. O resultado era a troca de tiros, os espancamentos e os assassinatos, o que deixou a população bastante apreensiva. As investidas de ambos os grupos era uma tentativa de intimidar ou, ao menos, demonstrar ao seu oponente que possuíam meios para

resistir ou desarticular as suas manobras e deixar claro que havia uma oposição e que essa oposição deveria ser respeitada e temida. Isso vem, mais uma vez, confirmar que as diferenças e os interesses de cada facção tornavam-se mais evidente em períodos eleitorais, reforçando também a constatação a respeito da importância do controle dos cargos políticos e administrativos na luta pelo poder.

O auge do conflito entre os Rabudos e Mocós ocorreu quando o segundo grupo, por não possuir homens em armas o suficiente para fazerem frente aos jagunços do primeiro, resolveu estabelecer alianças com os Cauassús para combaterem o inimigo comum. De acordo com Vicente Silva Fróes, em carta publicada pelo Jornal *A Tarde* em julho de 1915, o Coronel José Antonio de Miranda reuniu-se com os irmãos José Olimpio e Eduviges Cauassú no Povoado de Tamburi, com o objetivo de materializar ações que enfraquecessem o poderio dos Rabudos. Assim, o Coronel teria contratado¹²⁴ os Cauassús pela quantia de seis contos de réis para que estes enfrentassem e derrotassem o exército de jagunços que ocupava as ruas de Maracás, comandado por homens da confiança do Coronel Marcionillo Souza. Incentivados pelo fato de serem os Rabudos inimigos comuns, os Cauassús invadiram a Cidade de Maracás na manhã de 24 de outubro de 1915.¹²⁵

A invasão perdurou por quarenta e oito horas, com fogo serrado. Os moradores tiveram que abandonar a cidade para escapar do tiroteio estabelecido entre os homens do Coronel Marcionillo Souza e os Cauassús. O comércio foi saqueado, as casas invadidas, suas paredes foram perfuradas para facilitar as manobras dos invasores durante os combates.¹²⁶ Vejamos como o fazendeiro Vicente Silva Fróes narrou a invasão de Maracás pelos Cauassús, em uma carta publicada na época pelo jornal *A Tarde*:

[...] munidos de repetições e Mauser, fizeram o primeiro ataque em a manhã de 24 de outubro de 1915, bombardearam a cidade e roubaram aos pequenos comerciantes, a particulares e até a pobres viúvas. Terminando este ataque que durou 48 horas de fogo cerrado, dirigiu-se o senhor Amando de Miranda Lacrose para o Arraial de Morros, com avultado número de tais bandidos, praticando ali as

¹²⁴ Provavelmente, o Rabudo Vicente Silva Fróes, na tentativa de associar os resultados negativos das ações dos Cauassús aos Mocós, afirma que os coronéis José Antonio Miranda e Francisco Alves Meira teriam contratado os Cauassús para invadir e saquear a Cidade de Maracás. Entretanto, por não encontrar outras fontes que confirmem a efetivação de tal contrato, acredito que o melhor termo a ser utilizado, nesse caso, é o de aliança.

¹²⁵ *A Tarde*, 16 de abril de 1916.

¹²⁶ No momento em que os Cauassús invadiram Maracás, o Coronel Marcionillo Souza e os seus jagunços encontravam-se na fazenda Contendas, ficando a cidade sob o controle do grupo invasor. Ciente do ocorrido, o chefe dos Rabudos reuniu os seus homens e após longo combate conseguiu expulsá-los.

maiores torpezas, terminando por obrigar a retirada imediata de todos os comerciantes e particulares que lhe não era afeiçoado [...].¹²⁷

O que motivou tal empreitada foi o desejo de demonstrar ao Governo estadual, a necessidade de uma intervenção, evidentemente em favor dos Mocós, já que o grupo de Marcionillo Souza estaria revelando a sua incapacidade de manter a “ordem e tranquilidade” em Maracás. Ademais, a ação dos Cauassús poderia ser vista como resultado das inimizades pessoais do chefe dos Rabudos e não como uma manobra que pudesse garantir, aos Mocós, o controle das instituições políticas e administrativas do município. Essa estratégia de criar um clima de instabilidade que levasse o Governo a intervir nos conflitos locais foi muito comum ao longo da *Primeira República*, não só na Bahia, como ocorreria durante o *Levante Sertanejo* em 1919/1920, mas no Brasil como um todo.

A partir de então, o clima de intranquilidade exacerbou-se em Maracás e região, o que levou, segundo o jornal *A Tarde*, o Promotor Público João Estáquio de Oliveira Porto, a retirar-se de Maracás quatro dias após a sua chegada, alegando falta de segurança para o desempenho das atividades pertinentes ao seu ofício. O promotor ter-se-ia dirigido a Salvador, com o objetivo de informar ao Secretário de Polícia do Estado a situação de desordem em que se encontrava aquela região, para que, a partir daí, o Governo pudesse tomar as providências cabíveis para restabelecer a “ordem.”¹²⁸ No dia 06 de novembro de 1915, através de carta publicada no Jornal *A Gazeta do Povo*, o bacharel João Porto, possivelmente por questões políticas, negou ter fugido de Maracás, afirmando que a sua partida para a Capital fora motivada por complicações em sua saúde e não por fugir dos conflitos internos. No entanto, não negou o clima de instabilidade instaurado no município, atingido pelos confrontos entre os Rabudos e os Mocós.¹²⁹

Como era de costume na época, sempre que os conflitos entre as facções políticas afetavam a normalidade do sertão, a sociedade baiana e o Governo estadual eram convocados a intervir nas questões locais. Indivíduos que estavam ligados, direta ou indiretamente, a uma das partes envolvidas na contenda, e que de alguma forma entendessem ser proveitoso sensibilizar a opinião pública por meio de

¹²⁷ *A Tarde*, 16 de abril de 1916.

¹²⁸ *A Tarde*, 4 de novembro de 1915.

¹²⁹ *Gazeta do Povo*, 6 de novembro de 1915.

jornais e impressos – atingindo assim um maior contingente de pessoas em diversas regiões, ainda que esses chegassem aos destinos com algum tempo de atraso – dirigiam-se à Capital e descreviam tendenciosamente os rumos que esses conflitos estavam tomando e as suas possíveis consequências para a comunidade local.

Essa atitude pretendia, por vezes, apresentar as ações dos membros do grupo rival como perniciosas aos habitantes da região afetada pelos conflitos e como uma afronta à “ordem” estabelecida pelas instituições do Estado republicano. Além de tentar atrair, para o lado do denunciante, a opinião pública, objetivava induzir o Governador a intervir nos confrontos locais, preferencialmente do lado do grupo que promovia a denúncia. Era, portanto, mais uma forma de enfraquecer, já que não tinha conseguido por meio do confronto direto, o poderio da facção adversária.

De acordo com essa lógica, logo após a investida dos Cauassús sobre a Cidade de Maracás, o Coronel Marcionillo Souza dirigiu-se a Salvador com o intuito de denunciar a aliança estabelecida entre o chefe dos Mocós e os líderes da família Cauassú. Assim, no dia 12 de novembro de 1915, em conferência com o Governo Seabra no Palácio Rio Branco, Marcionillo relatou a investida dos aliados dos Mocós a Maracás. Segundo o Jornal *A Tarde*, o Coronel teria sido ameaçado de morte pelo rival José Antônio de Miranda, o que o levou a pedir providências ao Governador para evitar que isso viesse a ocorrer. Respondendo a este pedido, Seabra “[...] prometeu ao Coronel de falar com o Chefe de Polícia, onde este passou um telegrama (sic) ao Sr. José Antônio responsabilizando-o pelo que vier acontecer ao Coronel Marcionillo”.¹³⁰

Durante a conferência entre o Governador do Estado e o Coronel Marcionillo Souza, quando este relatou os acontecimentos de Maracás no dia 24 de outubro de 1915, o Deputado Candido Villas Boas teria defendido o chefe dos Mocós, afirmando que ele era um homem de bem, incapaz de praticar atos que viessem a perturbar a paz daquela Cidade. É possível que este Deputado tenha sido um dos articuladores da nomeação do Coronel José Antônio de Miranda para ocupar a Intendência de Maracás durante os anos de 1916 e 1917. Quem também saiu em defesa de Miranda, então presidente do diretório do Partido Republicano Democrata em Maracás, Coronel José Antônio de Miranda, foi o órgão de imprensa desse partido, o

¹³⁰ *A Tarde*, 13 de novembro de 1915.

jornal *Gazeta do Povo*, que assegurava ser esse Coronel um homem *estimado* e de caráter inquestionável, quer como particular ou homem político.¹³¹

BREVE ARMISTÍCIO

Logo após a invasão dos Cauassús a Maracás, pelo menos na Sede do município, os conflitos entre as facções políticas locais foram amenizados temporariamente devido à intervenção do Governo do Estado que, atendendo ao apelo de um grupo de comerciantes italianos que ali residiam, enviou o então Secretário de Polícia, Álvaro Cova, para pacificar a cidade. Esse, por sua vez, embarcou no vapor da carreira para Cachoeira no dia 16 de novembro de 1915, acompanhado do Tenente-Coronel Paulo Bispo, do Alferes Cassimiro de Castro, do escrivão Pontes e do Cônsul italiano. Porém, antes de iniciar a sua viagem, o Secretário de Polícia telegrafou para os destacamentos de polícia dos municípios próximos a Maracás, ordenando que se deslocassem para Tamburi e lá aguardassem a sua chegada para o cumprimento de novas ordens.¹³²

O deslocamento do Cônsul italiano para a região conflagrada demonstra a influência que a comunidade italiana detinha no cenário político de então. Além de mobilizar o consulado italiano, essa comunidade, pelo fato de boa parte de seus membros estarem diretamente ligados ao comércio, também conseguiu fazer com que a Associação Comercial da Bahia pressionasse o Governo do Estado no sentido de encontrar uma solução para as contendas internas, pois o comércio, em tempos de conflito, era fortemente prejudicado.

Os chefes dos Rabudos e dos Mocós, ao tomarem conhecimento da vinda do Secretário de Polícia, trataram de recolher os seus jagunços, evitando o combate com os oficiais do Estado, o que possivelmente acarretaria prejuízos políticos para ambos os grupos. Ao chegar a Maracás, Álvaro Cova empreendeu um movimento objetivando desarmar as duas facções, intimando os seus líderes a entregarem as armas. O mocó Nestor Sá não quis atender à ordem do Secretário de Polícia, o que resultou em sua prisão, sendo libertado dias depois, no Povoado de Tamburi,

¹³¹ *Gazeta do Povo*, 14 de novembro de 1915. Esse jornal foi o órgão de imprensa do Partido Republicano Democrata até abril de 1916, momento da fundação do novo veículo de comunicação desse partido, o Jornal *O Democrata*.

¹³² *A Tarde*, 17 de novembro de 1915.

momento no qual Álvaro Cova, juntamente com os seus subordinados, regressava à Capital por entender que a ordem tinha sido restabelecida no município. No entanto, os Mocós sentiram-se prejudicados pelas ações dos representantes do Governo do Estado, afirmando que os integrantes do grupo rival não foram desarmados, o que os deixava em desvantagem bélica em relação a seus inimigos.¹³³

Ao regressar a Salvador, no dia 23 de novembro de 1915, Álvaro Cova assegurava o restabelecimento da “ordem” em Maracás e, para garantir a continuidade daquela situação, deixou de prontidão um destacamento de 35 praças sob o comando de um delegado regional e do Alferes Cassimiro. Entretanto, defendendo os interesses do seu correligionário, Coronel José Antônio de Miranda, o Secretário de Polícia, durante os esclarecimentos prestados à imprensa da Capital, omitiu a invasão de Maracás pelos Cauassús ocorrida no mês anterior. Pelo contrário, afirmava que os embates locais ocorreram por ciúmes do Coronel Marcionillo Souza. Esse teria se sentido preterido pelo fato de a sua Filarmônica, Lira Maracaense, não ter sido convidada a tocar na festa da Padroeira de Maracás, Nossa Senhora das Graças, como ocorrera com a Filarmônica União Popular, que pertencia aos Mocós.

O resultado, segundo o Secretário de Polícia, foi o entrincheiramento e a queima de mais de dez mil cartuchos durante a peleja estabelecida entre os membros das duas facções políticas. A situação só não ficara mais grave porque o Vigário Paulo Bento aboliu da programação do festejo a apresentação de grupos musicais.¹³⁴ Outras fontes sustentam a ocorrência desses fatos, mas somente vários dias depois das investidas dos Cauassús a Maracás. Nesse momento posterior, enquanto ocorriam os festejos, tanto os Rabudos quanto os Mocós ocupavam as ruas da cidade com seus exércitos de jagunços, em busca de algum pretexto para reiniciar os confrontos armados, que só foram amenizados devido à ação do Secretário de Polícia do Estado.

ONDA DE SAQUES

Quanto aos Cauassús, após retirarem-se da cidade de Maracás, continuaram invadindo e saqueando as propriedades dos moradores da região, principalmente

¹³³ PORTELA, Osvaldo, op. cit., s/a, p. 9 a 13.

¹³⁴ *A Tarde*, 25 de novembro de 1915.

daqueles que, de alguma forma, estavam ligados à facção dos Rabudos. Para se ter uma idéia dos possíveis aliados desse último grupo, bem como da dimensão das ações efetivadas pelos Cauassús, a seguir apresenta-se um quadro com algumas propriedades e o nome de seus respectivos donos, que foram saqueadas por este grupo.

Tabela IV – Localidades Saqueadas pelos Cauassús

NOME DA LOCALIDADE ONDE SITUAVA A PROPRIEDADE SAQUEADA	NOME DO PROPRIETÁRIO
Santa Rosa	Hermogens Dias
Mãe Maria	Capitão Matheus de Sant`Ana
Molhado de Areia	Major Egas de Oliveira
Volta	Belmiro Feliciano Espírito Santo
Estuma	Tenente-Coronel Joaquim Romão Borges
Porto Alegre	Major Rufino Marques da Silva
Rio de Contas	Coronel Hugolino Guimarães
Porto Alegre	Raul Marques da Silva
Porto Alegre	João Brondim
Rio de Contas	Izidoro Gomes do Nascimento
Rio de Contas	Capitão José Feliciano Rocha
Volta	Belizário Feliciano do Espírito Santo
Caldeirão	José Machado
Caldeirão	Manoel Joaquim de Oliveira
Caldeirão	Pedro Calisto Machado
Brejo	Vicente de Figueiredo Ornellas
Ladeira	José de Souza
Porto Alegre	Major Domingos José da Costa
Barra do Jacaré	Salustiano Lacerda
Caldeirão	Major Antônio Augusto da Rocha
Pery	Major Odilon Dias
Pery	José Tibúcio de Sant`Ana
Gameleira	Gnesto Feliciano Espírito Santo
Volta	Alípio Feliciano Espírito Santo
Fazenda de Contas	Minho Pedro Lacerda
Alto da Ladeira	Aristides Fernando Cunha
Caldeirão	João Baptista de Souza
Baixa Grande	João Branco
Fazenda Bitonho	Vicente Silva Fróes

Ilustração 1: **LOCAIS SAQUEADOS PELOS CAUASSÚS**

Fonte: Jornal *A Tarde*, 16 de abril de 1916.

O centro de apoio às investidas dos Cauassús era a Fazenda Boa Vista, de propriedade do Primeiro Suplente de Juiz de Direito da Comarca de Maracás, Coronel Francisco Alves Meira e de seu filho Theotônio Alves Meira, sogro e cunhado do Coronel Marcionillo Souza, respectivamente. A Fazenda Boa Vista ocupava uma posição estratégica, pois ficava próxima à sede do município de Maracás, do Povoado de Porto Alegre, das cidades de Jequié e Boa Nova.

As investidas dos Cauassús, em um primeiro momento, geraram bons frutos para os Mocós, pois enquanto os chefes dos Rabudos estavam preocupados em defender-se das ações efetivadas por aquela família, o Coronel José Antônio de Miranda, em suas idas à capital baiana, conseguiu fazer com que Seabra o nomeasse intendente do Município de Maracás. Tal nomeação se deu no momento em que ocorreram significativas mudanças nas regras do jogo político.

Essas mudanças estão diretamente relacionadas às medidas adotadas por Seabra para aumentar a dependência dos coronéis em relação ao Governador do Estado. Aproveitando-se da desarticulação política da oposição, agravada com o assassinato de Pinheiro Machado em 08 de setembro de 1915, Seabra consolidara seu poder através do controle do Legislativo, da reforma da Constituição Estadual de 1891 e da promulgação da Lei de Organização Municipal.

A Lei de Organização Municipal, ou Lei 1.102, de 11 de agosto de 1915, estabelecia que o intendente deixaria de ser eleito, como regia a Constituição de 1891, e passaria a ser nomeado pelo Governador do Estado, bem como o exercício do seu mandato seria reduzido de quatro para dois anos. Segundo Sampaio,

[...] A Lei de Organização Municipal [...] ao tornar o posto de intendente de nomeação do governador, possibilitou a Seabra o controle absoluto da maioria dos municípios; forneceu-lhe meios de contrabalançar as forças oposicionistas dos municípios onde o PRD era minoria; tornou o legislativo menos dependente do coronel do interior, desde quando estariam ambos ligados por vínculo de lealdade ao mesmo partido. De certa forma, reduziu o poder dos legisladores, pois a comunicação entre eles e os chefes políticos locais, que anteriormente era direta, passava a ser feita através do governador – uma tentativa de impor certa disciplina partidária, mediante uma relativa minimização das atuações individuais.¹³⁵

Seabra, fazendo uso desse dispositivo legal, antes de findar o seu mandato, no período de dezembro de 1915 a março de 1916, nomeou intendentes em 135 dos

¹³⁵ SAMPAIO, Consuelo Novais, op. cit. 1998, p. 131.

141 municípios existentes. Dentre estes, estava o Coronel José Antônio de Miranda, que ocuparia a Intendência de Maracás até o ano de 1918. Certamente, este ato recrudesceu os atritos existentes entre Seabra e o Coronel Marcionillo Souza. Tais atritos chegaram ao auge nos anos de 1919 e 1920, momento em que ocorreu o chamado *Levante do Sertão* ou *Revolta Sertaneja*.

A aliança celebrada entre os Cauassú e os Mocós, em um primeiro momento, foi lucrativa para este último grupo. Mas, com o passar do tempo, os Mocós perderam o controle sobre os Cauassús, que passaram a saquear um número cada vez maior de propriedades, gerando pânico entre os habitantes da região. Ao efetivarem uma jornada de saques, os Cauassús adquiriram um número cada vez maior de inimigos. Possivelmente, devido a tal fato, não se sentiam seguros a ponto de estabelecerem moradia em uma determinada localidade. Entregaram-se, a partir de 1915, ao banditismo, levando uma vida nômade. Tinham a sobrevivência garantida, pelo menos enquanto foi possível, por meio do uso das armas e dos espólios realizados nas propriedades da região em questão. Essa situação vai perdurar até o segundo semestre de 1916, período em que foi registrada a morte do líder desta família, José Cauassú.

SEGUNDA INTERVENÇÃO

A sensação de insegurança gerada pelas investidas dos Cauassús levou vários moradores à Capital, com o objetivo de, através da imprensa, sensibilizar a opinião pública e, ao mesmo tempo, demonstrar ao Governador a necessidade de sua intervenção para por fim à situação de pânico instaurada em Maracás e região. Atendendo a esse apelo, em maio de 1916, o Governador Antônio Muniz enviou a Maracás o Tenente Farias, com a ordem de apaziguar a região. Ao regressar a Salvador, o Tenente relatou ao Governo ter conseguido cumprir, com sucesso, a sua missão.¹³⁶ O que não passou de nítido engano, pois as denúncias a respeito das ações dos Cauassús não pararam de chegar à capital do Estado.

Tal situação fez com que o Governo do Estado enviasse para a região uma expedição composta por 50 praças, sob o comando do Tenente José Pedro Simões.

¹³⁶ *A Tarde*, 9 de maio de 1916.

Essa expedição deveria por fim às ações dos Cauassús. Ao chegarem a Jequié, em abril de 1916, após oito dias de buscas, tiveram o primeiro contato com o bando chefiado por José Cauassú, que travou violento combate com a Força Policial. Durante o conflito, utilizou táticas de guerrilha, dividindo-se em vários grupos menores que, por conhecerem melhor a geografia da região, passou a ocupar os pontos mais altos do terreno, fazendo com que a Força Policial ficasse encurralada, o que a forçou a bater retirada.

Dias depois, o Tenente José Pedro Simões telegrafou ao Secretário de Polícia informando do acontecido e solicitando o envio de reforço. Atendendo à solicitação realizada pelo Tenente, foi enviada uma segunda expedição para a região. A nova Força Policial era composta por 100 praças liderados pelo Tenente-Coronel Paulo Bispo do Nascimento¹³⁷ que tinha como seu auxiliar o Alferes Cláudio Correia. Além disso, o Secretário de Polícia telegrafou ao Capitão José de Meira Pinheiro, que se encontrava em Maracás, ordenando-o que fosse a Jequié para auxiliar a nova expedição durante a tentativa de capturar dos Cauassús¹³⁸.

Ao ritmo da banda do Terceiro Corpo, sob o olhar de diversas autoridades militares e civis, como o Secretário de Polícia do Estado, às 12 horas do dia 09 de maio de 1916, a nova Força Policial, portando 30.000 cartuchos, partiu com destino à Cidade de Jequié que, por estar mais próxima da última estação da Estrada de Ferro de Nazaré, tornara-se desde o envio da primeira expedição, o centro das operações policiais na região assolada pelas investidas dos Cauassús. A bordo do Vapor Valença, a Força Policial partiu de Salvador em direção a Nazaré, de lá seguindo de trem até Santa Inês. A distância entre esta cidade e Jequié, de aproximadamente oito léguas, foi realizada a pé. Prevenindo-se contra possíveis insatisfações durante o itinerário, o Governo do Estado autorizara o pagamento dos soldos referentes ao mês de abril para os praças e oficiais que integravam a expedição.¹³⁹

A segunda expedição contou com o auxílio de 70 jagunços do Coronel Marcionillo Souza, liderados por Tranquilino Antônio de Souza. Essa ajuda, sem sombra de dúvidas, foi imprescindível durante a perseguição aos Cauassús, posto que eram homens afeiçoados às lutas travadas nas matas da zona conflagrada, e,

¹³⁷ Paulo Bispo recebeu a patente de Tenente-Coronel devido a sua participação na luta contra Canudos.

¹³⁸ *A Tarde*, 9 de maio de 1916.

¹³⁹ *A Tarde*, 10 de maio de 1916.

assim como o grupo perseguido, conheciam muito bem a geografia da região, o que lhes permitia conduzir a Força Policial pelos caminhos do sertão, evitando emboscadas como a que foi responsável pelo insucesso da primeira expedição.

Esse foi um momento decisivo para o fortalecimento do poderio do Coronel Marcionillo Souza. A mudança de Governo foi um dos fatores responsáveis por tal situação, pois em 1916 Seabra havia nomeado o Coronel José Antônio de Miranda para a intendência de Maracás, mesmo sendo ele acusado de ser um dos responsáveis pelo saque da cidade em 24 de outubro de 1915. Mas Marcionillo havia permanecido fiel ao Partido Republicano da Bahia após o bombardeio da Cidade do Salvador¹⁴⁰ e a ascensão de Seabra ao Governo do Estado em 1912.¹⁴¹ Posição diferente fora assumida pelo Coronel José Antônio de Miranda, que percebeu no Partido Republicano Democrata (PRD), fundado por Seabra em 15 de março de 1910, um instrumento que poderia contribuir para o seu fortalecimento político, pois as suas inúmeras tentativa de se aproximar do Governador Araújo Pinho, não obtiveram sucesso.

A nomeação do chefe dos Mocós para ocupar a Intendência de Maracás fazia parte das estratégias de Seabra para solidificar as bases do Partido Republicano Democrata e, conseqüentemente, fortalecer o seu poderio pessoal. Assim, ele:

[...] misturou dois meios tradicionais de persuasão para estruturar o PRD: desencadear a política estadual e recrutar o vencedor de uma luta local. Em 1914 recusou-se a intervir em Maracás, onde o chefe do PRD fora impiedosamente atacado por Marcionílio de Sousa, que o governador considerava um político melhor; em vez disso Seabra permitiu a Marcionílio expulsar o coronel do PRD do município [...].¹⁴²

Na afirmação de Pang nota-se algumas contradições. O episódio mencionado acima ocorreu em 1915 e não em 1914. Além disso, o Coronel Marcionillo Souza não expulsou o chefe do PRD, Coronel José Antônio de Miranda de Maracás. Ao contrário, mostrou-se indiferente com a invasão e saque dessa cidade, ocorrida em 24 de novembro de 1915. Por sua vez, quem foi forçado a deixar Maracás foi o

¹⁴⁰ O Bombardeio da Cidade do Salvador ocorreu em janeiro de 1912. Nesse momento, o Exército, seguindo orientações do Governo Federal, interferiu nas lutas políticas da Bahia a favor do então candidato a governador J. J. Seabra em detrimento do situacionismo representado por membros do Partido Republicano da Bahia. Tal interferência garantiu que Seabra saísse vencedor das eleições de 28 de janeiro de 1912.

¹⁴¹ PANG, Eul-soo, op. cit. 1979, p. 79.

¹⁴² PANG, Eul-soo, op. cit. 1979, p. 118.

intendente e aliado político do Coronel Marcionillo Souza, o Coronel Frutuoso Cerqueira e não o chefe dos Mocós.

A relação dos chefes políticos de Maracás com o Governo do Estado foi alterada a partir de abril de 1916, momento no qual Antônio Ferrão Muniz de Aragão, com o apoio de Seabra, foi eleito Governador do Estado. Muniz fora escolhido por Seabra por “ser seu mais antigo e dedicado amigo”, o que permitiria manter o controle do Executivo baiano e preparar o terreno para o seu retorno quatro anos depois. No momento em que Muniz foi indicado para substituir Seabra, o Coronel José Antônio de Miranda, telegrafou-lhe parabenizando e colocando-se a disposição para ajudar o novo Governo no que fosse necessário. Durante o pleito eleitoral garantiu-lhe 639 votos, o que não foi suficiente para conquistar a sua simpatia.¹⁴³ Tal procedimento indica que, salvo poucas exceções, o apoio do Governo estadual poderia influenciar de forma decisiva o resultado dos confrontos locais. Isso se torna patente quando constatado o fortalecimento do poderio do Coronel Marcionillo Souza, no momento em que passou a contar com o apoio de Antônio Muniz.

A aproximação de Antônio Muniz ao Coronel Marcionillo Souza ocorreu quando o Governador, almejando fortalecer o seu poderio pessoal, adotou uma série de medidas que desagradaram tanto a Seabra quanto à maioria dos membros do PRD.¹⁴⁴ Dentre essas medidas, pode ser citada a substituição de intendentes seabristas por pessoas de sua confiança. Diferentemente do seu antecessor, que, na maioria das vezes, relutava interferir nos conflitos locais, passou a apoiar os coronéis que estavam envolvidos em lutas com os correligionários de Seabra. Foi o que ocorreu em Maracás, no momento em que Antônio Muniz solicitou ao chefe dos Rabudos, auxílio às investidas da Força Policial contra os Cauassús. Em consequência, houve o fortalecimento político do Coronel Marcionillo Souza e o início do declínio político do seabrista José Antônio de Miranda.

Na sequência, a primeira demonstração de força do Coronel Marcionillo Souza, contando com a complacência do Governo do Estado, ocorreu em 23 de abril de 1916, momento em que o Capitão José de Meira Pinheiro, auxiliado pelos Alferes Henrique Muniz de Farias e Cassimiro Gonçalves Pereira, efetuou as prisões do Coronel Francisco Joaquim Alves Meira, de Thetônio Alves Meira e de Francisco de

¹⁴³ *Gazeta do Povo*, 4 de setembro de 1915 e 16 de janeiro de 1916.

¹⁴⁴ PANG, Eul-soo, op. cit. 1979, p. 131.

Castro Alves, sogro, cunhado e sobrinho de Marcionillo, mas inimigos seus, presos sob acusação de fornecer armas e de acoitarem os Cauassús em sua Fazenda Boa Vista.

O Coronel José Antonio de Miranda e o seu correligionário e presidente do Conselho Municipal, Antônio Joaquim Pereira, ao saberem da prisão dos seus aliados políticos, encaminharam-se para a cadeia municipal e solicitaram uma audiência com o Capitão Pinheiro, o que foi negado.¹⁴⁵ Entretanto, os réus não ficaram muito tempo presos. A primeira tentativa de libertá-los foi do Bacharel José Pereira Teixeira Filho, que requereu *Habeas Corpus* em favor dos detidos, havendo negativa por parte do Juiz de Direito da Comarca. No entanto, em 2 de maio de 1916, o major Salvador Borges de Barros conseguiu colocá-los em liberdade, possivelmente em consequência das articulações políticas do Coronel José Antônio Miranda. Estava em curso o enfraquecimento político dos Mocós e a ascensão dos Rabudos.¹⁴⁶

A “CAÇA” AOS CAUASSÚS

Com a chegada da segunda expedição a Jequié, reiniciaram-se as perseguições aos Cauassús. O comando da Força Policial achou por bem dividi-la em dois grupos, um sob a liderança do Tenente Simões e o outro sob as ordens do Tenente-Coronel Paulo Bispo. Sete léguas após deixarem a cidade de Jequié, o primeiro grupo encontrou-se com os Cauassús, travando-se um violento tiroteio que perdurou das primeiras horas do dia até o anoitecer, momento em que os Cauassús bateram retirada. O saldo do combate foi negativo para esse grupo. Dez dos seus integrantes foram mortos, enquanto a Força Policial teve apenas um de seus praças levemente ferido.

Após ter tomado ciência da peleja, o Tenente-Coronel Paulo Bispo, preocupado com a força de combate dos Cauassús, telegrafou para o Secretário de Polícia, informando-o do acontecido e solicitou reforço de mais dois oficiais e alguns praças. Atendendo às reivindicações do Tenente-coronel, a Secretaria de Segurança enviou

¹⁴⁵ *A Tarde*, 19 de maio de 1916.

¹⁴⁶ *Diário da Bahia*, 19 de maio de 1916.

pare a região – no dia 24 de maio de 1916 – uma terceira expedição, composta por 50 praças e dois alferes, Malaquias Pereira e Francisco Gomes.

A nova expedição partiu de Salvador conduzindo 10.000 cartuchos para reforçar o poder de fogo da Polícia contra os Cauassús. Desta forma, o contingente policial enviado pelo Governo atingiu o número de 240 praças, aos quais se somavam seus oficiais e os jagunços cedidos pelo Coronel Marcionillo Souza. Tal contingente passou a perseguir os Cauassús, que contavam com um pouco mais de 100 homens, bem armados e afeitos à região conflagrada.¹⁴⁷ Ao longo da *Primeira República* foi comum a integração de jagunços, geralmente de coronéis que contavam com o apoio do Governo, a expedições destinadas a realizar algum tipo de missão no interior do Estado.

A perseguição contra os Cauassús foi intensa, pois em pouco mais de três meses, o grupo estava reduzido a 14 homens. Muitos foram mortos, outros desertaram ao ver-se encurralados pela ação da Polícia e dos jagunços do Coronel Marcionillo Souza. Em contrapartida, as baixas registradas na Força Policial foram de dois mortos e um ferido. A “caça” aos Cauassús, ao menos para a Força Policial, foi concluída no dia 26 de julho de 1916,¹⁴⁸ momento em que José Cauassú foi ferido, vindo a falecer dias depois. A morte dele foi relatada por Anésia Cauassú ao jornalista Silva Viana da seguinte forma:

José Cauassú foi baleado no dia 28 de julho por uma descarga dada por vários soldados à frente dos quais estava o Sargento Etelvino, entre a Boa Vista e o Caldeirão do Miranda num lugar denominado Pai Manoel. José respondeu ao fogo, fugindo a força para Boa Vista, onde se foi juntar a de Pisa Macio. A bala entrou-lhe na coxa direita e saiu-lhe no quadril da perna esquerda.¹⁴⁹

Após ser baleado, José foi conduzido por seus pares até o lugar denominado Ladeira, onde veio a óbito dias depois, por falta de tratamento. O pai de José, Rufino Cauassú, bem que tentou mandar buscar medicamentos em Maracás para tratar o ferimento do filho, mas como a Polícia tinha apertado o cerco, o responsável por tal missão acabou sendo morto quando passava pelo povoado de Caldeirão dos Mirandas. Com o falecimento de José, o seu irmão Antônio Cauassú passou a

¹⁴⁷ *A Tarde*, 24 de maio de 1916.

¹⁴⁸ Nota-se uma contradição entre a data do combate, que resultou com o ferimento de José Cauassú, apontada por Anésia e pelo jornal *A Tarde*.

¹⁴⁹ *A Tarde*, 28 de outubro de 1916.

liderar o que ainda restava do bando.¹⁵⁰ Pouco tempo depois, cômicos da desvantagem numérica em relação à Força Policial, os Cauassús retiraram-se para o Sul e para a Chapada Diamantina.¹⁵¹

Durante as perseguições aos Cauassús, os homens do Coronel Marcionillo Souza, além de auxiliarem a Polícia, agiram, às vezes, de forma independente. Isso se tornou patente no momento em que os jagunços de Cassiano do Areão e do Coronel Marcionillo Souza perseguiram e mataram, entre os lugares denominados Passagem de João Manuel e Caraíbas, sete integrantes do bando liderado por José Cauassú. Nesse ínterim, Marcionillo apresentava as ações de seus jagunços à comunidade local como contribuição para pacificar a região conflagrada.¹⁵²

O interessante é que, durante as batalhas ocorridas entre a Polícia e os Cauassús, as mulheres dos integrantes desse grupo, armadas com *repetição*, participaram ativamente do conflito. No momento em que o grupo dos Cauassús estava reduzido a 14 integrantes, a Polícia tinha capturado e conduzido à prisão de Jequié, 40 dessas mulheres. Dentre essas estava a lendária Anésia Adelaide de Araújo ou Anésia Cauassú, famosa por sua capacidade de liderança e pela sua excelente pontaria. Enquanto esteve presa, Anésia concedeu algumas entrevistas ao enviado do jornal *A Tarde* a Jequié, jornalista Silva Vianna, o que possibilitou a resolução de algumas questões pertinentes ao presente trabalho.

“DEIXE-NOS COM OS CAUASSÚS”

Em agosto de 1916, os Cauassús, em número reduzido, dispersaram-se para outras localidades, e a “paz” voltou a reinar em Maracás e região. A partir de então, o Governo do Estado autorizou o retorno das tropas para a capital baiana, deixando, ali, por precaução, um pequeno destacamento de 30 praças e um oficial¹⁵³. De acordo com o jornal *A Tarde* o primeiro destacamento desembarcou em Salvador no dia 17 de agosto de 1916, deixando para trás uma série de barbaridades cometidas em nome da “ordem”. A ação da Força Policial, auxiliada pelos homens do Coronel

¹⁵⁰ *A Tarde*, 24 de maio de 1916.

¹⁵¹ CAMPOS, Silva. *Crônica da Capitania de São Jorge dos Ilhéus*. Rio de Janeiro: Conselho Federal de Cultura, 1981, p. 361 e 362.

¹⁵² *A Tarde*, 31 de outubro de 1916.

¹⁵³ *O Democrata*, 19 de agosto de 1916.

Marcionillo Souza, em alguns casos, superou o patamar das crueldades atribuídas aos Cauassús.¹⁵⁴

Segundo o mesmo Jornal, as atrocidades cometidas pela Força Policial causaram uma sensação de revolta entre a população local, a ponto de levá-la a fazer o seguinte apelo: “Dr. Governador por favor não se lembre mais de nós. Deixe-nos com os Cauassús e por amor de Deus não nos mande mais a polícia”.¹⁵⁵ Para agravar ainda mais a descrença da opinião pública em relação à Força Policial, ouviam-se constantemente rumores de que José Cauassú estaria vivo, demonstrando, desta forma, o seu fracasso na tentativa de eliminá-lo.¹⁵⁶ Isso não passou de um boato, pois José fora ferido durante combate e viera a óbito poucos dias depois, como foi mencionado anteriormente. Contudo, no momento em que as ações da Força Policial eram questionadas, reforçava-se a aura negativa resultante dos constantes saques, estupros, incêndios e assassinatos efetivados por aqueles que deveriam restabelecer a “paz” em Maracás e região.

Para apurar as constantes denúncias realizadas pelo Jornal *A Tarde*, o Governo resolveu instaurar um inquérito policial-administrativo que foi presidido pelo então Secretário de Polícia José Álvaro Cova¹⁵⁷ que, por sua vez, nomeou Augusto César para o cargo de Delegado Regional da zona que foi palco dos combates entre a Força Policial e os Cauassús. Augusto César dirigiu-se a Jequié, acompanhado de um comandante de ordens e dois praças, com a missão de apurar a veracidade das denúncias a respeito dos crimes cometidos pela Polícia.¹⁵⁸ Além disso, foi criado em Salvador um Conselho Militar de Investigação composto pelos Tenentes-Coronéis Marques dos Reis, João Borges de Barros e João Henrique de Farias, Majores Alberto Lopes e Appio Novaes e o Capitão Munford, que teria a missão de julgar, de acordo com as informações que deveriam ser fornecidas pelo Delegado Regional, as ações dos denunciados de acordo com o Código Penal da época.¹⁵⁹

Em 25 de outubro de 1916, o Delegado Regional retornou à Capital e seis dias depois entregou ao Secretário de Polícia um relatório contendo mais de 60 depoimentos que apontavam os crimes cometidos pelo Tenente-Coronel Paulo

¹⁵⁴ *A Tarde*, 19 de agosto de 1916.

¹⁵⁵ *A Tarde*, 7 de outubro de 1916.

¹⁵⁶ *A Tarde*, 9 de outubro de 1916.

¹⁵⁷ *A Tarde*, 3 de outubro de 1916.

¹⁵⁸ *A Tarde*, 7 de outubro de 1916.

¹⁵⁹ *A Tarde*, 11 de outubro de 1916.

Bispo do Nascimento, pelos Alferes Francisco Gomes de Oliveira (vulgo Pisa Macio) e Cláudio Correia, bem como o de outros militares de menor patente.¹⁶⁰ No entanto, as informações contidas nesse relatório foram ignoradas, pois o Conselho Militar de Investigação, por unanimidade de voto, julgou:

[...] improcedente as acusações arguidas contra o Tenente-Coronel Paulo Bispo do Nascimento e os oficiais sob o seu comando na expedição à zona de Jequié e em perseguições aos bandidos conhecidos por <Cauassús>, exceção feita do ex-alferes Francisco Gomes de Oliveira, sobre quem, pelos motivos apontados, se não pronuncia e do Alferes Cláudio Correia da Silva, que julga já punido com a pena que lhe foi imposta.¹⁶¹

Possivelmente, como forma de demonstrar à opinião pública o empenho e a imparcialidade no julgamento dos acusados, o Governador do Estado resolveu exonerar o Alferes Francisco Gomes de Oliveira.¹⁶² Além disso, a prisão por 25 dias do Alferes Cláudio Correia¹⁶³ foram as únicas penalidades imposta aos integrantes da Força Policial, acusados de terem assolado a população de Maracás e região com crimes marcados pela crueldade. Houve inúmeras irregularidades na condução do inquérito e os seus resultados foram previamente definidos, cabendo ao Conselho a simples tarefa de elaborar subterfúgios às acusações divulgadas pela imprensa.

A impressão que se tem é que o Governador não desejava, por algum motivo, a apuração dos crimes cometidos pela Força Policial. Mas, sempre que a imprensa denunciava as irregularidades efetivadas no decorrer do processo, o Governo mostrava-se interessado em esclarecer os fatos, enviando o caso para ser analisado em outras instâncias. Seguindo essa lógica, o Secretário de Polícia remeteu o inquérito para a apreciação do Ministério Público, alguns dias após o veredicto tendencioso proferido pelo Conselho de Investigação.¹⁶⁴ Entretanto, os resultados não foram alterados, as punições continuaram as mesmas estabelecidas pelo Conselho.

¹⁶⁰ *A Tarde*, 1 de setembro de 1916.

¹⁶¹ *A Tarde*, 7 de dezembro de 1916.

¹⁶² *O Democrata*, 3 de outubro de 1916. Segundo o Jornal *A Tarde*, de 31 de janeiro de 1918, Pisa Macio foi reintegrado à Brigada Policial no início de 1918.

¹⁶³ *O Democrata*, 3 de outubro de 1916.

¹⁶⁴ *A Tarde*, 20 de dezembro de 1916.

RETORNO DOS CAUASSÚS

Enquanto na Capital discutia-se a eficácia das penalidades apontadas pelo Inquérito, os Cauassús trataram de se reorganizar e reiniciaram os saques sobre a população de Maracás e região. Assim, durante a primeira quinzena de abril de 1917, invadiram e praticaram a *sebaça*¹⁶⁵ em localidades próximas a Curral Novo, à época distrito de Jequié. No decorrer dessa ação, apropriaram-se das armas fornecidas à população local pela expedição comandada pelo Tenente-Coronel Paulo Bispo, cujo objetivo era fortalecer o combate aos Cauassús. Em seguida, enviaram *positivos* a Jequié propondo “não invadi-la, não perpetrar mortes nem saqueá-las, a troco de importância em dinheiro”.¹⁶⁶

Depois das investidas em Curral Novo, os Cauassús invadiram o povoado de Sant’Ana e, após armarem emboscada no dia 14 de abril de 1917, mataram um dos principais aliados políticos do Coronel Marcionillo Souza, o fazendeiro Vicente Silva Fróes,¹⁶⁷ o mesmo que havia denunciado o acordo firmado entre os Cauassús e o Coronel José Antônio Miranda, líder dos mocós, acordo esse que resultou na invasão e saque da Cidade de Maracás em 24 de novembro de 1915. Fróes, por meio de cartas que foram publicadas pelo jornal *A Tarde* em 16 de abril e 19 de maio de 1916, comemorara as prisões de Francisco Alves Meira e do seu filho Theotônio Alves Meira, principais coiteiros dos Cauassús e inimigos de Marcionillo.

Desta vez, os Cauassús passaram a utilizar todas as suas armas para vingar-se daqueles que, de alguma forma, auxiliaram a Força Policial a combatê-los em 1916. Ciente disso, o Coronel Marcionillo Souza, fortalecido tanto política quanto militarmente em razão do apoio recebido do Governador do Estado e da sua participação na perseguição aos Cauassús em 1916, ao saber das novas investidas dessa família, tratou de recolher-se à sua residência, na Fazenda Contendas, entrincheirando-se com 50 homens bem municiados e ordenou a outros tantos que saíssem no encalço dos Cauassús.

A residência do Coronel Marcionillo Souza na Fazenda Contendas era uma verdadeira fortaleza. As paredes foram construídas com adobes de

¹⁶⁵ Assalto à propriedade, acompanhado de roubo e posterior divisão de seus frutos entre os participantes.

¹⁶⁶ *O Democrata*, 18 de abril de 1917.

¹⁶⁷ *O Democrata*, 18 de abril de 1917.

aproximadamente 50x50 cm, o que resistia aos disparos das armas mais comuns da época. A casa era cercada por um muro e ao seu redor quase não havia plantas de grande porte, o que dificultava a aproximação de invasores sem serem avistados. Nas paredes do sótão existiam pequenas janelas que propiciavam uma visão privilegiada do seu entorno e poderiam ser utilizadas para fazer disparos contra forças inimigas. Possuía locais apropriados para armazenagem de comida e de água, inclusive a da chuva, o que possibilitaria resistir a ataques por um significativo espaço de tempo. Em 1928, quando o Coronel Marcionillo Souza construiu a estrada de rodagem que ligava Maracás a Itiruçu, fez com que esta passasse defronte de sua fortaleza, o que lhe permitia policiar quem entrava e saía da cidade, ao menos quem estivesse de automóvel. A resistência que a casa do Coronel Marcionillo Souza oferecia a possíveis invasões era reconhecida e cantada, através dos ABCs, pela população nas feiras da região, como está presente no verso abaixo:

P
Pelejei e não venci
Mas abjuro pelejar
Ranchinho de palha de Contendas
Nós não podemos quebrar
Cel. Marcionillo nós devemos respeitar.¹⁶⁸

Sabedores da resistência que o Coronel Marcionillo Souza poderia oferecer em seu reduto, os Caussús não ousaram invadir a Fazenda Contendas. O encontro dos jagunços de Marcionillo com esse grupo ocorreu em Jequié no dia 23 de junho de 1917. O combate arrastou-se por três dias consecutivos, registrando-se períodos de mais de 12 horas de fogo cerrado entre os dois grupos. Consta que foram detonados mais de oito mil cartuchos, havendo baixas de parte a parte. A população abandonou a cidade e fugiu mata adentro, o comércio fechou as suas portas e o medo da efetivação das ameaças feitas pelos Cauassús, dias antes, generalizou-se.¹⁶⁹ Vários comerciantes de Jequié passaram a telegrafar para a Associação Comercial da Bahia, pedindo que esta buscasse, junto ao Governo do Estado, medidas que viessem a por fim ao banditismo na região, como demonstra o telegrama a seguir: “Presidente da Associação Comercial – pedimos urgente

¹⁶⁸ ABC sobre Marcionílio Antônio Souza recitado pelos senhores Manoel Rocha (86 anos) no dia 17 de janeiro de 2008, e por seu irmão Joaquim Rocha (85 anos) no dia 18 de janeiro de 2008. Os ABCs eram versos compostos para serem cantados e, geralmente, narravam acontecimentos ligados ao dia-a-dia do sertanejo. Recebiam esse nome porque as palavras que apareciam no início de cada verso deveriam seguir a sequência do alfabeto.

¹⁶⁹ A *Tarde*, 5 de junho de 1917.

providência comércio fechado desde ontem, jagunços na praça cometendo assassinatos. Espera-se saque hoje”.¹⁷⁰ Pouco depois de receber esse telegrama, a Associação Comercial comunicou ao comércio de Jequié que o Governo do Estado decidiu, com o intuito de restabelecer a “ordem”, enviar uma nova expedição para a região conflagrada.

Durante a nova invasão a Jequié, foi Anésia Cauassú quem liderou os Ratos Brancos, que contavam com um número reduzido de integrantes, mas bastante aguerridos.¹⁷¹ O principal objetivo deste grupo era vingar-se do Coronel Marcionillo Souza e dos seus correligionários. Não obtiveram sucesso, pois esse Coronel encontrava-se fortalecido e, segundo o jornal *A Tarde*, enviara 200 homens que conseguiram escorraçar os invasores de Jequié.¹⁷²

A partir de então, vários telegramas foram enviados ao Secretário de Polícia, denunciando o ingresso de ex-praças – integrantes da expedição comandada pelo Tenente-Coronel Paulo Bispo, que desligados da Polícia, permaneceram na região – tanto nas fileiras dos Rabudos quanto dos Cauassús. É o que atesta a carta de um morador de Jequié, publicada no jornal *A Tarde*, que relata: “O que mais admira é serem os bandos de jagunços, na sua maioria composta por praças de polícia, que, obtendo baixa, vem se alistar nos Cauassús ou Rabudos”.¹⁷³ Esses mesmos telegramas referiam-se às ações dos jagunços do Coronel Marcionillo Souza como desastrosa e perturbadora da “ordem”. Isso indica que, em Jequié, existia oposição a Marcionillo, e que a ação do coronel pode ser entendida como uma forma de garantir o controle político daquela localidade e não para proteger os seus habitantes como divulgado pelos Rabudos, o que não passava de um subterfúgio utilizado para justificar as suas ações.

¹⁷⁰ *A Tarde*, 28 de junho de 1917. O telegrama vem assinado pelos seguintes comerciantes: Valverde & Irmãos, Paulino Affonso Chaves, Joaquim Valverde e Irmãos, Américo Vespúcio de Almeida, Geminiano Saback, Ladislau Ribeiro & Irmãos, Roberto Grillo & Companhia, Francisco Grizi, José Mensitieri Andrade, Martins Nicolau, Gindice Irmãos, Domingos Damolli, Antônio Valverde e Companhia, José Dantas Cardoso, Gabino Rosa Junior, Altino Martins, Valdomiro Virgulino, Hostílio Saback, Salvador Colavage, Miguel Grizi Companhia, Maimome & Companhia, João de Novaes Miranda, Euclides Andrade, representante de Nova Monteiro e Companhia, Avelino Freitas, representante de Tude & Irmãos e João de Souza Peton.

¹⁷¹ *A Tarde*, 13 de junho de 1917.

¹⁷² Para maiores informações a respeito do momento em que Anésia liderava o grupo dos Cauassús ver: AUAD, Márcia do Couto, op. cit., 2001.

¹⁷³ *A Tarde*, 28 de junho de 1917.

TERCEIRA INTERVENÇÃO

No dia 27 de junho de 1917, dias antes do combate acima descrito, o Governo do Estado, atendendo ao apelo dos comerciantes de Jequié, enviara, com ordens de restabelecer a “paz” na região, uma nova expedição composta por quarenta praças e dez sargentos, sob o comando do Tenente Firmo Pinheiro de Mattos¹⁷⁴ que, ao chegar a Jequié, não encontrou mais os Cauassús, pois os jagunços do Coronel Marcionillo Souza já os tinham expulsados.

O Tenente Firmo Pinheiro, como primeira medida para restabelecer a “ordem”, apreendeu as armas de alguns dos jagunços do Coronel Marcionillo Souza que permaneceram em Jequié para evitar novas investidas dos Cauassús. Contudo, o reencontro desse grupo com a Força Policial ocorreria em agosto nas proximidades de Jequié. O Tenente Firmo Pinheiro cercou a casa onde estavam alojados e, depois de intenso tiroteio, os Cauassús conseguiram evadir, deixando para trás cápsulas de balas que não eram comercializadas e cuja produção destinava-se a atender às necessidades das forças policiais.¹⁷⁵

Mesmo aprovando as medidas efetivadas pelo Tenente Firmo Pinheiro, um grupo de comerciantes¹⁷⁶ locais foi a Salvador pedir a intervenção do Governo do Estado, alegando que tanto os Cauassús quanto os Rabudos agiam no sentido de perturbar a “paz” daquela localidade. No dia 12 de junho, o grupo desembarcou na Capital e o seu principal objetivo era convencer o Governador Antônio Muniz a nomear um Delegado Regional¹⁷⁷ que permanecesse em Jequié para evitar novos transtornos ao comércio da cidade que, vale salientar, vivenciava um momento de significativa prosperidade econômica.

Todavia, a proposta desse grupo tinha um objetivo bastante claro: diminuir a influência política do Coronel Marcionillo Souza sobre Jequié. Tal investida ocorreu em um momento de ascensão política de algumas personalidades locais, que almejavam aproveitar-se da prosperidade daquele município, mas para isso precisavam controlar os seus principais cargos administrativos. O referido grupo

¹⁷⁴ *A Tarde*, 28 de junho de 1917.

¹⁷⁵ *A Tarde*, 20 de agosto de 1917.

¹⁷⁶ Tudo indica que, por trás da ação desse grupo, além de interesses comerciais, existiam também interesses políticos.

¹⁷⁷ *A Tarde*, 13 de junho de 1917.

acreditava que a presença de um Delegado Regional inibiria as ações perpetradas por aquele Coronel e, com o intuito de materializarem os seus anseios, passou a enfatizar que os Cauassús só invadiram Jequié levados pelo desejo de vingança contra o Coronel Marcionillo Souza.

O Governador do Estado, pressionado pela Associação Comercial e pelo cônsul italiano, Hugo Sola, atendeu às reivindicações dos comerciantes e nomeou, em 16 de junho de 1917, o engenheiro Propicio Fontoura para o Cargo de Delegado Regional. Contudo, mesmo com a chegada deste a Jequié, o Coronel Marcionillo Souza, por meio de seu filho Tranquilino, permaneceu influenciando a vida política do município até a década de 1930, quando foi preso.

A análise dos fatos ocorridos desde a invasão dos Cauassús ao município de Maracás até a abertura e arquivamento do inquérito policial, produz a percepção de que o maior beneficiado, ao longo dos acontecimentos, foi o Coronel Marcionillo Souza. As outras partes envolvidas nesse processo saíram de alguma forma prejudicadas. Em um primeiro momento, o Coronel José Antônio de Miranda havia sido favorecido com as ações dos Cauassús, pois foi nomeado intendente e presidente do Diretório do Partido Republicano Democrata em Maracás.¹⁷⁸ Com o passar do tempo, por não possuir controle sobre os Cauassús, e sofrendo a negatividade da aliança estabelecida com os líderes dessa família, justamente em um período de mudança de governo, vivenciou um declínio acentuado de influência no cenário político local. Para isso, contribuíram as constantes reportagens divulgadas pelos jornais da Capital, que apontavam o Coronel José Antônio Miranda como protetor e estimulador das ações perpetradas pelos Cauassús, como pode ser verificado abaixo:

Apesar das dificuldades com as quais está o governo se arcando para extinguir o banditismo, parece incrível que o intendente de Maracás, José Antônio de Miranda, que se diz amigo da situação, legionário do partido dominante, esteja se correspondendo com os bandidos Cauassús ou Ratos Brancos dando-lhes instruções ou planos tendentes a atrapalharem a boa marcha das diligências da força pública, e fornecendo-lhes munições, conforme informações insuspeitas que temos e de que também as mulheres que foram capturadas em S. Miguel fizeram revelações altamente comprometedoras e que comprovam a convivência do dito intendente na sequência de crimes praticados pelos mencionados bandidos.¹⁷⁹

¹⁷⁸ *O Democrata*, 16 de junho de 1916.

¹⁷⁹ *Diário da Bahia*, 4 de junho de 1916.

Os resultados da peleja estabelecida com os Rabudos foram negativos para os Cauassús, pois parte significativa de seus integrantes foi morta ou presa pela Força Policial. Acrescenta-se que depois dos combates travados com jagunços do Coronel Marcionillo Souza em 1917, os Cauassús foram forçados a mudar o seu raio de atuação, continuando a prática da *sebaça* nos limites dos municípios de Ilhéus e Itabuna.¹⁸⁰ Os integrantes desta família que permaneceram em Maracás e região, como tentativa de fugir da carga negativa dos atos praticados por seus familiares, passaram a registrar os seus filhos com o sobrenome de Araújo, abolindo o Cauassú, o que pode ser entendido como uma estratégia de sobrevivência, posto que:

[...] a marca ou, melhor, a identidade Cauaçu é posta de lado para que toda uma história de luta e violência seja apagada da memória e da descendência. Os descendentes tornaram-se incógnitos sem o nome da família, sobrevivem no anonimato, e não mais recebem a marca do nome de Guerra.¹⁸¹

Certamente, a mais prejudicada no desenrolar dos acontecimentos foi a população de Maracás e região, que foi molestada, tanto pela ação dos Cauassús, quanto pela da Polícia, não restando a quem apelar. As atrocidades vivenciadas pelos moradores, divulgadas pelos jornais da Capital, possuem um repertório que vai desde estupros, crucificação de pessoas, assassinatos cometidos sem distinção de sexo ou idade – crianças eram mortas para, “na idade da razão” não se envergonharem dos atos praticados por seus pais –, casas incendiadas com seus moradores ainda dentro, propriedades saqueadas, a lavoura abandonada pelos agricultores que se refugiavam na mata por medo de se tornarem vítimas das partes em contenda.

A impressão que se tem ao ler as colunas dos jornais oposicionistas é que, a população perdeu a confiança nas ações do Governo do Estado. Este, por falta de controle dos seus subordinados, passou a sofrer pesadas críticas do grupo oposicionista, tanto na Capital quanto no interior do Estado. O descrédito tornou-se mais patente quando foram divulgados os resultados do inquérito militar que, a princípio, deveria punir os responsáveis pelas alegadas monstruosidades cometidas na região conflagrada.

¹⁸⁰ *A Tarde*, 24 de dezembro de 1917.

¹⁸¹ AUAD, Márcia do Couto, op. cit. 2001, p. 90.

Por tudo isso, pode-se afirmar que o Coronel Marcionillo Souza, a partir do momento em que foi convocado para auxiliar a Força Policial na caçada aos Cauassús, tendo acesso a armas, munições e, de certa forma, prestando um favor ao Governo do Estado, fortaleceu-se política e militarmente. O que lhe permitiu, em 1919/1920, arregimentar um exército de jagunços e, juntamente com outros coronéis do interior do Estado, marchar rumo à Capital na tentativa de impedir a posse do então Governador eleito, José Joaquim Seabra.

Após o acordo firmado entre os coronéis que integraram o *Levante Sertanejo* e o Governo Federal, o controle das instituições públicas maracaenses passou às mãos do Coronel Marcionillo Souza. Tal situação perdurou até a década de 1930¹⁸². Com a efetivação do cenário de hegemonia política dos Rabudos, os Mocós foram privados de ocupar os cargos da administração local. Concomitante a isso, pelo menos em Maracás, percebe-se a desintegração desse último grupo. Tudo indica que a existência de um grupo só tinha sentido pelo fato de fazer oposição ao outro. Isso se torna patente quando constatado que as fontes referentes aos fatos ocorridos no decênio de 1920 não mais apresentem as denominação Rabudos e Mocós.

¹⁸² Depois da Revolução de 1930, várias modificações são registradas nas relações sociais, políticas e econômicas. Esse novo cenário concorrerá com uma nova dinâmica política representada pela cidade ao trazer consigo novas demandas advindas das organizações trabalhistas e de uma nova burguesia urbana industrial, que passa a exigir uma maior participação no cenário político do Brasil.

CAPÍTULO III

O CHEFE DOS RABUDOS NA CAMPANHA DE “LIBERTAÇÃO” DA BAHIA¹⁸³

O período de 1919 ao final da década de 1920 foi um dos mais tumultuados da *Primeira República* na Bahia. Tal quadro teve início no pleito eleitoral de 26 de dezembro de 1919, momento no qual a oposição ao Partido Republicano Democrata (PRD) baiano passou interferir de forma mais incisiva no cenário político do Estado. Objetivando derrotar o seabrismo lançou candidato próprio e buscou o apoio dos coronéis do interior descontentes com o situacionismo.

Foi nesse cenário de incertezas que o Coronel Marcionillo Souza demonstrou o seu fortalecimento político e o seu poderio bélico, ao participar, junto com os coronéis Horácio de Matos e Anfilóbio Castelo Branco, do movimento que ficou registrado na historiografia como *Levante Sertanejo ou Revolta Sertaneja* (1919/1920).¹⁸⁴ Tal movimento, de acordo com o divulgado pela imprensa oposicionista, objetivava impedir que o governador José Joaquim Seabra, eleito no pleito de 1919, assumisse o cargo de governador do Estado. Como será demonstrado, esse movimento foi motivado por interesses pessoais de alguns líderes políticos do interior e da Capital, embora deva ser ressaltado de imediato que esses chefes políticos agiam de acordo com as necessidades e particularidades de suas regiões, fossem do interior ou Capital.

Torna-se necessário destacar que, no curso do movimento, outros coronéis passaram a integrá-lo. A título de exemplo podemos citar os seguintes nomes: Douca Medrado (Mucugê), João Correia Duque (Carinhanha), Francisco Teixeira, Abílio Araújo (Santa Rita), Salustiano Sena e Francolino Pedreira. Entretanto, os coronéis Horácio de Matos (Chapada Diamantina), Anfilóbio Castelo Branco (Baixo São Francisco) e Marcionillo Souza (Centro-Sul) foram os que mais se

¹⁸³ Durante o desenrolar do *Levante*, a imprensa oposicionista passou a divulgar a idéia de que cabia ao sertão libertar a Bahia de um Governo tirano que, há oito anos, contribuía para a falência do Estado e do Regime Republicano.

¹⁸⁴ O presente trabalho opta pela primeira denominação por entender que esse movimento não objetivou mudanças radicais na estrutura econômica, política e social da Bahia de então.

destacaram ao longo do evento, isso devido à capacidade de arregimentar jagunços e a influência política que exerciam em suas regiões.¹⁸⁵

FATORES QUE CONTRIBUÍRAM PARA O LEVANTE SERTANEJO

Como foi dito, a marcha armada liderada pelos coronéis Marcionillo Souza, Horácio de Matos e Anfilóbio Castelo Branco ocorreu em um período de turbulência social e política vivenciadas pelo Estado da Bahia. Isso ocorreu devido à soma de diversos fatores, entre os quais aqueles advindos da Primeira Guerra Mundial e da greve dos trabalhadores ocorrida em Salvador entre os meses de junho e setembro de 1919, que passarei a discutir de imediato. Outros serão abordados mais adiante.

Como a Alemanha importava boa parte do fumo e do cacau, principais fontes de renda do Estado, e seus banqueiros financiavam as atividades dos grandes comerciantes baianos, o desencadear da Primeira Guerra Mundial provocou uma interrupção dessas relações, o que contribuiu para o agravamento da crise econômica vivenciada pela Bahia. Essa crise atingiu em cheio as classes agrocomerciais, pois os seus rendimentos estavam vinculados preponderantemente ao comércio de exportação. Consciente dessa situação, e na tentativa de conseguir o apoio desse setor, a oposição, que começava a se reorganizar, passou a disseminar a idéia de que o Governo pouco fazia para amenizar os efeitos dessa crise, mostrando-se ainda incapaz de solucionar problemas como o aprisionamento de mercadorias baianas por navios ingleses.¹⁸⁶ Agindo dessa forma, os anti-PRD objetivavam alcançar o apoio dos comerciantes, o que não tardou a acontecer, pois no final do mandato de Antônio Muniz a maioria dos comerciantes da Capital, filiados a Associação Comercial da Bahia, declarava abertamente seu descontentamento com o situacionismo.¹⁸⁷

¹⁸⁵ Como pode se notar, até o momento, não foi possível identificar o município onde viviam alguns dos coronéis aqui mencionados.

¹⁸⁶ Em 1915, a Marinha britânica apreendeu um carregamento baiano de 1908 sacas de cacau e 1600 sacas de café destinadas a Copenhague. O comércio exigiu que Antônio Muniz intervisse junto ao Ministério das Relações Exteriores e o Governo atendeu a reivindicação, mas não obteve os resultados esperados. A partir de então, os comerciantes passaram a responsabilizar o Governo – devido a sua fraca atuação no caso – pelos prejuízos oriundos de tal fato. Ver PANG, op. cit., 1979.

¹⁸⁷ *A Tarde*, 18 de outubro de 1919.

Apesar de vedado por disposição estatutária, o envolvimento da Associação comercial da Bahia em questão políticas e partidárias não era algo estranho. Isso ocorria, segundo Mário Augusto da Silva Santos, por dois motivos:

[...] o primeiro – e o mais forte – é que ela representava interesses concretos de grupos econômicos, e, já podemos afirmar, do grupo exportador, por excelência, e, assim, não se podia alhear dos destinos da região onde atuavam tais interesses, que estavam sobre controle de grupos políticos; segundo é que ela era vista por estes como uma força e, por isso, tentavam atraí-la para as suas respectivas orbitas [...].¹⁸⁸

Após a Primeira Guerra Mundial, o mundo ocidental registrou uma série de conturbações sociais, merecendo destaque, devido as suas repercussões e conquistas, as greves operárias. No Brasil, principalmente a partir de 1919, o movimento eclodiu em vários pontos. A Bahia não ficou imune a essa onda, pois quem mais sentia as consequências da crise do comércio, provocada pelos efeitos daquela guerra, era a população pobre, que convivia com os constantes aumentos dos preços dos gêneros alimentícios, assim como o crescimento do desemprego e com o congelamento dos salários. Tal situação levou cerca de 15 mil operários da indústria da construção civil e de outros setores a paralisarem as suas atividades e a exigirem, entre outras coisas, aumento salarial e redução da jornada de trabalho de 10 a 12 para 8 horas diárias, o que contribuiu para aumentar ainda mais a tensão social vivenciada pela Bahia de então.¹⁸⁹

De acordo com Consuelo Sampaio, para agravar ainda mais a situação,

O movimento paredista de setembro coincidiu com o recrudescimento das violentas disputas interclãs nos municípios do interior. A intervenção governista em Barra do Mendes e Campestre, a favor dos chefes governistas Fabrício e Militão, resultou em completo fracasso. Os soldados derrotados estavam famintos, o número de baixas crescia pela doença e pelo cansaço. Como em outros municípios, a situação em Carinhanha não era diferente. O destacamento policial, enviado pelo Governo em auxílio aos seus correligionários, foi expulso em poucas horas (6 out.) pelo Coronel João Duque.¹⁹⁰

¹⁸⁸ SANTOS, Mário Augusto. *Associação Comercial da Bahia na Primeira República: um grupo de pressão*. Salvador: Secretária da Indústria, Comércio e Turismo, 1973, p. 67.

¹⁸⁹ SANTOS, José Wellington Aragão dos. *Formação da Grande Imprensa na Bahia*. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 1985. (mimeo), p. 81 e 82.

¹⁹⁰ SAMPAIO, Consuelo Novais, op. cit. 1998, p. 146.

Por outro lado, os coronéis do interior ainda não haviam se conformado com a aprovação da Lei Estadual nº. 1.104, de 09 de maio de 1916, que no seu 1º Artigo estabelece o seguinte:

Será de dois anos o exercício do cargo de Intendente, observados os preceitos do Artigo 14 § 1º da Lei nº. 1102 de 11 de agosto de 1915, podendo o mesmo funcionário ser demitido na vigência do biênio, nos casos previstos na referida Lei.

Desta forma, o mandato do intendente passava de quatro para dois anos e, segundo essa mesma lei, a sua nomeação para a chefia do município deveria ser referendada pelo Senado estadual, organismo controlado, ao longo da *Primeira República*, na maioria das legislaturas, pelo Governo do Estado.¹⁹¹ A adoção dessa Lei tinha por finalidade enfraquecer a influência exercida pelos coronéis oposicionistas do interior no jogo político, ao mesmo tempo em que objetivava centralizar o processo de decisão política. O principal articulador dessa estratégia foi Seabra que, desde 1915, demonstrava o desejo de promover reformas na Constituição da Bahia.

Contribuindo para aumentar as tensões sociais existentes naquele momento, a Bahia deparava-se com surtos epidêmicos de febre amarela no interior e de varíola na Capital. A oposição, na tentativa de fortalecer as suas bases, responsabilizava o Governo por todos os males que atingiam o Estado, o que se evidencia na fala de Simões Filho, um dos integrantes dessa oposição:

A situação sombria que se encontra o Estado pode se resumir na afirmação de que o domínio político do senador Seabra se tem caracterizado pela supressão das liberdades públicas, pelo retrocesso econômico do Estado e pelo descalabro financeiro. A síntese da sua administração, como a do seu valido, o Sr. Antônio Muniz, que ele entrouxou no Palácio da Aclamação, contém-se no trio: tirania, peste e bancarrota.¹⁹²

Assim, com o objetivo de enfraquecer o situacionismo, a oposição realizou uma série de *meetings*, insuflando a população contra o Governo. Essa oposição nascera do seio do próprio partido situacionista, fruto do descontentamento de algumas lideranças que não viram com bons olhos as medidas efetivadas pelo governador Antonio Muniz que, para fortalecer o seu poderio pessoal, substituiu sem consulta prévia seus correligionários do interior que eram vinculados a Seabra. Na prática,

¹⁹¹ APEB, Seção Republicana, caixa 2320, documento 2578.

¹⁹² *A Tarde*, 25 de junho de 1919.

desde o momento em que assumiu o Governo, Antônio Muniz deixou pairar no ar o desejo de atingir, no cenário político estadual, o lugar antes ocupado por Seabra. Para isso, começou fortalecendo a sua base, nomeando seus parentes Gonçalo Muniz e Egas Carlos Muniz Sodré de Aragão, para compor o seu secretariado. Em consequência, o descontentamento de alguns integrantes do PRD tornou-se mais evidente, elevando-se ainda mais, de acordo com Consuelo Sampaio, no momento em que:

[...] Antônio Muniz, por ocasião da elaboração das chapas para o Legislativo estadual de 1919, impediu que Dantas Bião, tradicional chefe político de Alagoinhas, fosse incluído entre os candidatos ao Senado. Rejeitando a reeleição de Dantas Bião, indiretamente Antônio Muniz visava atingir a Otávio Mangabeira e ao Coronel Francisco Costa.¹⁹³

Reagindo a tal atitude, o presidente do Senado e amigo de Dantas Bião, o Coronel Frederico Costa, criticou abertamente a manobra política de Antônio Muniz. Otávio Mangabeira e Mario Hermes, que durante os períodos eleitorais contavam com os votos arregimentados em Alagoinhas por Dantas Bião, ameaçaram abandonar o PRD. A cúpula do partido exigiu que Seabra tomasse uma atitude para frear as medidas adotadas por Antônio Muniz. Seabra para evitar a fragmentação de sua base política e utilizando-se de seu prestígio, conseguiu se eleger, em agosto de 1919, para a Presidência do PRD, ao mesmo tempo em que afastou Antônio Muniz da Vice-Presidência, o que se constituiu em importante passo para garantir o seu retorno ao posto mais elevado do Executivo estadual em 1920.

REARTICULAÇÃO DA OPOSIÇÃO

Influenciada por esse clima de instabilidade social e política e aproveitando-se das cisões efetivadas dentro do partido situacionista, a oposição, desarticulada desde a morte do Senador Pinheiro Machado em 1915, que coincidiu com a Extinção do Partido Republicano Conservador, foi fortalecendo-se gradualmente, ao ponto de lançar candidato próprio para concorrer contra Seabra ao governo no pleito de 29 de dezembro de 1919. Torna-se importante destacar que “oposição, no

¹⁹³ SAMPAIO, Consuelo Novais, op. cit. 1998, p. 141.

contexto da Primeira República, não implicava divergências ideológicas significativas, antes se reduzia a disputas circunstanciais pelo poder”.¹⁹⁴

O Senador da República Rui Barbosa tornou-se o elemento aglutinador dessa oposição. Na prática, “Rui, senador pelo PRD, nunca aceitou Seabra como líder, e muito menos reconhecia a legitimidade de sua situação de chefe”,¹⁹⁵ embora, mantivesse uma relação amistosa com Seabra, pois sempre contou com o seu apoio nos processos eleitorais para o Senado da República. Entretanto, quando Seabra indicou o nome de Antonio Muniz para sucedê-lo no Governo do Estado em 1915 sem consultar Rui Barbosa, que se considerava principal articulador da política baiana, os embates entre os dois tornaram-se constantes. A situação ficou ainda mais complicada quando Seabra foi eleito Senador da República em 26 de junho de 1917, ocupando a vaga deixada por José Marcelino, morto dois meses antes.

A partir de então, Rui Barbosa viu ameaçado o seu lugar de principal porta-voz da Bahia no cenário político nacional. A cisão definitiva ocorreu em 1919, momento no qual Rui Barbosa candidatou-se para concorrer à presidência da República. Seabra conseguiu convencer o PRD a apoiar Epitácio Pessoa e não o seu conterrâneo. Durante a campanha presidencial, as acusações trocadas entre os dois senadores baianos tornaram-se corriqueiras.

Ao ser derrotado nas urnas, buscando evitar perda ainda maior de influência para o seu rival, Rui Barbosa usou todo o seu prestígio para impedi-lo de voltar a ocupar o cargo de Governador. Ciente de que derrotar o situacionismo, por conta da estrutura eleitoral do período, era muito difícil – principalmente porque cabia ao Senado Estadual o reconhecimento do candidato eleito e porque Seabra contava com o apoio da maioria da bancada – Rui Barbosa tentou impedir a candidatura do seu adversário. Para tal, tentou convencer o Presidente Epitácio Pessoa de que a Bahia vivenciava uma crise profunda e de que Seabra e os seus pares, eram os responsáveis por esse cenário. Assim, a efetivação da candidatura do Presidente do PRD poderia agravar ainda mais a situação, posto que as “classes independentes” do Estado não a aceitariam. Nesse sentido, segundo o jornal *A Tarde*, em reunião no Palácio do Catete, o Presidente Epitácio Pessoa “teria dito ao chefe do

¹⁹⁴ FERREIRA, Maria do Socorro Soares. *A Tarde e a Construção dos Sentidos: Ideologia e Política (1928 – 1931)*. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2002. (mimeo), p.24.

¹⁹⁵ PANG, Eul-soo. op. cit., 1979, p. 125.

situacionismo baiano [Seabra] que seria impatriótico, nas condições difíceis que atravessava a Bahia, agitá-la com futuras lutas partidárias”.¹⁹⁶

A oposição reconhecia a força política de Seabra, tanto é que evidenciou o desejo de uma conciliação, ao afirmar:

Seria fácil encontrar dentro da própria situação um nome que, embora simpático e fiel ao seabrismo atraísse a adesão de outras forças partidárias, para a obra de restabelecimento e harmonia, visando acima de tudo os altos interesses da coletividade.¹⁹⁷

Torna-se necessário destacar que a luta política estava sendo travada entre Rui Barbosa e o Presidente do PRD. Outro nome poderia ser indicado para Governo do Estado, menos o de Seabra, pois o seu fortalecimento político colocava em risco os interesses do já septuagenário *Águia de Haia*. A oposição ameaçou, caso Seabra permanecesse intransigente em relação à candidatura, lançar o nome do próprio Rui Barbosa para fazer frente ao seu, pois sabiam do respeito que este nome impunha no cenário político estadual e nacional. Não aceitando a empresa de ser candidato, Rui Barbosa justificou essa atitude afirmando ser inconstitucional a sua candidatura bem como a de Seabra, pois a Constituição baiana “estabelece entre as condições essenciais de elegibilidade” a residência por no mínimo dez anos do candidato no Estado. Desta forma, tanto ele quanto seu adversário não preencheriam esse requisito.¹⁹⁸

A oposição, percebendo que Seabra não abriria mão de sua candidatura, utilizando-se da imprensa para divulgar um manifesto circular convocou o povo baiano para participar da chamada Convenção Popular.¹⁹⁹ Ali seriam ouvidos os anseios dos diversos setores da sociedade para, em seguida, escolher-se “uma candidatura capaz de encetar a obra de moralização, reconstituição e salvação do Estado, restituindo a Bahia ao domínio da lei, a honra de seu antigo nome, a sua antiga preeminência na política brasileira”. O manifesto foi assinado pelos líderes da oposição em Salvador, a saber, Rui Barbosa, Luís Viana, Rodrigues Lima, Leão

¹⁹⁶ *A Tarde*, 9 de outubro de 1919.

¹⁹⁷ *A Tarde*, 9 de outubro de 1919.

¹⁹⁸ *A Tarde*, 16 de outubro de 1919.

¹⁹⁹ Assembléia organizada pelos ruístas, na qual estariam presentes representantes das classes “independentes” da Bahia. Estes deveriam escolher um nome que enfrentaria Seabra no pleito de 26 de dezembro de 1919.

Veloso, Alfredo Rui, João Mangabeira, Pires de Carvalho, Otávio Mangabeira e Pedro Lago.²⁰⁰

Coube à Convenção Popular, que ocorreu no dia 20 de novembro, a homologação e não a escolha, pois esta já tinha sido feita anteriormente pela chamada “classe conservadora”, do nome do Juiz Federal Paulo Martins Fontes para enfrentar Seabra nas urnas.²⁰¹ Da tríade que liderou o *Levante Sertanejo*, apenas o Coronel Anfilóbio Castelo Branco compareceu à convenção da oposição. Nem o Coronel Marcionillo Souza, nem o Coronel Horácio de Matos estiveram presentes ou representados neste evento. Já o nome de Seabra foi confirmado, oficialmente, como candidato ao Executivo, no dia 21 de setembro, em convenção organizada pelo PRD e presidida pelo Coronel Frederico Costa.

Durante o desenrolar da campanha, por conhecer a máquina eleitoral controlada pela situação, a oposição, por manter vivos na memória os resultados da última eleição presidencial, na qual Rui só obteve a maioria dos votos do eleitorado na Capital – perdendo nas demais localidades do Estado – centra todas as suas forças para impedir que isso voltasse a acontecer. Dessa forma, Rui parte em cruzada pelo interior, na tentativa de persuadir os chefes políticos locais a apoiarem a candidatura do Juiz Paulo Fontes. Sua viagem, que durou 35 dias, teve início em 03 de dezembro de 1919.²⁰²

Ao percorrer os municípios de Serrinha, Bonfim, Nazaré, Santo Amaro, Cachoeira e Feira de Santana, “o Evangelizador do Civismo” passou a divulgar que só os “sertões” poderiam libertar a Bahia do jugo imposto pelo seabrismo. Por sua vez, a imprensa oposicionista formada pelos jornais *O Imparcial*, *A Tarde* e *o Diário da Bahia*,²⁰³ começou a divulgar o sucesso da jornada de Rui e, em letras garrafais, os conflitos vivenciados no interior do Estado, acusando o Governo de ser o responsável “pelos desatinos e vinganças” promovidos pela polícia nas localidades de “Barra do Mendes, Gameleira do Assuruá, Brotas, Remanso e Carinhanha”.²⁰⁴ Ao mesmo tempo, conclamava as “classes independentes” a por fim “ao símbolo de

²⁰⁰ Entrevista concebida ao jornal carioca *Correio da Manhã* e reeditada pelo Jornal *A Tarde* em 11 de outubro de 1919.

²⁰¹ *A Tarde*, 20 de outubro de 1919.

²⁰² *O Imparcial*, 3 de dezembro de 1919.

²⁰³ *O Democrata*, 3 de dezembro de 1919.

²⁰⁴ *O Imparcial*, 3 de dezembro de 1919.

rapinaria oficial que se ostentava no Palácio Rio Branco”, votando em Paulo Fontes para governo do Estado.²⁰⁵

Durante a campanha governamental, para garantir a vitória de seu candidato e contando com o apoio de alguns coronéis do interior, a oposição não viu problema em fazer uso da violência. Agindo da mesma maneira que a situação. O Coronel Horácio de Matos, alegando que o Governo desejava negar o direito de voto àqueles que eram contrários ao nome de Seabra, armou-se e expulsou os elementos do PRD da região de seu domínio. O Coronel Anfilóbio Castelo Branco, afirmando agir em legítima defesa – pois segundo informações que teria recebido, o deputado Lacerda planejava tirar a sua vida e impedir a oposição de ir às urnas – ocupou, à frente de quatrocentos homens fortemente armados, em 22 de dezembro de 1919, a Cidade de Remanso.²⁰⁶ Já o Coronel Marcionillo Souza, lançando mão de argumentos parecidos, passou a organizar o seu exército particular, objetivando expulsar os adeptos de Seabra do território de Maracás.

Na tentativa de obstar as ações de Castelo Branco, Marcionillo e Horácio de Matos, o Governo enviou a Força Policial para as suas respectivas regiões, sendo derrotado com facilidade. Em Maracás, a princípio, quem defendia o nome de Seabra era José Antônio Miranda e seus pares. Mas, nesse momento, após os episódios de guerra contra os Cauassús, já não conseguiam fazer uma oposição preocupante ao Coronel Marcionillo Souza.

Logo no início do movimento oposicionista, o Governo tentou passar uma imagem de que as conflagrações no Sertão estavam sob controle. Como precaução, para evitar maiores incidentes, resolveu substituir os comandantes das brigadas policiais por gente de sua confiança²⁰⁷ e, na tentativa de intimidar a oposição da Capital, no dia 24 de dezembro, o Governo promoveu um desfile no qual apresentava a força bélica do Estado.²⁰⁸

Sem sombra de dúvida, a disputa pelo Executivo em 1919 foi a mais acirrada que a Bahia vivenciou durante a *Primeira República*. As eleições foram precedidas por uma série de atos de violência efetivados tanto pela oposição quanto pelo

²⁰⁵ *O Imparcial*, 7 de dezembro de 1919.

²⁰⁶ *A Tarde*, 23, 24, 26 e 27 de dezembro de 1919; *O Imparcial*, 24 e 25 de dezembro de 1919; *Diário da Bahia*, 24 de dezembro de 1919.

²⁰⁷ *A Tarde* 23 de dezembro de 1919.

²⁰⁸ *O Imparcial*, 25 de dezembro de 1919.

situacionismo. Ambos, em muitos casos, preferiram realizar o pleito no conforto de casa, forjando as atas eleitorais e garantindo, desta forma, a vitória de seus candidatos. Finalizado o pleito, os dois grupos apresentaram resultados diferentes para a votação. Segundo a contagem dos governistas, Seabra teria obtido 45.584 votos, enquanto Paulo Fontes 10.374. Os adeptos de Rui garantiam que esse resultado era falso, pois Paulo Fontes teria obtido 25.874 votos contra 12.240 de Seabra.²⁰⁹ Em Maracás, segundo a contagem do Coronel Marcionillo Souza, dos 293 eleitores que compareceram as urnas em 29 de dezembro, 261 votaram em Paulo Fontes, enquanto 32 votaram em Seabra.²¹⁰ No entanto, a imprensa situacionista afirmou que em Maracás o resultado do pleito foi: Seabra, 458 e Paulo Fontes, 35 votos.²¹¹

A ADESÃO DOS CORONÉIS DO INTERIOR AO MOVIMENTO OPOSICIONISTA

Como cabia ao Senado oficializar a contagem dos votos e a maioria dos seus integrantes era seabrista, a oposição canalizou as esperanças de modificar esse quadro nas ações dos coronéis do interior. Para tal, tentou demonstrar a esses coronéis que o momento era propício à promoção de um movimento que culminasse com o reconhecimento da vitória de Paulo Fontes e, o que mais interessava àqueles coronéis, o enfraquecimento político de Seabra. Como argumento para galgarem os seus objetivos, os ruístas disseminaram pelo sertão a notícia de que o Presidente Epitácio Pessoa tinha por Seabra uma desafeição pessoal e que via com bons olhos as ações dos seus adversários. Tanto isso seria verdadeiro que o General Ramalho, da 5ª Região Militar, teria sido substituído pelo General Alberto Cardoso de Aguiar, simpatizante do ruísmo, a pedido de Rui Barbosa, elemento que facilitaria o sucesso do movimento oposicionista.²¹²

Por sua vez, a oposição começou a incentivar as ações dos coronéis do interior contra o Governo do Estado, pois sabia que só uma intervenção federal poderia

²⁰⁹ SAMPAIO, Consuelo Novais, op. cit., 1998, p. 150.

²¹⁰ AFWT, Cartório de Registro de Móveis e Hipotecas, Livro de Notas nº. 27, 1919, p. 68 a 71.

²¹¹ *O Democrata*, 6 de Janeiro de 1920.

²¹² ARAGÃO, Antônio Muniz de. *A Bahia e seus Governadores na República*. Imprensa Oficial do Estado, Salvador, 1923, p. 675 e 676.

garantir a vitória do seu candidato ou, na pior das hipóteses, a realização de uma nova eleição. Assim, nutrindo a esperança da intervenção do Governo central nos conflitos internos da Bahia, os ruístas deveriam criar um clima de agitação sociopolítica que chamasse a atenção do Presidente da República para a incapacidade do Governo da Bahia de manter a “ordem”. Com esse intuito, a oposição organizou “um comitê, chefiado por Pedro Lago, João Mangabeira, Simões Filho e Rodolfo Martins, com a tarefa de fazerem os coronéis e seus jagunços, marcharem para a Capital” e impedir o reconhecimento de Seabra como governador do Estado.²¹³

Simões Filho, ciente da proximidade do seu amigo Manoel Alcântara de Carvalho ao Coronel Horácio de Matos, encarrega-o de convencê-lo a liderar a macha armada. Conduzindo uma correspondência assinada por Simões Filho e por Pedro Lago, Manoel Alcântara, junto com o Coronel João Arcanjo, de Brotas de Macaúbas, dirigiu-se à Chapada Diamantina, onde conseguiu persuadir o Coronel Horácio de Matos a aderir aos planos da oposição. Logo em seguida, falando em nome, não apenas da oposição, mas também de Horácio, Manoel Alcântara partiu em direção a Maracás e conseguiu convencer o Coronel Marcionillo Souza a levantar-se em armas contra o situacionismo.²¹⁴ A jornada de Manoel Alcântara²¹⁵ não terminou em Maracás. De lá, como ele mesmo ressaltou em entrevista concedida a Américo Chagas, partiu em direção,

[...] ao São Francisco, tocando em todos os portos, de Juazeiro a Barra, solicitando o apoio dos chefes das cidades ribeirinhas. Em Remanso, convenci Anfilófilo Castelo Branco a assumir o comando das tropas do São Francisco; em Pilão Arcado, consegui de Franklin de Albuquerque, que não queria aparecer em cena, mandar os seus homens sob a direção de Castelo Branco, e, da cidade da Barra obtive ainda, por intermédio do industrial Mucini, a adesão de seu amigo Abílio de Araújo, de Santa Rita do Rio Preto, cujas as forças desceram pelos rios Grande e São Francisco até a cidade de Remanso.²¹⁶

A facilidade com que os coronéis Anfiófilo Castelo Branco, Horácio de Matos e Marcionillo Souza aderiram ao apelo realizado pela ruístas foi consequência das

²¹³ SAMPAIO, Consuelo Novais, op. cit. 1998, p.151.

²¹⁴ MORAES, Walfrido, op. cit., 1984, p. 81.

²¹⁵ Manoel Alcântara contando com o apoio do Coronel Horácio de Matos, após o levante, como recompensa por sua atuação, foi eleito Intendente de Lençóis e Deputado Estadual.

²¹⁶ CHAGAS, Américo. *O Chefe Horácio de Matos*. Salvador: EGBA, 1996, p. 140.

intervenções, seja do governo Muniz (1916/1920), seja do de Seabra (1912/1916), nos conflitos locais. No caso específico do Coronel Marcionillo Souza, que sempre se declarou contrário ao seabrismo, o seu apoio ao movimento oposicionista está diretamente relacionado aos acontecimentos ocorridos em Maracás no ano de 1915, momento em que os Cauassús, aliados ao Coronel José Antônio Miranda, invadiram e saquearam a cidade, objetivando afastar das instituições políticas e administrativas os elementos ligados ao grupo dos Rabudos.

Àquela época, ciente da posição do Coronel Marcionillo Souza ao seu nome, Seabra resolveu nomear o chefe dos Mocós para ocupar a Intendência de Maracás, o que contribuiu para agravar ainda mais a situação. Desta forma, o retorno do presidente do PRD baiano ao governo do Estado poderia fortalecer o poderio do grupo comandado pelo Coronel José Antônio Miranda, o que ameaçaria a hegemonia política conquistada ao longo do governo Muniz pelo líder dos Rabudos.

Em 13 de janeiro de 1920, Antônio Muniz decidiu neutralizar as ações da oposição no interior. Enviou uma expedição com 200 praças, comandada pelo Capitão João Baptista Coelho – esse número aumentaria, ao longo do percurso, com adesão de alguns jagunços pertencentes aos chefes situacionistas da região – para combater as forças do Coronel Anfilófilo Castelo Branco, que tinha ocupado a Cidade de Remanso. Os ruístas tentaram convencer os policiais, através das constantes matérias divulgadas em seus jornais e da distribuição de boletins, a não lutarem contra os “seus irmãos do interior”, ao mesmo tempo em que destacavam o desejo do Coronel Horácio de Matos de enviar seus homens para auxiliarem as forças comandadas pelo Coronel Anfilófilo Castelo Branco nas lutas travadas no Baixo São Francisco.²¹⁷

Como resposta à ação do Governo, o Coronel Anfilófilo Castelo Branco apreendeu dois vapores da Viação São Francisco e os colocou à disposição da “causa da Bahia”.²¹⁸ Enquanto isso, o Coronel Marcionillo Souza encontrava-se na Capital com os líderes da oposição, possivelmente para acertar os últimos detalhes de sua participação no movimento. No momento em que este Coronel regressava para Maracás, logo depois de se despedir do Deputado Pedro Lago, a Polícia entrou na embarcação e revistava a sua bagagem, na tentativa de encontrar armas, munições

²¹⁷ *A Tarde*, 13 e 16 de janeiro de 1920; *Diário da Bahia*, 13 e 16 de janeiro de 1920; *O Democrata*, 17 de janeiro de 1920; *O Imparcial*, 13 de Janeiro de 1920.

²¹⁸ *A Tarde*, 15 e 16 de janeiro de 1920; *Diário da Bahia*, 15 e 16 de janeiro de 1920.

ou qualquer indício que demonstrasse o seu desejo de efetivar ações contra o situacionismo, pois ali, em Salvador, seria mais fácil neutralizá-lo.

Segundo os jornais *A Tarde*, *O Diário da Bahia* e *O Imparcial*, após o ocorrido, o Coronel Marcionillo Souza teria dito: “Façam o que quiserem, nesta terra em que o governo não se respeita, quanto mais para respeitar os homens. Aqui vocês podem fazer; lá, duvido que o fizessem”. Como indício e na tentativa de legitimar o que estava por vir, a matéria do primeiro desses jornais foi finalizada com a seguinte observação: “Assinale-se essa violência inaudita hoje, para, ao depois, não se estranhar o seu revide, amanhã”. No dia seguinte ao ocorrido, os três jornais oposicionistas passaram a apresentar o Coronel Marcionillo Souza como “homem honrado”, de “caráter inquestionável”, “influência política desde o antigo regime”, que teve a sua dignidade agredida pelos agentes do Governo. Tal postura evidenciou a tentativa dos ruístas de demonstrarem que o Governo do Estado forçava os coronéis a adotarem medidas drásticas para garantir o respeito às leis.²¹⁹

Dias depois, em 28 de dezembro de 1920, *O Diário da Bahia*, com o intuito de evidenciar o abandono da população sertaneja pelo Governo do Estado e de destacar a credibilidade das ações do Coronel Marcionillo Souza, publicou uma matéria a respeito da epidemia de varíola que assolava Maracás, afirmando que o Governo não tomou nenhuma providência para amenizar o sofrimento dos maracaenses, que estariam padecendo dessa doença, enquanto o Coronel Marcionillo Souza, junto aos seus correligionários, teria arrecadado a quantia de três contos e quatrocentos mil réis para a manutenção de um hospital particular, onde a população pudesse receber o tratamento adequado contra aquela enfermidade.²²⁰ Essa prática era comum quando algum tipo de epidemia afetava a Bahia. Segundo Jorge Almeida Uzeda, nesses períodos, os laços de dependência da população em relação ao coronel eram fortalecidos, pois estes, na ausência do Estado, encarregavam-se de promover ações para atenuar o sofrimento da população e aumentar a sua clientela.²²¹

²¹⁹ *A Tarde*, 16 de janeiro de 1920; *Diário da Bahia*, 17 de janeiro de 1920; *O Imparcial*, 17 de janeiro de 1920.

²²⁰ *Diário da Bahia*, 28 de janeiro de 1920.

²²¹ UZEDA, Jorge Almeida. *A Morte Vigada: A Cidade do Salvador e a Prática da Medicina Urbana (1889-1930)*, Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 1992. (mimeo), p. 61 e 62.

Sabendo da adesão do Coronel Marcionillo Souza à oposição liderada por Rui Barbosa e temendo complicações futuras, o Governo do Estado passou a incentivar as ações implementadas pelo Juiz de Direito da Comarca de Maracás, Francisco Leonardo da Silva Lessa, contra os Rabudos. Esse Juiz, junto com os Mocós, organizou um exército que, além da Polícia local, era constituído por jagunços e membros da família dos Cauassús. Segundo os jornais da oposição, em mais uma tentativa de convencer a opinião pública de que o Coronel Marcionillo Souza era forçado a tomar providências enérgicas para garantir os “interesses” da população local, o grupo liderado pelo Juiz Leonardo Lessa praticava “prisões ilegais, espancando publicamente a cidadãos indefesos, sobressaltando as famílias que começam a abandonar a cidade apavoradas com o regime de terror”. Em seguida, publicava um telegrama que destacava a iminência de conflitos armados entre os Rabudos e o grupo liderado neste momento, pelo Juiz Leonardo Lessa.²²²

Enquanto isso, preocupado com o crescimento do movimento liderado pela oposição no interior do Estado, o Secretário de Polícia dirigiu-se a Vila Nova da Rainha, onde prendeu o comandante da expedição enviada a Juazeiro. O Capitão Baptista Coelho foi acusado de não combater os revoltosos de Remanso com a energia requerida para aquele momento. Segundo o Governo, isso ocorreu porque ele deixou-se levar pelos planos arquitetados pelos deputados João e Otávio Mangabeira, para evitar o máximo possível o encontro da Polícia com as forças do Coronel Anfilófilo Castelo Branco.²²³ Dias depois, o Deputado Federal João Mangabeira, pela imprensa oposicionista, confirmou a tentativa de persuadir o Capitão Baptista Coelho a convencer os seus subordinados a revoltar-se contra o Governo e aproveitou a ocasião para conclamar a força policial a rebelar-se contra o seabrismo.²²⁴

²²² *A Tarde*, 28 de janeiro de 1920; *Diário da Bahia*, 28 de janeiro de 1920; *O imparcial*, 29 de janeiro de 1920.

²²³ *A Tarde*, 23 de janeiro de 1920; *Diário da Bahia*, 23 de janeiro de 1920; *O Democrata*, 24 de Janeiro de 1920; *O Imparcial*, 23 de janeiro de 1920.

²²⁴ *A Tarde*, 25 de janeiro de 1920; *Diário da Bahia*, 25 de janeiro de 1920; *O Democrata*, 25 de Janeiro de 1920; *O Imparcial*, 25 de janeiro de 1920.

O SERTÃO SE LEVANTA CONTRA A CAPITAL

Nesse ínterim, os líderes da oposição da Capital já tinham acertado com os coronéis do interior as estratégias que cada um deveria adotar para o sucesso do movimento. Assim, como forma de garantir o deslocamento das forças reacionárias, bem como impedir o envio de expedições policiais para o interior, os coronéis deveriam assumir o controle das principais vias de comunicação que ligavam Salvador a suas regiões. Caberia aos coronéis Anfilófilo Castelo Branco, Horácio de Matos e Marcionillo Antônio de Souza a ocupação, respectivamente, das estradas de ferro de Juazeiro, Central da Bahia e de Nazaré,²²⁵ o que começou a ser realizado no princípio de fevereiro de 1920, quando o Coronel Horácio de Matos tomou posse de alguns povoados e do município de Lençóis.²²⁶ A partir de então, todos os dias eram divulgados nomes de cidades tomadas pelos coronéis que aderiam ao *Levante Sertanejo*, o que pode ser constatado nesse trecho do *Manifesto de Rui Barbosa à Nação*, divulgado pela imprensa oposicionista:

Aqui é o Coronel Pedreira, que, à testa de quatrocentos homens, avança em auxílio do Povo de Conquista, para os libertar das garras da tirania policial, que o flagela. Ali, o conhecido chefe sertanejo Abílio Araújo que passa pela cidade da Barra, comandando trezentos homens armados, e demandando a zona do São Francisco. Acolá, um movimento armado que rebenta nas regiões de Maracás e Jequié. Além, ainda, o Major Eusébio Gaspar de Sousa [...] que a frente de 500 homens, aguarda, na entrada do Pati, a expedição armada comandada pelo Capitão Novais. Alhures, o Coronel Francolino Pedreira [...], já sabendo que o movimento por ele dirigido irrompeu em Itaberá, Jacuípe, Riacho, Camisão e Monte Alegre. Noutro Lugar, enfim, a ocupação do município de Saúde, entre Vila Nova da Rainha e Jacobina, numa das regiões mais importantes do Estado, por forças que marcham na direção do Morro do Chapéu e Mundo Novo.²²⁷

Desta forma, a leitura isolada de uma das manchetes divulgadas pela imprensa anti-Seabra causava no leitor a impressão de que todo o sertão baiano participava da luta armada contra a tirania do Governo do Estado. O quadro produzido era de que a permanência desse grupo no poder estava com os dias contados e que a sua

²²⁵ CHAGAS, Américo, op. cit. 1996, p. 89.

²²⁶ *A Tarde*, 3 e 4 de fevereiro de 1920; *Diário da Bahia*, 3 e 4 de fevereiro de 1920; *O Imparcial*, 4 de fevereiro de 1920.

²²⁷ *A Tarde*, 10 de fevereiro de 1920.

queda era inevitável, tamanha a concentração das forças libertadoras da Bahia.²²⁸ Em contrapartida, os jornais situacionistas, em especial *O Democrata*, continuavam destacando a permanência da “ordem” em todo território baiano e que para garanti-la o Governo enviara algumas expedições para o interior. Defendiam também que os conflitos existentes em algumas localidades eram resultado da formação histórica da Bahia, para o que se utilizavam até mesmo de argumentos presentes na obra *Os Sertões*, de Euclides da Cunha, como forma de justificar a sua afirmação.²²⁹ Tal estratégia evidenciava o receio da criação de uma imagem, tanto na capital da Bahia quanto na do Brasil, que demonstrasse a incapacidade dos representantes legais em conter o avanço do movimento oposicionista, o que poderia abrir espaço para uma intervenção do Governo Federal, que poderia retirar o seabrismo do poder, pois o Presidente Epitácio Pessoa, a princípio, demonstrava-se indiferente em relação às lutas travadas entre as facções políticas do Estado.

Enquanto isso, o Coronel Marcionillo Souza, a 31 de janeiro, telegrafou ao seu companheiro de marcha, Coronel Horácio de Matos, aconselhando-o a dirigir-se para Leste, ocupando primeiro Sítio Novo ou Paraguaçu, pois entendia que esses dois locais eram pontos estratégicos para a tomada de Salvador.²³⁰ Entre os três principais líderes do *Levante Sertanejo*, o Coronel Marcionillo Souza era o que possuía maior liberdade de ação no início do movimento. O Coronel Horácio de Matos não podia mover-se com toda a sua gente porque tinha que conquistar Campestre (atual Seabra), pois em caso de queda as forças do Governo, essa cidade poderia servir de base para investidas contra o seu reduto. O Coronel Anfilóbio Castelo Branco, por sua vez, deparava-se com a possibilidade de que Remanso fosse atacada pela expedição que se encontrava estacionada em Juazeiro. Desta forma, o Coronel Marcionillo Souza, derrotando o situacionismo em Maracás, poderia mover-se em direção à Capital em um cenário que lhe ofereceria menos obstáculos, se comparado aos dos seus companheiros de marcha.

Pouco depois, a 9 de fevereiro, o Governo enviou nova expedição para o município de Areia, cidade vizinha à Maracás, composta por trezentos soldados.²³¹

²²⁸ SANTOS, José Wellington Aragão dos, op. cit. 1985, p. 102.

²²⁹ *O Democrata*, 11 e 12 de fevereiro de 1920.

²³⁰ PANG, Eul-soo, op. cit., 1979, p. 146.

²³¹ Posteriormente, o contingente dessa expedição foi dividido em duas frentes, uma dirigiu-se para Areia e outra para Amargosa, região que deveria ser conquistada pelo Coronel Marcionillo Souza, como pode ser visto no jornal *O Imparcial* de 12 de fevereiro de 1920.

O Tenente-Coronel Francisco Gonçalves Kuin foi encarregado de comandar essa expedição. A sua missão era deter o avanço das forças lideradas pelo Coronel Marcionillo Souza que, á frente de aproximadamente oitocentos homens, tinha iniciado a tomada da zona de Nazaré,²³² como fora acordado entre os líderes do movimento. Em passagem por Monte Cruzeiro, Marcionilio teria feito prisioneiro político o chefe do situacionismo local, o Senador estadual Gustavo das Neves.²³³ Dias depois, acatando os pedidos feitos por amigos do Senador, o Coronel Marcionillo Souza o libertou.²³⁴ Antes, porém, segundo *O Imparcial*, o fizera assinar um documento reconhecendo a vitória do candidato Paulo Martins Fontes.²³⁵

Essa manobra realizada pelo Coronel Marcionillo Souza ocorreu antes da expulsão das forças governistas de Maracás. Possivelmente, nesse momento, a base de operação estava centrada na sua Fazenda Gruta Baiana, atualmente localizada nos limites do Município de Ipiaú e próximo à Cidade de Areia. A tomada de Maracás, tida como ponto estratégico para a ocupação de Jequié, Poções e Vitória da Conquista, foi comunicada – através de um telegrama do Coronel Marcionillo Souza, publicado nos jornais oposicionistas – no dia 11 de fevereiro.²³⁶ O Coronel justificava suas ações alegando ter o Juiz de Direito Leonardo Lessa aliciado membros da família dos Cauassús com o intuito de assassiná-lo. Tempos depois, as forças lideradas pelo chefe dos Rabudos expulsaram o Juiz de Direito de Maracás, conduzindo-o sobre forte vigilância até o distrito de Tamburi, de onde o enviaram para Salvador. Os correligionários de Leonardo Lessa, o Juiz Seccional Antônio Joaquim Pereira e o Coletor Federal Fernando Morbeck, foram feitos prisioneiros pelo Coronel Marcionillo Souza.²³⁷ O apadrinhado político de Marcionilio e primeiro suplente de Juiz de Direito, Tibúrcio Ribeiro de Novaes, assumiu em 16 daquele mês o cargo deixado por Leonardo Lessa.²³⁸

No dia 12 de fevereiro, a Associação Comercial da Bahia recebeu um telegrama oriundo de Maracás informando que o Coronel Marcionillo Souza garantiria a “ordem” naquela praça, desde que as forças situacionistas não

²³² Região por onde se estendia a Estrada de Ferro de Nazaré.

²³³ *A Tarde*, 9 e 10 de fevereiro de 1920; *Diário da Bahia* 10 de fevereiro de 1920; *O Imparcial* 10 de fevereiro de 1920.

²³⁴ *A Tarde*, 11 de fevereiro de 1920.

²³⁵ *Diário da Bahia*, 13 de fevereiro de 1920; *O Imparcial*, 13 de Fevereiro de 1920.

²³⁶ Em 11 de fevereiro de 1920, Marcionillo expulsa da sede do município os indivíduos adeptos do seabrismo.

²³⁷ *A Tarde*, 11 de fevereiro de 1920; *O Diário da Bahia*, 11 de fevereiro de 1920; *O Imparcial* 12 de fevereiro de 1920.

²³⁸ *Diário da Bahia* 19 de fevereiro de 1920.

tentassem invadi-la. Assim, a possibilidade de aquele município se transformar em palco de embates das forças governistas com as do Coronel Marcionilio, fez com que os negociantes finalizassem o telegrama solicitando da Associação que encaminhasse ao Presidente da República o seu pedido de garantias “em prol das classes conservadoras locais, inclusive da comunidade italiana, cuja maioria” assinava o telegrama.²³⁹ Em seguida, o Cônego Paulo Bento,²⁴⁰ Vice-Presidente do Conselho Municipal, assumiu a Intendência, já que tanto o Intendente quanto o Presidente daquele Conselho foram forçados a abandonar Maracás.²⁴¹

Com o completo controle sobre Maracás, a Fazenda Contendas tornou-se o centro das operações das forças lideradas pelo Coronel Marcionillo Souza que, segundo a imprensa oposicionista, após reunir setecentos homens em armas, os dividiu em duas colunas, uma sob a liderança do Rabudo Coronel Cassiano Marques da Silva (Cassiano do Areão), outra chefiada pelo Major Zacarias Pereira da Silva. O primeiro ficou responsável por ocupar Jequié, Poções e Boa Nova, o segundo por dominar a zona de Nazaré. Nesse ínterim, o Coronel Marcionillo Souza teria enviado sete dos seus filhos a regiões circunvizinhas para aliciar jagunços e integrá-los às suas tropas. O seu filho mais velho, o Capitão Rodrigo Antônio de Souza, ficou encarregado de impedir o deslocamento das forças policiais pelas estradas que davam acesso ao Município de Areia.²⁴²

As armas e munições utilizadas durante a campanha pelo Coronel Marcionillo Souza foram fornecidas pelos chefes da oposição da Capital. Esses, para adquirir o material bélico, arrecadaram fundos junto aos comerciantes simpatizantes do movimento.²⁴³ As armas eram enviadas por trem até o povoado de Machado Portela. Para fugir da fiscalização imposta pelo Governo do Estado elas faziam todo o percurso dentro de caixas que eram utilizadas para transportar sabão.

²³⁹ *A Tarde*, 13 de fevereiro de 1920. O telegrama mencionado foi assinado pelos seguintes comerciantes: Angeli S. Paganucci, André Scopetta & C., José Ribeiro de Novaes Filho, Francisco Andreotti, Ângelo de Lino, Jeronymo Tranzillo & C., Salvador Mariniello, Carlos Mariniello, Biagio Ferraro, Basílio Brochini, Antônio Sógia, Luiz Sógia, Bartholomeu Casali, João Pereira da Silva & C., Aprígio Ribeiro de Novaes, Mário Soares Mangabeira e Portella & Irmão.

²⁴⁰ O fato de o Cônego Paulo Bento ter assumido a Intendência de Maracás, necessariamente não significa que ele era aliado político do Coronel Marcionillo Souza. Ele pode ter ocupado tal cargo devido ao prestígio que detinha junto à população local.

²⁴¹ *Diário de Bahia*, 24 de fevereiro de 1920.

²⁴² *A Tarde*, 21 de fevereiro de 1920.

²⁴³ *O Democrata*, 5 de março de 1920.

A partir de então, enquanto o Coronel Anfilófilo Castelo Branco, junto com os seus aliados – Coronel Abílio Araújo e Cordeiro de Miranda – criava a Junta Revolucionária do São Francisco,²⁴⁴ ao mesmo tempo em que resolvia tomar Juazeiro, o Coronel Horácio de Matos decidia realizar a marcha em direção à Capital e o Coronel Marcionillo Souza dava início ao cerco do município de Jequié²⁴⁵ e continuava a sua marcha de domínio da zona de Nazaré. Segundo Marcionillo, “os povoados de Caldeirão, Pé da Serra e Baeta – [distritos de Maracás] – receberam com indizível alegria, oferecendo conforto às forças libertadoras na sua passagem para a florescente e futura cidade de Jequié que está cercada”. Este município, bem como as “vilas de Boa Nova e Poções”²⁴⁶ que, naquele momento, estavam dominadas pelas tropas comandadas pelo Coronel Cassiano do Areão, eram pontos estratégicos para a tomada do município de Vitória da Conquista e para evitar ataques surpresas a Maracás por parte de aliados do Governo. Por outro lado, a ocupação dessas localidades evidenciava o desejo do Coronel Marcionillo Souza de ampliar a área sob sua influência política.

Em conformidade com os planos assentados com os líderes da oposição, o Major Zacarias Pereira da Silva, comandando um destacamento das forças controladas pelo Coronel Marcionillo Souza, invadiu e dominou os povoados de Veados, Tartaruga e Milagres. Em outra frente de ação, seus homens assumiram o controle dos povoados de Jaguaquara, São Miguel e a Cidade de Amargosa, paralisando as atividades da Estrada de Ferro de Nazaré. Os trilhos dessa estrada, para evitar o deslocamento das tropas situacionistas que se encontravam em Areia, foram destruídos em dois pontos entre esse município e Jequiriçá, e em São Miguel.²⁴⁷ Preocupado com o avanço das forças do Coronel Marcionillo Souza, o Governo do Estado enviou uma nova expedição para Areia, composta por oitenta praças e oficiais superiores.²⁴⁸

Nesse momento, o Capitão Rodrigo Antônio de Souza, liderando um grupo de jagunços, dominava a Cidade de Jequié, forçando o chefe do situacionismo local,

²⁴⁴ A junta, que ficou sob a presidência do Coronel Anfilófilo Castelo Branco, era composta por onze municípios que margeavam o São Francisco: Remanso, Lapa, Carinhanha, Juazeiro, Casa Nova, Chique-Chique, Campo Largo, Santa Rita, Barra, Barreiras e Rio Branco.

²⁴⁵ *A Tarde*, 18 de fevereiro de 1920; *Diário da Bahia*, 19 de fevereiro de 1920; *O Imparcial* 19 de fevereiro de 1920.

²⁴⁶ Telegrama escrito pelo Coronel Marcionillo Souza e publicado pelo *Diário da Bahia* em 21 de fevereiro de 1920.

²⁴⁷ *A Tarde*, 23 de fevereiro de 1920.

²⁴⁸ *A Tarde*, 21 de fevereiro de 1920; *O Imparcial* 21 de fevereiro de 1920.

José Alves Pereira, a assinar um documento reconhecendo a vitória do juiz Paulo Martins Fontes.²⁴⁹ Concomitante a isso, Santo Antônio de Jesus e Vargem Grande, uma das bases de operação da Polícia na zona de Nazaré, foram ocupadas pelo contingente liderado pelo Major Zacarias Pereira,²⁵⁰ fato que deixou Marcionilio na iminência de atingir os seus objetivos. Entretanto, torna-se necessário destacar que algumas das cidades dominadas pelos chefes do *Levante Sertanejo*, possuíam um reduzido efetivo policial, além de estarem mal municionadas. Por outro lado, a maioria de sua população estava alheia às lutas políticas. Desta forma, eram poucas as localidades em condições de resistir às investidas dos “exércitos libertadores”. Tal fator facilitou o avanço das forças oposicionistas que entravam nessas cidades e que, logo em seguida, declaravam tê-las sob o seu domínio.

Enquanto isso, as forças comandadas pelos coronéis Horácio de Matos, Anfilóbio Castelo Branco e Francolino Pedreira, na marcha contra a Capital, vinham ocupando e derrotando os aliados do Governo em vários pontos do Estado. Esses coronéis, junto com Marcionillo, comandavam um contingente de aproximadamente três mil homens bem armados, dispostos a cumprir as ordens dos seus líderes. Para combatê-los, a Polícia contava com 2.600 homens mal municiados e que não possuíam grandes estímulos para participarem dos combates, pois tinham salários baixos e recebidos com constantes atrasos. O General Alberto Cardoso de Aguiar acreditava que a força de combate real da corporação era de 1.500 homens.²⁵¹

A partir dessa situação, informado também das constantes derrotas sofridas pelas expedições enviadas para o interior do Estado, o Governo passou a aliciar jagunços e a integrá-los à força pública. Assim, o número de praças de carreira enviados ao *front* de batalha era reduzido. Os contingentes que foram destinados para as áreas conflagradas possuíam um número significativo de jagunços, ora enviados da Capital, ora incorporados ao longo do percurso. Essa estratégia evidencia o temor dos governistas quanto a possibilidade de invasão a Salvador pelas forças controladas pela oposição, por isso, decidindo por manter o maior número possível de policiais para guarnecer a Capital. Ademais, as expedições enviadas para o sertão, na maior parte dos casos, evitaram o confronto direto com

²⁴⁹ ARAÚJO, Émerson Pinto de, op. cit. 1997, p. 278.

²⁵⁰ *A Tarde*, 23 de fevereiro de 1920; *Diário da Bahia*, 24 de fevereiro de 1920; *O Imparcial*, 22 de fevereiro de 1920;

²⁵¹ PANG, Eul-soo, op. cit. 1979, p. 146.

as forças chefiadas pelos líderes do *Levante Sertanejo*. Possivelmente, essa estratégia foi adotada para não alastrar a idéia de que o Governo não possuía força suficiente para a manutenção da “ordem” no Estado, já que a possibilidade da derrota de suas tropas era real.

A INTERVENÇÃO FEDERAL

Com o passar do tempo, ciente do avanço das forças oposicionistas pelo interior e receoso de que a intervenção ocorresse sem que tivesse sido requerida pelo Governo do Estado, a situação decide solicitá-la junto ao Governo da União em 16 de fevereiro. O telegrama enviado por Antônio Muniz ao Presidente requereu, de acordo com o 6º Capítulo da Constituição, auxílio para restabelecer a “tranquilidade e a ordem pública” no interior da Bahia. Epiácio Pessoa acatou o pedido do Governador, mas advertiu que a intervenção seria conduzida pelo Exército, sem a participação da Polícia do Estado ou, se necessário, que essa obedeceria às ordens do interventor.

A intervenção do Governo central nas questões internas das unidades da federação só ocorria como um dos últimos recursos para apaziguar as revoltas que, porventura, viessem a nelas acontecer. Entretanto,

O instituto da intervenção federal nos Estados, estabelecido no artigo 6º da Constituição, representou o mais controvertido ponto nos estudos dos constitucionalistas e nos debates dos congressistas da Primeira República. Superou, mesmo, em importância, a matéria do estado de sítio, regulada pelo artigo 80 daquela Constituição.²⁵²

Isso ocorria devido à manipulação do sistema eleitoral pela elite estadual que, fazendo uso da sua prerrogativa de legislar sobre a organização das eleições, criou um processo eleitoral fraudulento e facilmente manipulável a fim de satisfazer a sua conveniência. Desta forma, o grupo que conseguia controlar as instituições políticas e administrativas do Estado dificilmente seria derrotado nas urnas. Assim, restava para a oposição a possibilidade de, criando um cenário de instabilidade política e

²⁵² FRANCO, Afonso Arino de Melo. *Prefácio*. In: BARBOSA, Rui. *Campanha da Bahia*. Fundação Casa de Rui Barbosa: v. 27, t. 3, 1919 Rio de Janeiro, 1998, p. X

administrativa, levar o Governo central a intervir, de preferência em seu favor, nos conflitos internos, a exemplo do que aconteceu no Ceará em 1914.²⁵³

A comunicação oficial de Epitácio Pessoa com relação à intervenção na Bahia ocorreu no dia 23 de fevereiro. No entanto, no dia 17 desse mês o Presidente da República, alegando a necessidade de proteger as propriedades federais, já havia deslocado contingentes do Exército de outros Estados para a Bahia, atitude que indicava os primeiros passos em direção à intervenção do Governo central. Temerosos de como seria conduzida essa intervenção pelo Presidente e a que grupo iria beneficiar, oposição e situação passaram a publicar em seus jornais que medidas constitucionais deveriam ser aplicadas no caso da Bahia. Os ruístas defendiam que Antônio Muniz deveria ser afastado do governo, sendo nomeado um interventor para ocupar o seu lugar e organizar uma nova eleição. Por outro lado, os seabristas defendiam que a intervenção deveria ocorrer para garantir a vontade dos poderes constituídos, ou seja, o reconhecimento de seu líder como Governador do Estado. Pressionado pelas oligarquias de Estados como Minas Gerais, Rio Grande do Sul e São Paulo, pois estas temiam que o exemplo da Bahia se espalhasse para outros lugares, Epitácio Pessoa conduziu a intervenção no sentido de assegurar a assunção do Governador, segundo o situacionismo, eleito nas urnas.²⁵⁴ Desta forma, como aconteceu em 1912, Seabra ocuparia, pela segunda vez, o Executivo baiano graças à intervenção de forças federais.

Para intermediar as negociações entre o governo estadual e os coronéis revoltosos do interior baiano, Epitácio Pessoa nomeou o General Cardoso Aguiar e lhe ordenou explicitamente que, “antes de qualquer ataque aos grupos armados, deverá *vossência* os convidar a deporem as armas, prometendo garantias, mesmo depois da pacificação de acordo com a autorização que o governo dará”.²⁵⁵ Agindo como foi determinado, o General Aguiar, Comandante da 5ª Região Militar, passou a telegrafar aos coronéis rebelados, solicitando que depusessem as armas e retornassem às suas atividades rotineiras.

²⁵³ Em 1915, contando com a complacência do Presidente da República, as forças lideradas pelo grupo Acioli/Cícero fizeram com que o Governador Rabelo fosse deposto de seu cargo.

²⁵⁴ *Diário da Bahia*, 25 de fevereiro de 1920.

²⁵⁵ *A Tarde*, 24 de fevereiro de 1920; *Diário da Bahia* 25 de fevereiro de 1920; *O Imparcial*, 25 de fevereiro de 1920.

Contudo, antes mesmo de receber uma resposta positiva por parte dos coronéis do interior, o General Cardoso Aguiar pôs em execução uma série de medidas, com o intuito de demonstrar o controle da situação e de que não restava outra opção para os líderes do *Levante*, senão a de deporem as armas. Uma dessas medidas foi o envio de mais tropas federais para o sertão, a fim de intimidar os coronéis sediciosos, evidenciando o poder bélico de que dispunha para cumprir a sua missão. Na Capital, para desespero da oposição, o General proibiu a realização de um *meeting* que seria realizado no dia 26 de fevereiro. Essa manifestação tinha por objetivo protestar como a intervenção federal vinha sendo conduzida.

Entretanto, o que mais atordoou a oposição foi a censura imposta ao serviço de telégrafo.²⁵⁶ Tal fato dificultou a comunicação entre os líderes ruístas da capital com os chefes do interior, bem como, desses últimos com os seus companheiros de marcha. Ao agir dessa forma, o General Cardoso Aguiar visava negociar isoladamente com cada um dos coronéis sediciosos, cujos os objetivos eram bem diferentes dos oposicionistas da Capital, que almejavam tão-somente conseguir chegar ao governo. Os coronéis desejavam manter a controle político de seus redutos, sem que o governo do Estado interferisse.

No início das negociações, o Coronel Marcionillo Souza mostrou-se reticente em depor as armas, afirmando que isso dependeria das medidas a serem adotadas pelo General Cardoso de Aguiar, pois o seu principal objetivo era:

[...] fazer com que a soberania do voto seja uma verdade, e reconhecido pelo poder competente o Dr. Paulo Martins Fontes, indiscutivelmente eleito governador do Estado, em 29 de dezembro para o que é preciso garantir a oposição poder contestar eleições falsas do governo do Estado.²⁵⁷

Entretanto, o chefe dos Rabudos voltou atrás quando o representante do Presidente da República advertiu que:

O governo federal tomou todas as providências, enviando numerosas forças federais para aqui, aeroplanos, etc. Esses elementos só, porém, intervirão se os chefes do movimento não desejarem entrar em acordo de pacificação o que espero não se dará, pois a maior parte deles prometeu resolver o caso da melhor forma.²⁵⁸

²⁵⁶ *A Tarde*, 26 de fevereiro de 1920; *O Democrata*, 27 de fevereiro de 1920; *O Imparcial*, 27 de fevereiro de 1920.

²⁵⁷ *A Tarde*, 19 de março de 1920.

²⁵⁸ *A Tarde* 12 de março de 1920.

Ciente de que os seus companheiros de marcha estavam prestes a depor as armas e temendo um possível bombardeio a Maracás, Marcionillo voltou atrás e reiniciou as negociações com o Comandante da 5ª Região Militar. Como reflexo dessas negociações, a última notícia das investidas militares do Chefe político de Maracás data de 3 de março. Neste dia, *O Imparcial* destacava em suas colunas o combate travado entre as forças do Coronel e a expedição policial liderada pelo Capitão Mota Coelho. Segundo o periódico, o contingente situacionista foi desbaratado e teria sofrido uma baixa de mais de 80 praças. Por outro lado, *O Democrata* informava sobre uma derrota das forças do Coronel Marcionillo Souza e que, naquele momento, elas batiam retirada rumo a Maracás, tendo em seu encalço os homens liderados pelo Capitão Mota Coelho que, durante a perseguição, teria restabelecido a “ordem” em Jaguaquara e Santa Inês.²⁵⁹ O fato é que – levando em consideração a tentativa de manipular as informações por estes dois órgãos – a partir de 27 de fevereiro, o Coronel Marcionillo Souza, possivelmente devido à ação do Exército Nacional, desistiu de invadir a cidade de Areia e retornou para o seu reduto, de onde passou a negociar com o Comandante da 5ª Região Militar.

Como primeiros resultados dessa negociação, no dia 10 de março, o Presidente da República divulgou uma nota para a imprensa comunicando ter recebido “um despacho do General Cardoso de Aguiar, dando boas notícias da Bahia, e declarando que recebera dos coronéis Horácio de Mattos e Marcionillo telegramas” que traziam explícito o desejo de firmarem acordos com o Governo Federal. Para tal, iriam enviar representantes que, em seus nomes, negociariam as cláusulas dos tratados com os emissários do General.²⁶⁰

Os resultados dessas negociações começaram a aparecer no dia 18 de março, momento em que o General Cardoso de Aguiar trouxe a público a notícia de que a “zona de Maracás” encontrava-se “pacificada” e que o Coronel André Magalhães Junior, assegurava não ter sido a candidatura do Juiz Paulo Fontes o motivo que

²⁵⁹ *O Democrata*, 3 de março de 1920; *O Imparcial*, 3 de março de 1920.

²⁶⁰ *A Tarde*, 10 e 11 de março de 1920.

levaram o Coronel Marcionillo Souza a participar da marcha armada contra a Capital.²⁶¹

O que se pode de fato afirmar é que as negociações entre o representante do Coronel Marcionillo Souza e o General Cardoso de Aguiar culminaram com a assinatura do *Convênio de Castro Alves* em 20 de Março de 1920, data na qual os coronéis Horácio de Matos e Anfilófilo Castelo Branco também assinaram, respectivamente, o *Convênio de Lençóis* e o *Convênio do São Francisco*, pondo fim à campanha de “libertação” da Bahia. O ponto comum entre esses três convênios foi a garantia, por parte do Governo da União, de que nem os coronéis, nem os seus amigos seriam responsabilizados “civil ou criminalmente” por atos praticados no decorrer do movimento sedicioso.

Os convênios contribuíram para o fortalecimento do poderio dos chefes do *Levante Sertanejo*, pois estabeleceram que no Baixo São Francisco, a liderança política dos municípios passaria para as mãos dos aliados do Coronel Anfilófilo Castelo Branco; que os governos estadual e federal só poderiam nomear os funcionários que iriam ocupar os cargos públicos de Maracás depois de ouvir o Coronel Marcionillo Antônio de Souza; e que na Chapada Diamantina, o coronel Horácio de Matos passaria a controlar 12 municípios, além de receber a prerrogativa de indicar o nome de um deputado estadual e um federal.²⁶² Tal acordo evidencia que, por um certo período, ficou suspensa a política de compromisso entre os coronéis do interior e o Governador do Estado, uma vez que esses coronéis passaram a negociar diretamente com o Presidente da República.

No dia 26 de março, o General Cardoso de Aguiar comunicou oficialmente ao Governador do Estado e ao Presidente da República ter concluído a missão para a qual foi designado, pois naquele momento a Bahia já se encontrava “pacificada” sem que para o cumprimento de tal empreitada, o Exército precisasse disparar um único tiro. No dia seguinte, as tropas nacionais que se encontravam no interior começaram a regressar para a Capital.

A intervenção do Governo Federal para por fim à contenda pode ser interpretada como uma forma de acalmar os ânimos, mediante o estabelecimento de

²⁶¹ *O Democrata*, em 19 de março de 1920, publicou algumas das cláusulas presentes nos Convênios supracitados.

²⁶² *A Tarde*, 12 e 27 de Março de 1920; *O Democrata*, 13 de Março de 1920; *O Imparcial*, 13 de março de 1920.

um pacto²⁶³ entre as partes conflituosas. Essa perspectiva de análise, à primeira vista, permite fazer certos questionamentos, uma vez que se sabe que a União dispunha de instrumentos legais, capazes, não apenas de por fim ao conflito,²⁶⁴ mas de eliminar, por via da força, a oposição empreendida pelos coronéis. No entanto, segundo Gianfranco Pasquino (1986), “os custos da destruição das minorias e das oposições por parte das majorias e dos Governos são demasiado altos”. Ademais, a ação federal naquele momento direcionou-se para a institucionalização do conflito, posto que:

Institucionalizar o conflito significa que, através da definição de normas e regras aceitas pelas partes que se contrapõem, normas que habitualmente se traduzem na prática de contratação coletiva, o potencial antagonístico não será voltado para tentativa de destruir o outro, mas para o esforço de obter do outro o maior número possível de concessões.²⁶⁵

Por outro lado, a ação dos integrantes do *Levante Sertanejo* foi tão significativa que o presidente Epitácio Pessoa sugeriu que Seabra, candidato eleito a governador da Bahia, em 1919, renunciasse e indicasse um candidato que pudesse agradar tanto aos oposicionistas quanto aos situacionistas. Seabra persistiu, defendendo seu direito de assumir a chefia do Executivo baiano, exigindo do Presidente a observância da Política dos Governadores, lembrando que, ao recusar o apoio à candidatura do conterrâneo Rui Barbosa, contribuiu, significativamente com os votos do seu Estado para sua vitória na eleição presidencial.²⁶⁶

A partir do que foi exposto até o momento, pode-se deduzir que os coronéis do interior habilmente tiraram proveito da luta travada entre os ruístas e seabristas da Capital. Sentindo-se ameaçados pela volta de Seabra ao executivo baiano, os líderes do *Levante Sertanejo* precisavam, de alguma forma, sustentar o prestígio e as posições conquistadas ao longo do governo Muniz. A questão era como efetivar tal estratégia. Precisavam de meios materiais para alicerçar as suas ações, bem

²⁶⁴ Segundo Pasquino o conceito de *conflito* pode ser apreendido como uma forma de interação entre indivíduos, grupos, organizações e coletividades que implica choques para o acesso a distribuição de recursos escassos e, portanto, precisa ser reprimido e eliminado, sendo então compreendido enquanto uma patologia social. Este conceito pode ser localizado nas diversas formas das relações humanas; em se tratando de um conflito político, entende-se que o motor da desavença tem sua origem na necessidade de controle pelo poder e do prestígio que este emana. Ver, PASQUINO, Gianfranco. et al. *Dicionário de Política*. 2 ed. Editora Universidade de Brasília. Brasília, 1996, p. 225.

²⁶⁵ PASQUINO, Gianfranco, op. cit., 1986, p. 229.

²⁶⁶ *A Tarde*, 10 de março de 1920; *O Democrata*, 10 de março de 1920; *O Imparcial*, 10 de março de 1920;

como necessitavam justificá-las perante os seus pares. Tudo isso foi possível graças ao apoio advindo dos ruístas soteropolitanos. Os jornais garantiram, junto à classe conservadora, a legitimidade das ações dos coronéis, ao divulgarem que estes agiam em defesa do cumprimento das leis e do sistema republicano de Governo, pois o situacionismo não teria respeitado a vontade popular que escolhera nas urnas o Juiz Paulo Martins Fontes para Governador da Bahia em 29 de dezembro de 1919. Ademais, para garantir a eficácia do movimento, os coronéis recebiam constantemente armas e munições oriundas de Salvador. Foi aproveitando de tal situação que os coronéis do interior saíram fortalecidos do *Levante Sertanejo*.

No cenário estadual, o *Levante Sertanejo* contribuiu para o declínio do seabrismo, já que este passou a conviver com um grupo de coronéis possuidores de uma série de prerrogativas estabelecidas pelos convênios firmados com o Presidente da República. Além disso, as alterações realizadas por Seabra na Constituição da Bahia – com a Lei Estadual n.º 1.104, de 09 de maio de 1916 – foram anuladas pela reforma administrativa de 1920 (Lei nº. 1387), principalmente no que se referia à eleição para intendentess, que deixaram de ser nomeados pelo Governo do Estado e voltaram a ser eleitos, pela população local, para ocupar o cargo por dois anos, com a possibilidade de se reelegerem por igual período.

A reforma Constitucional de 1920 foi uma exigência dos coronéis do interior, atingindo em cheio o desejo centralizador do poder de Seabra. Esse não tinha como evitar tal reforma, pois ficou muito desgastado após esse processo e, na busca de restabelecer a sua influência política, tentou aproximar-se dos coronéis do interior. Com esse intuito, organizou o primeiro Congresso de Intendentes da Bahia, que foi realizado em Salvador no dia 15 de março de 1921. A tríade que chefiou a campanha de “libertação” da Bahia – Coronel Marcionillo Souza, Coronel Horácio de Matos e Coronel Anfilófilo Castelo Branco – esteve presente nesse Congresso.²⁶⁷

O reflexo do *Levante Sertanejo* para Maracás e região foi à consolidação da hegemonia política do Coronel Marcionillo Souza. Tanto é que, fazendo uso das atribuições que o Convênio de Castro Alves lhe garantia, exigiu a transferência imediata de seu rival, o Juiz de Direito da Comarca de Maracás, Leonardo Lessa, para outro termo.²⁶⁸ A partir de então, a oposição às ações do Coronel, em seu

²⁶⁷ SAMPAIO, Consuelo Novais, op. cit. 1998, p. 162 e 163.

²⁶⁸ *A Tarde*, 28 de março de 1920.

reduto, tornou-se insignificante. O Coronel José Antônio Miranda já não possuía força política para enfrentar o seu rival.

Os acordos firmados entre o Presidente da República e o Coronel Marcionillo Souza garantiram-lhe a condução da política em sua região, o que lhe permitiu participar do cenário político estadual, às vezes desafiando a vontade do Governador, como ocorreu em 1925. Nesse ano, foi convocada uma Convenção Estadual que escolheria três delegados para participar, na capital federal, de uma Convenção Nacional que escolheria os candidatos a disputar a presidência da República no pleito de 1925.

Essa convenção não passou de mais uma manobra das oligarquias, pois já haviam escolhido os seus candidatos. Para referendar os nomes previamente escolhidos, os governos estaduais indicariam delegados de sua confiança para participar da Convenção Federal. Esses delegados seriam escolhidos em Convenção Estadual, na qual cada município enviaria um representante. Como meio de garantir os nomes de delegados que cumpririam a vontade do Governador, cerca de 13 municípios foram excluídos da Convenção Estadual, pois o Governo não “confiava na fidelidade de seus representantes”. O Coronel Marcionillo, procurando demonstrar força, recusou-se a referendar o nome do representante²⁶⁹ de Maracás escolhido pelo então Governador Góes Calmon, e indicou uma pessoa de sua confiança para participar da Convenção.

Essa atitude evidenciou a influência então exercida pelo Coronel Marcionillo Souza no cenário político estadual, influência esta que adquirira ainda maior abrangência a partir das prerrogativas a ele atribuída pelo Convênio de Castro Alves, permitindo que ele eventualmente pudesse desafiar a vontade do Governador. Tal influência perdurou até 1930, momento em que Marcionillo seria preso junto com outros coronéis do interior, a exemplo dos seus aliados do *Levante Sertanejo*, Horácio de Matos e Anfilófilo Castelo Branco, já que, nesse momento, novos ventos modificavam o cenário político da Bahia.

²⁶⁹ O representante de Maracás que participou da Convenção foi o Coronel André Magalhães Junior, indicado por Marcionillo.

O DECLÍNIO POLÍTICO

Em 1930, o movimento “revolucionário” liderado por Minas Gerais, Rio Grande do Sul e Paraíba encontrou poucos adeptos no Estado da Bahia. A sua classe conservadora era legalista e, com o objetivo de conquistar a simpatia do Presidente da República, não tardou em declarar-se contrária àquele movimento. O apoio à *Aliança Liberal* partiu de um pequeno grupo liderado por Seabra e um número limitado de jovens acadêmicos. Na tentativa de demonstrar fidelidade ao governo, vários coronéis do interior, dentre eles o Coronel Marcionillo Souza, passaram a arregimentar batalhões patrióticos com o objetivo de repelir as forças aliancistas.²⁷⁰

Os combates entre as forças revolucionárias e as legalistas foram isolados e sem grande importância. No entanto, o fato de os coronéis terem demonstrado fidelidade ao situacionismo foi suficiente para nortear as primeiras medidas postas em prática pelos interventores indicados para ocupar o governo da Bahia, que passaram a empreender uma campanha de desarmamento dos coronéis do interior simpatizantes a Washington Luiz. Durante esse processo, vários deles foram presos, a exemplo de Horácio de Matos, Anfilófilo Castelo Branco, Franklin Lins de Albuquerque e Marcionillo Souza.²⁷¹ Com tal atitude, os revolucionários objetivavam impedir a organização de futuros movimentos contrários ao governo de Vargas, já que os coronéis da Bahia, em outros momentos, como na perseguição à coluna prestes ou no *Levante Sertanejo*, demonstraram ser capazes de arregimentar exércitos dispostos a travar as mais sangrentas batalhas em nome de seus líderes. Isso poderia interferir, significativamente, no projeto de centralização política de Getúlio Vargas ou desembocar em algum movimento que intentasse destituí-lo da Presidência da República.

No início do movimento “revolucionário”, Maracás e região, em especial Jequié, tornou-se cenário de embates entre as forças favoráveis a Washington Luiz e as contrárias. Do lado legalista, encontrava-se o Coronel Marcionillo Souza e seus aliados. Do outro lado estava Silvino Araújo, conhecido na região por Silvino do Curral Novo. Este, liderando um exército de jagunços, fazia frente as investidos das forças do Coronel Marcionillo Souza que, naquele momento, eram lideradas por

²⁷⁰ SAMPAIO, Consuelo Novais, op. cit. 1998, p. 195 e 196.

²⁷¹ PANG, Eul-soo, op. cit., 1979, p. 214.

Tranquilino Antônio de Souza. Torna-se necessário destacar que os embates entre Tranquilino e Silvino do Curral Novo iniciaram-se devido a questões de terra anteriores à eclosão do movimento liderado pela *Aliança Liberal*. No entanto, foi durante o decorrer desse movimento que os conflitos tornaram-se mais acirrados, pois os envolvidos sabiam que os seus resultados poderiam ocasionar a queda dos antigos chefes locais, como viria a ocorrer com o Coronel Marcionillo Souza, e possibilitar o surgimento de novas lideranças políticas.

Consciente dessa perspectiva, Tranquilino empreendeu uma série de investidas contra os simpatizantes do movimento “revolucionário”. O principal alvo era Silvino do Curral Novo, que, por pouco, escapou de ser assinado, posto que,

A 25 de outubro, os jagunços de Tranquilino, após tomarem a Estação da Estrada de Ferro de Nazaré, atacaram o trem de passageiros, forçando-o a retornar de marcha à ré até Jaguaquara, ante a notícia de que Silvino ali se encontrava ciente com antecedência, Silvino já tinha desembarcado antes de Jequié. Foi o bastante para a gerência do Banco do Brasil expedir novo telegrama, dirigido ao governador do Estado, no seguinte teor: “cidade infestada de jagunços, famílias em pânico; acho-me refugiado. Apelo a Vossa Excelência providenciar urgente garantia população em sobressalto”.²⁷²

Fica evidenciado pelo conteúdo desse telegrama que durante as disputas pelo controle das instituições políticas e administrativas de Maracás e região, na maioria das vezes quem saía prejudicada era a população local. Aqueles que não faziam parte de uma das facções em contenda eram forçados, para não perder a vida, a fugir da cidade, abandonando o seu lar e aqueles pertences que não podiam conduzir. A alternativa mais comum era esperar a derrota de um dos grupos beligerantes e torcer para que a sua residência não fosse saqueada durante o conflito.

Ciente dos conflitos travados em Maracás e região e com o objetivo de desarmar e prender os adeptos de Washington Luiz, o interventor Leopoldo Amaral enviou para a região o primeiro e segundo batalhões de Caçadores. Integrando um desses batalhões estava Manoel Bezerra, que veio de Pernambuco para a Bahia a pedido de Juraci Magalhães. Sob o seu comando foi posto um destacamento composto por 18 soldados, responsáveis por efetivar, em novembro de 1930, a

²⁷² ARAÚJO, Émerson Pinto de, op. cit., 1997, p. 329.

prisão do Coronel Marcionillo Souza e de seu filho Tranquilino. Segundo Manoel Bezerra, Marcionillo não ofereceu resistência no momento de sua prisão, ao contrário de seu filho, que afirmava preferir morrer a se entregar.

FOTO 02: Tranquilino Antônio de Souza



Tranquilino tentou convencer o seu pai a reunir o maior número possível de homens e resistir à prisão. Mas o Coronel Marcionillo Souza estava ciente de que muito pouco poderia fazer contra o Exército Nacional, preferindo depor as armas e deixar ser conduzido à prisão. Decepcionado, Tranquilino aquartelou-se com trinta homens bem armados e municiados em sua Fazenda Gruta Baiana, disposto a lutar até as últimas consequências. Isso levou Manoel Bezerra, depois de prendê-lo em

Maracás, a conduzir Marcionillo até o distrito de Rio Novo, hoje município de Piau, na esperança de que o pai pudesse persuadir Tranquilino a entregar-se.

Ao chegar a Rio Novo, Manoel Bezerra dirigiu-se para a casa de dois outros filhos²⁷³ do Coronel Marcionillo Souza e, de lá, enviou uma carta para Tranquilino assinada por seu pai, convidando-o para um encontro. Relatou Bezerra: em seguida,

[...] eu mandei a polícia, os soldados, dois ali deitado no meio da rua compreendeu, tudo fora da porta, deixe o homem entrar e quando ele recebeu a carta na fazenda disse: meu pai ta na casa de meu... a Revolução vem aí pra danar, mas eu não [...] me entrego, vou lá ter um entendimento com o meu pai, arranjou dois camarada e veio, que quando ele chegou 12 horas da noite, e chegou na porta da casa dos irmãos, e o velho já tava aí dentro de casa preso, debaixo de ordem, dois soldados com ele ali, na guarda. Quando ele chegou na porta, os soldados levantaram tudo, tava no meio da rua e fecharam. Daí seu Tranquilino, mas é esse que agente quer, venha Tranquilino, marremo o bicho viu, marramo o bicho [...].²⁷⁴

Em seguida, a 10 de novembro de 1930, o Coronel Marcionillo Souza e seu filho foram conduzidos à prisão de Jequié. No dia 22 do mesmo mês, Tranquilino desembarcou na Capital, sob os cuidados do Segundo Batalhão de Caçadores, comandado pelo Tenente-Coronel Mena Barreto. Junto com ele vinham presos Paulo do Amaral dos Santos, Valeriano Macedo, Vitor José Pacheco, Manuel Flávio e Juvenal Farias. Marcionillo Souza ficou em Jequié e, dias depois, foi conduzido para Salvador pelo Primeiro Batalhão de Caçadores. Os dois batalhões também apreenderam “1200 armas longas e curtas em número superior a mil, algumas dessas tendo sido incineradas por imprestáveis. Foram também apreendidos 50 mil tiros que vêm em 15 caixões”.²⁷⁵ O sucesso da campanha de desarmamento na região ficou registrado em algumas fotos, como a que se segue.

²⁷³ Segundo Manoel Bezerra, os filhos do Coronel Marcionillo Souza que residiam em Rio Novo eram Antoninho – que tudo indica ser Antônio Fernandes de Souza - e Felix, possivelmente uma alcunha, e não sendo possível identificar o seu verdadeiro nome.

²⁷⁴ Entrevista concedida pelo Sr. Manoel Bezerra ao Professor Carlos Tadeu Botelho, realizada em 5 e 6 fevereiro de 1993, Iguai – BA.

²⁷⁵ *A Tarde*, 22 de novembro de 1930.

Foto 03. Armas apreendidas em Maracás e Região.



Foto pertencente ao Museu Municipal de Jequié: Armas apreendidas em Maracás e Região, possivelmente, pela Coluna Facó durante a campanha de desarmamento dos coronéis do interior da Bahia em 1930.

A primeira reação da imprensa baiana foi elogiar e incentivar a campanha de desarmamento dos coronéis do interior do Estado.²⁷⁶ Vibrou no momento em que o vapor Porto Seguro atracou na Capital conduzindo 90 toneladas de armamentos e munição apreendidas nos municípios de Macaúbas, Paramirim, Bom Jesus dos Meiras, Contendas do Sincorá e toda a Região de Castro Alves.²⁷⁷ No entanto, a partir da primeira quinzena de março de 1931, os jornais passaram a ressaltar o perigo que o sertanejo corria após o desarmamento. Afirmavam que,

Na maioria dos casos, somente depois de saqueada a povoação, Vila ou cidade sertaneja, é que chega a polícia para dar combate aos bandidos, e isso justifica perfeitamente, porquanto não é possível ao Estado manter um pelotão em cada localidade.²⁷⁸

Depois de efetivado o desarmamento de Maracás e região, os líderes da situação, possivelmente por entender que Tranquilino Antônio de Souza não representava mais ameaça para os seus projetos, concedeu a sua transferência

²⁷⁶ *Diário da Bahia*, 30 de dezembro de 1930.

²⁷⁷ *A Tarde*, 11 de fevereiro de 1931.

²⁷⁸ *Diário da Bahia*, 21 de março de 1931.

para a cadeia de Jequié. Dias depois, auxiliado por Osório Cordeiro, Antônio Brandão e Norival Soares, Tranquilino conseguiu escapar pela segunda vez, já que dias antes havia fugido do Hospital Santa Isabel em Salvador, sendo capturado em Limoeira pelo Delegado Guilherme de Andrade. A sua fuga da prisão de Jequié também não foi definitiva. Segundo o Tenente Isaías Reis, responsável por recapturar o fugitivo, ao montar cerco na fazenda pertencente a Antônio Brandão, desconfiou de um menino que veio trazer-lhe, durante a madrugada, uma marmita. Ao pressionar o garoto, esse o levou ao local onde Tranquilino encontrava-se escondido. Depois da troca de tiros e de luta corporal, Tranquilino foi aprisionado e conduzido à Penitenciária do Estado, na Capital, de onde saiu já doente, para morrer pouco tempo depois.²⁷⁹

No caso do Coronel Marcionillo Souza, logo após a sua prisão, foi solicitado do Delegado de Polícia do termo de Maracás, Primeiro Tenente Anísio Lopes de Menezes, que,

[...] instaurasse inquérito para apuração de crimes comuns, cuja responsabilidade pese sobre Marcionillo Antônio de Souza, e como tais crimes, possivelmente existentes, seriam de difícil apuração nas épocas anteriores a Revolução, pela dificuldade dos meios de provas, criadas em virtude da preponderância que sobre o meio exercia o mesmo Marcionillo Antônio de Souza.²⁸⁰

Seguindo essa determinação, em 14 de janeiro de 1931 foi instaurado o primeiro processo contra o Coronel Marcionillo Souza. Nesse processo, foram ouvidas 21 testemunhas,²⁸¹ que atestaram ser ele mandante de vários delitos, dentre os quais é possível destacar: 1 - expulsão da Comarca de Maracás do Juiz de Direito Francisco Leonardo da Silva Lessa; 2 - acoitar e proteger criminosos, tanto do termo de Maracás quanto de outras localidades; 3 - espancamento em praça pública do Delegado de Polícia Antônio Joaquim Moura e do advogado Damião Teles de Jesus; 4 - assassinato de Cuscêncio Ferreira dos Santos, ocorrido no povoado do Baixão; 5 - assassinato, em Andaraí, de Francisco Costa; 6 -

²⁷⁹ *Diário da Bahia*, 25 de fevereiro de 1931; *Diário de notícias*, 23 de fevereiro de 1931.

²⁸⁰ AFWT, Processo Crime nº 597, março 38, p. 02.

²⁸¹ Essas testemunhas foram: Raul Silva, Pompiro Rodrigues Moreira, Fernando Morbeck do Espírito Santo, João Batista Amorim, Mário Mangabeira, Teófilo Souza, Nelson Alves Portela, Inocêncio Ramos, Rui B. da Silva Pereira, Teonesto dias do Nascimento, José Compodônio, Augusto Eloy da Silva, João Francisco de Andrade, Otto Eloy, José Ribeiro de Novaes Filho; Rodrigo Silva, José Pereira da Silva, Rodolfo Marques da Silva, Francisco Guedes, Arlindo Rodrigues Moreira, Tranquilino José da Silva e Isidoro Rufino de Sanat`Ana, também conhecido por Coqueiro e era jagunço do Coronel Marcionillo Souza.

Assassinato de Bilô, Agente da Estação de Trem de Tanquinho, no Município de Castro Alves; 7 - envenenamento de sua esposa, Francisca Joaquina Alves Meira; 8 – assassinato de Bento de Tal, ocorrido no povoado de Capivaras; 9 - assassinato, durante a perseguição aos Cauassús em 1916, de Caboré; 10 - tentativa de assassinato, no Município de Castro Alves, de Antônio Nascimento, o que resultou no ferimento deste e na morte de sua filha de mais ou menos quatro anos de idade.²⁸²

Antes mesmo da apuração das acusações acima mencionadas, no dia 2 de março de 1931, o Coronel Marcionillo Antônio de Souza foi posto em liberdade. Provavelmente o Interventor Leopoldo Amaral entendeu que o Coronel não representava ameaça para o projeto de centralização política empreendido por Getúlio Vargas. Ademais, diferente do Coronel Horácio de Matos, que não teve permissão, depois de solto, de regressar para a Chapada Diamantina, foi permitido ao Coronel Marcionillo Souza aguardar o resultado do inquérito em Maracás.

No dia 31 de janeiro de 1931, o Delegado de Polícia de Maracás, Primeiro Tenente Anísio Lopes de Menezes, solicitou da Promotoria que enquadrasse o Coronel Marcionillo Souza nos artigos 13 e 294²⁸³ do Código Penal. No entanto, a 15 de julho do mesmo ano, o Promotor Sebastião Ramos, alegando a prescrição de alguns dos crimes mencionados, devido ao longo intervalo de tempo existente entre o delito e a sua apuração, bem como a falta de provas que pudessem incriminar Marcionillo, resolveu pedir ao Delegado de Polícia a abertura de um novo inquérito para apurar o envolvimento do Coronel Marcionillo Souza nos assassinatos de Feliciano Francisco do Espírito Santo, conhecido por Caboré e Bento de tal, eximindo-o das demais acusações.²⁸⁴

Atendendo à solicitação do Promotor, a 17 de agosto de 1931, o Delegado de Polícia abriu um novo inquérito para apurar a responsabilidade pelo assassinato de

²⁸² AFWT, Processo Crime nº 597, março 38.

²⁸³ O Artigo 13 considera que haverá tentativa de crime sempre que, com intenção de cometê-lo, executar alguém com atos exteriores que, pela sua relação direta com o fato punível, constituam começo de execução, e esta não tiver lugar por circunstâncias independentes da vontade do criminoso. Já o Art. 294. Matar alguém: § 1.º Si o crime for perpetrado com qualquer das circunstâncias agravantes mencionadas nos §§ 2º, 3º, 6º, 7º, 8º, 9º, 10º, 11º, 12º, 13º, 16º, 17º, 18º e 19º do art. 39 e § 2º do art. 41. Pena - de prisão celular por doze a trinta anos.

²⁸⁴ AFWT, Processo Crime nº 597, março 38.

Feliciano Francisco do Espírito Santo,²⁸⁵ vulgo Caboré, que fora morto em 1916, quando um grupo de jagunços do Coronel Marcionillo Souza auxiliou a Força Policial enviada para Maracás e região com a incumbência de combater os Cauassús. Caboré fora assassinado por fazer parte desse grupo, na época aliado dos Mocós, e por ter participado ativamente da invasão e saque da cidade de Maracás em 1915.

De acordo com o segundo processo, o que vem confirmar esse fato, foi em um desses ataques que Benedito Cocá, José Feliciano, José Raimundo,²⁸⁶ Rufino Sant`Ana vulgo Coqueiro, Vitor Grosso, Barandy e Cândido Araújo – jagunços do Coronel supracitado – teriam matado Caboré no lugar denominado Baixas, que distava duas léguas e meia do povoado de Caldeirão dos Mirandas, distrito de Maracás.²⁸⁷ Após o assassinato, o cadáver ficou insepulto por trinta dias, pois a família da vítima e as pessoas que moravam na região temiam represálias por parte dos Rabudos, posto que o simples ato de enterrar a vítima poderia indicar simpatia aos grupos dos Cauassús e dos Mocós.

O segundo processo arrastou-se por quase três anos. Foram ouvidas 18 testemunhas,²⁸⁸ a maioria residente perto do local onde ocorreu o crime. Boa parte dessas testemunhas, possivelmente por temer retaliações, já que o Coronel Marcionillo Souza estava presente durante os seus depoimentos, declarou “não saber ou ouvir dizer” se houve ou não um mandante para esse crime. Apenas a testemunha de nome Francelino José dos Santos afirmou categoricamente ter sido o Coronel Marcionillo Antônio de Souza o responsável pela morte de Caboré, o que imediatamente foi negado por ele, que se defendeu dizendo ser aquela testemunha, na época do ocorrido, partidária dos Mocós, tentando provar o que foi dito com a alegação de que a testemunha fora nomeada como Inspetor de Quarteirão graças à interferência do Coronel José Antônio Miranda.²⁸⁹

No decorrer do processo, a estratégia do advogado do Coronel Marcionillo Souza foi argumentar que os indivíduos Benedito Cocá, José Feliciano, José

²⁸⁵ Não foi possível localizar o processo que apurou o envolvimento do Coronel Marcionillo Souza no assassinato de Bento de tal.

²⁸⁶ Na época, graças a indicação feita pelo Coronel Marcionillo Souza, José Raimundo ocupava o cargo de Inspetor de Quarteirão no povoado de Caldeirão dos Mirandas.

²⁸⁷ AFWT, Processo Crime nº 662, março 41.

²⁸⁸ Estas testemunhas forma: Timóteo Pereira da Silva, Paulina Casimira de Jesus, João Veríssimo dos Santos, Inocêncio Ramos, Francelino José dos Santos; Braz José de Souza, Balbina Maria de Jesus, Genésio Feliciano; Belizário do Espírito Santo; Antônio Gomes, Clemente Raimundo da Silva, João Batista de Souza, Eliodoro de Souza Meira, Domingos José da Costa, Gabriel José da Silva e Randulfo Marques da Silva.

²⁸⁹ AFWT, Processo Crime nº 662, março 41, p. 68 a 75.

Raimundo, Rufino Sant`Ana, Vitor Grosso, Barandy e Candido Araújo haviam sido convocados pelo Tenente José Pedro Simões para auxiliar a Força Policial durante a perseguição aos Cauassús. Nesse sentido, a morte de Caboré teria resultado de um tiroteio que ocorreu entre a Polícia e esse grupo e não de uma emboscada arquitetada por seu cliente.

O Juiz Adalício Coelho Nogueira, em 16 de fevereiro de 1934, deu o veredicto final do processo. Considerou, por falta de provas, que o Coronel Marcionillo Souza era inocente da acusação a ele imputada e condenou à prisão José Raimundo, Rufino Sant`Ana, vulgo Coqueiro, Vitor Grosso, Barandy e Candido Araújo, que, segundo a sentença, foram os responsáveis pelos disparos que provocou a morte de Caboré.

O fato de não participar pessoalmente das ações contra os seus adversários, como em alguns momentos fizera o Coronel Horácio de Matos, dificultou a condenação do Coronel Marcionillo Souza. Entretanto, o que interessa não é saber se ele foi ou não responsável pelos crimes apontados, mas o simbolismo presente na própria instauração desses inquéritos e processos. Era o indivíduo que pouco tempo antes controlava as instituições, inclusive as judiciais, posto que juiz, promotor e delegado eram nomeados para Maracás após consulta ao Coronel Marcionillo Souza principalmente após o *Levante Sertanejo* – que estava sentado no banco dos réus, acusado de ter praticado diversos atos ilícitos.

Essa situação evidenciava, ao menos para a elite política local, que o Coronel Marcionillo Souza já não gozava do apoio dos governos federal e estadual, pois no momento em que ele passou a defender a permanência de Washington Luís na presidência da República, comprometera-se com aqueles que caíram e passaram à oposição. E era uma oposição que deveria ser extirpada para que, no futuro, não viesse ameaçar os projetos do novo governo.

Após 1930, evidenciando a continuidade da máxima presente durante a *Primeira República*, “para os amigos tudo, para os inimigos o rigor da lei”, o Coronel Marcionillo Souza passou a envolver-se, além dos processos criminais mencionados, em uma série de ações judiciais de natureza cível. Em uma delas, por ele própria movida, pediu a reintegração de parte das terras de sua Fazenda Contendas, que teria sido ocupada indevidamente por Pompílio da Silva Vieira. Essa ocupação ocorrera, segundo o Coronel Marcionillo Souza, durante “a Revolução de

1930”, quando foi “privado de sua liberdade e detido meses a fio na Capital”. Marcionillo não viveu para presenciar o desfecho desse processo, somente ocorrido em 21 de julho de 1952, quando um de seus herdeiros desistiu da ação.²⁹⁰ No entanto, tal quadro serve para revelar a perda de prestígio do Coronel Marcionillo Souza que, em outros momentos, não precisaria recorrer aos meios legais para resolver esse impasse, já que poucos teriam coragem de cometer uma afronta dessa natureza contra um líder que poderia, em pouco tempo, arregimentar um número significativo de homens em armas dispostos a cumprir as ordens de seu chefe.

Esse declínio pode ser revelado ainda por dois processos que foram movidos com o objetivo de cobrar empréstimos realizados pelo Coronel Marcionillo Souza e não quitados em tempo hábil. O valor desses empréstimos perfazia a soma de 7.196\$500 (sete contos, cento e noventa e seis mil e quinhentos réis), valor bem próximo do que lhe coube no momento da realização do inventário dos bens quando da morte da sua primeira esposa. Esses processos foram cancelados por conta dos acordos realizados entre o Coronel Marcionillo Souza e seus credores.²⁹¹ Possivelmente, para saldar os compromissos, o Coronel teve que abrir mão de parte significativa de seu patrimônio, o que contribuiu para o seu declínio econômico-financeiro.

Com isso, o Coronel Marcionillo Souza perdeu a sua capacidade de interferir no cenário político de Maracás e região. Passou a viver da exploração agrícola das poucas propriedades²⁹² que lhe restaram após a sua prisão em 1930. A partir de então, parte de seu tempo foi dedicado a encontrar meios para resolver as disputas judiciais nas quais estava envolvido. Possivelmente, percebeu que o melhor seria retirar-se da vida política, o que poderia evitar perseguição por parte dos seus desafetos. Foi o que fez. Quando morreu em 9 de maio de 1943, com 84 anos de idade, já não possuía nenhum tipo de influência no cenário político.

²⁹⁰ AFWT, Processo nº 795, março 45, de 18 de outubro de 1937.

²⁹¹ AFWT, Processo nº 780, março 45 de 7 de maio de 1932 e Processo s/n de 21 de março de 1935.

²⁹² O Coronel Marcionillo Souza, no momento de sua morte, possuía a Fazenda Contendas formada pelo conjunto de terras das localidades denominadas Alegria, Boqueirão e Coruja.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise da trajetória e das estratégias utilizadas pelo Coronel Marcionillo Antônio de Souza para tornar-se chefe político do município de Maracás e região, levou-me a destacar três momentos importantes. O primeiro ocorreu no momento em que ele abandonou a profissão de tropeiro, casou-se com Francisca Joaquina Alves Meira e estabeleceu residência naquele município. O pai de sua esposa, Tenente-Coronel Francisco Joaquim Alves Meira, pessoa respeitada na sociedade maracaense possuidor de uma situação econômica estável, a princípio, foi o responsável e incentivador da entrada de Marcionillo no cenário político local.

Com o passar do tempo, motivado por ambições pessoais, o Coronel Marcionillo Souza tornou-se inimigo do seu sogro, aliando-se ao Deputado Estadual Pedro Gonçalves do Nascimento quando este rompeu relações com o Tenente-Coronel Francisco Joaquim Alves Meira. A partir de então, contando com o apoio desse Deputado, Marcionillo tornou-se o principal líder do grupo dos Rabudos em Maracás e região. Em contrapartida, seu sogro ingressou na facção dos Mocós – liderada pelo principal opositor a Marcionillo, o Coronel José Antônio de Miranda – apoiando todas as investidas que tivessem como objetivo o enfraquecimento político do seu genro.

Daí em diante, a rivalidade entre Rabudos e Mocós ganhou maior relevo no cenário político local, atingindo seu clímax principalmente nos momentos de disputas eleitorais, pois garantir que seus integrantes ocupassem os principais cargos políticos e administrativos do município de Maracás era uma forma, dentre outras, de legitimar as suas ações frente aos membros da sua comunidade, tornando-se os principais representantes locais do regime republicano ainda recente, o que facilitava o controle de um o importante instrumento de barganha no cenário político, o voto.

Seguindo essa lógica, Rabudos e Mocós na véspera das eleições municipais de 1915, na tentativa de controlar os aproximadamente 1100 significativos votos do município, travaram o seu confronto mais violento, a partir do qual iniciou-se o processo de ascensão política do Coronel Marcionillo Souza. Os Mocós estabeleceram uma aliança com os Cauassús e o resultado foi a invasão e saque da Cidade de Maracás em 1915, ações que objetivavam convencer o Governo do

Estado a intervir no conflito local em seu favor, argumentando que os Cauassús praticaram a sebaça em Maracás incentivados pela inimizade que nutriam em relação ao grupo liderado pelo Coronel Marcionillo Souza.

De certa forma, os objetivos dos mocós foram parcialmente alcançados, pois o então Governador Seabra, ciente da oposição que o Coronel Marcionillo sempre fez em relação ao seu nome, nomeou o Coronel José Antônio de Miranda para ocupar a Intendência de Maracás durante o período de 1916 a 1918. Entretanto, os Mocós perderam o controle sobre os Caussús que, logo após a invasão a Maracás, continuaram a saquear diversas propriedades da região, o que levou o Governo do Estado a intervir, mais uma vez, nos confrontos locais.

Contudo, desta vez a intervenção foi favorável aos Rabudos, pois o mandato de Seabra tinha chegado ao fim e ele resolveu indicar Antônio Muniz para sucedê-lo. Muniz assumiu o cargo de Governador em abril de 1916. Durante o processo eleitoral, havia contado com o apoio declarado do chefe dos Mocós, Coronel José Antônio de Miranda que lhe garantiu a maioria dos votos do município de Maracás. Mas, com o passar do tempo, ambicionando ocupar o lugar no cenário político que antes pertencia ao seu antecessor e padrinho político, Antônio Muniz resolveu apoiar as ações dos coronéis do interior que antes fizeram oposição ao nome de Seabra.

Nesse ínterim, a aterrorizada população local, sobretudo a comunidade italiana, solicita ao Governo do Estado que tome providências para por fim às investidas dos Cauassús. Atendendo a esse pedido, Antônio Muniz envia para Maracás e região uma expedição composta por 50 praças. No primeiro combate os Cauassús, por conhecerem melhor a geografia da região, fez com que a Força Policial batesse retirada com baixas significativas. Em vista do ocorrido, o Governo do Estado enviou mais duas expedições e solicitou ajuda do Coronel Marcionillo Souza, que cedeu 70 jagunços. Nesse momento, o segundo que procurei destacar sobre os episódios em que se envolveu o coronel Marcionillo Souza, pode-se afirmar que ele conseguiu aumentar o seu poderio bélico e, conseqüentemente, a sua influência política, pois passou a ter acesso a armas e munições, bem como ao apoio do Governador Antônio Muniz.

O exposto evidencia que o apoio do Governo do Estado a um dos grupos poderia influenciar significativamente, a depender do momento, nos resultados dos conflitos locais. Por outro lado, também demonstra que o Coronel Marcionillo Souza

não estava junto aos seus jagunços, no campo de batalha, nos momentos que tentava concretizar o seu domínio político sobre Maracás e região. Isso fica evidente quando observado que para manter o controle sobre Jequié, que antes de 1897 era distrito de Maracás, Marcionillo, em um primeiro momento, fazia a sua vontade prevalecer a partir das ações do Rabudo Zezinho dos Laços, com a morte deste, delegou essa função a seu filho Tranquilino Antonio de Souza que, para defender os interesses de seu pai, não se preocupava em lançar mão de métodos violentos.

O terceiro momento ocorreu quando o Coronel Marcionillo Souza aderiu ao movimento liderado pela oposição baiana contra Seabra. Esse movimento ficou conhecido pela historiografia como *Levante Sertanejo* (1919/1920) e tinha como objetivo mais pronunciado impedir que Seabra, eleito no pleito de 26 de dezembro de 1919, fosse reconhecido Governador do Estado para o quadriênio de 1920 a 1924.

Entretanto, é necessário destacar que os motivos que levaram os líderes oposicionistas da Capital e os coronéis do interior a aderirem ao *Levante Sertanejo* foram diferentes. No caso específico do Coronel Marcionillo Souza, anti-seabrista declarado, além do seu descontentamento com a aprovação da Lei Estadual de n.º 1.104, de 09 de maio de 1916, o seu apoio ao movimento oposicionista esteve diretamente relacionado ao desfecho da invasão e saque da Cidade de Maracás que ocorreu em novembro de 1915, momento em que Seabra preteriu o nome de Marcionillo e seus aliados e nomeou o Coronel José Antônio de Miranda para ocupar a Intendência de Maracás. Desta forma, o retorno de Seabra ao governo do Estado poderia fortalecer novamente o poderio dos Mocós, o que ameaçaria a hegemonia política conquistada ao longo do governo Muniz pelo líder dos Rabudos.

No decorrer do *Levante do Sertão* o Coronel Marcionillo Souza demonstrou o seu poderio bélico ao adotar como estratégia a ocupação e controle das vilas de Poções e Boa Nova, das cidades de Jaguaquara e Jequié, preparava-se para marchar em direção a Nazaré, onde se encontraria com os coronéis Horácio de Matos e Anfilóbio Castelo Branco e, com eles, tentariam a conquista da Capital do Estado, ação esta que somente abortada depois de um acordo realizado entre os chefes da Revolta Sertaneja e o Governo federal.

Em 1920, a intervenção federal nos assuntos internos do Estado da Bahia garantiu, mais uma vez, que Seabra assumisse o governo do Estado. Por outro lado,

contribuiu também para o fortalecimento dos coronéis do interior. Nesse momento houve, mesmo por um período relativamente curto, o rompimento da *política dos governadores*, desde que os coronéis passaram a negociar diretamente com o Presidente da República, sem que houvesse a intermediação do Governo do Estado.

Para por fim ao *Levante*, o Governo federal entrou em entendimento direto com os coronéis e assinou três acordos em separado que serviram para consolidar o poderio dos principais representantes do movimento do interior do Estado. As negociações entre o interventor e os coronéis resultaram no estabelecimento de três acordos, o *Convênio de Lençóis*, o *Convênio do São Francisco* e o *Convênio de Castro Alves*. Esse último garantiu ao Coronel Marcionillo Souza o controle político de seu reduto até 1930, momento em que foi preso pelos representantes do movimento “revolucionário”, em razão do seu apoio a Washington Luís.

A prisão do Coronel Marcionillo Souza ocorreu por que os líderes do movimento “revolucionário” de 1930 temiam a organização de futuros movimentos contrários ao projeto de centralização política implementado pelo governo de Getúlio Vargas. Esse momento, para Marcionillo, representou o início de seu declínio político e do poderio que exerceu durante a década de 1920 e que não mais se recuperou até o momento de sua morte em 1943. Outra era tônica da política brasileira e baiana após a ascensão de Vargas. E os coronéis que, a princípio, foram contrários ao movimento revolucionário, entre eles Marcionillo Antonio de Souza, viveram essa realidade com a perda do seu poder e prestígio político.

OBRAS CONSULTADAS

- AGUIAR, Durval Vieira de. *Descrições Práticas da Província da Bahia: com declarações de todas as distâncias intermediárias das cidades, vilas e povoações*, 2^a ed. Rio de Janeiro: Cátedra; Brasília: INL, 1972.
- AGUIAR, Ednalva Padre. et al. *Política - O Poder em Disputa: Vitória da Conquista e Região*. Museu Regional de Vitória da Conquista/ Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, 1999. (Série Memória Conquistense).
- ALBERTONI, Ettore A. *Dicionário de Filosofia*. Martins Fontes: Rio de Janeiro, 1998.
- ANDRADE, Manuel Correia de. *A Itália no Nordeste: contribuição italiana ao Nordeste do Brasil*. Torino/Recife, Fondazione Giovanni Agnelli/Fundação Joaquim Nabuco, 1992.
- ARAGÃO, Antônio Muniz de. *A Bahia e seus Governadores na República*. Imprensa Oficial do Estado, Salvador, 1923.
- ARAÚJO, Dilton Oliveira de. *Republicanismo e Classe Média em Salvador: 1870 a 1889*. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 1992. (mimeo).
- ARAÚJO, Émerson Pinto de. *Capítulos da História de Jequié*. Salvador: GSH Editora, 1997.
- AUAD, Márcia do Couto. *Anésia Cauaçu, Mulher-Mãe-Guerreira: um estudo sobre mulher, memória e representação no banditismo na região de Jequié-Bahia*. Dissertação (Mestrado em Memória Social e Documento) – Universidade do Rio de Janeiro e Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia. Jequié, 2001. (mimeo).
- BAHIA: *Anuário Estatístico Da Bahia*, 1923. Vol 01. Salvador: Imprensa Oficial do Estado, 1924.
- BARBOSA, Rui. *Campanha da Bahia*. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, (Obras Completas de Rui Barbosa), v. XXVII, 1919, t. 3. Rio de Janeiro, 1988.
- BARROS, Francisco Borges de. *Memória sobre o município de Maracás*. Salvador: Escola Typographica Salesiana, 1917.
- BASTOS, Abguar. *História da Política Revolucionária no Brasil*. (1º volume: 1900 - 1932). Rio de Janeiro: Conquista, 1969.
- BASTOS, José Alberto Magalhães. *Maniçoba: Produto de Borracha do Nordeste Brasileiro*. Brasília: Editerra Editora LTDA, 1985.

BELENS, Adroaldo de Jesus. *A Modernidade sem Rosto: Salvador e a Telefonia (1881-1924)*. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2002. (mimeo).

CAMPOS, Silva. *Crônica da Capitania de São Jorge dos Ilhéus*. Rio de Janeiro: Conselho Federal de Cultura, 1981.

CARDOSO, Ciro F; VAINFAS, Ronaldo. *Domínios da História. Ensaio de Teoria e Metodologia*. Rio de Janeiro: Ed. Campos, 1997.

CARVALHO, José Murilo. *Pontos e Bordados: escritos de história política*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 1998.

_____. *A Construção da ordem: A elite política imperial*. Rio de Janeiro: Campus, 1980.

CHAGAS, Américo. *O Chefe Horácio de Matos*. Salvador: EGBA, 1996

DOSSE, François. *A História em Migalhas: dos Annales à Nova História*. São Paulo: Ensaio; Campinas: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 1992.

FALCÓN, Gustavo. *Os coronéis do cacau*. Salvador: Ianamá/Centro Editorial da UFBA, 1995.

FAORO, Raymundo. *Os Donos do Poder: formação do patronato político brasileiro*. 12 Ed. São Paulo: Globo, 2000.

FERREIRA, Jurandir Pires. *Enciclopédia dos municípios brasileiros*. IBGE, 1958, p. 25

FERREIRA, Maria do Socorro Soares. *A Tarde e a Construção dos Sentidos: Ideologia e Política (1928 – 1931)*. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2002. (mimeo).

FREITAS, Antônio Fernando Guerreiro de. *Eu vou para a Bahia: a construção da regionalidade contemporânea*. Bahia Análise & Dados. Salvador: Editora SEI, Vol 9 nº 4, p. 24-37. março de 2000.

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do Poder* (Org.). Trad. de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

GUIMARÃES, Jerry Santos. *O Clube do Cuscuz: Espaço de Festas, Identidades e Resistências*. Monografia (Graduação em História) – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Vitória da Conquista, 2003.

HOBBS, Eric. *Sobre História*. Trad. Cid Knipel Moreira. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

JANOTTI, Maria de Lourdes Monaco. *O Coronelismo: uma política de compromissos*. São Paulo: Brasiliense, 1981. (Coleção Tudo é História).

LINS, Wilson et al. *Coronéis e Oligarquias*. Salvador: UFBA, 1988.

LEAL, Victor Nunes. *Coronelismo Enxada e Voto: o município e o regime representativo no Brasil*. 3 Ed. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1997.

LÊNIN, V. I. *O Estado e a Revolução*. Tradução: Aristides Lobo. São Paulo: Editora Hucitec, 1983.

MACHADO NETO, Zahidé. et al. *O Coronelismo na Bahia*. Salvador: Editora da Universidade Federal da Bahia, 1972.

MORAES, Walfrido. *Jagunços e Heróis: a civilização do diamante nas Lavras da Bahia*. 3ª Ed, Salvador: Edições GRD, 1984

NEVES, Erivaldo Fagundes. *Uma Comunidade Sertaneja: da sesmaria ao minifúndio (um estudo de história regional e local)*. Salvador: Editora da Universidade Federal da Bahia; Feira de Santana: Universidade Estadual de Feira de Santana. 1998.

_____ ; MIGUEL, Antonieta (Orgs.). *Caminhos do Sertão: ocupação territorial, sistema viário e intercâmbios coloniais dos sertões da Bahia*. São Paulo: Arcadia, 2007.

NOVAIS, Idelma Aparecida Ferreira. *Produção e comércio na Imperial Vila da Vitória (Bahia, 1840-188)*. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2008. (mimeo).

PANG, Eul-soo. *Coronelismo e Oligarquias (1889-1934): a Bahia na Primeira República Brasileira*. Trad. Vera Teixeira Soares. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

PINTO, Luiz de Aguiar Costa. *Lutas de Famílias no Brasil: introdução ao seu estudo*. 2ª Ed. São Paulo: Ed. Nacional; Brasília: INL, 1980

OSVALDO, Portela. *Biografia*. S/E. Maracás S/A.

PALACÍN, Luís G. *Coronelismo no Extremo Norte de Goiás: O padre João e as três Revoluções de Boa Vista*. Goiânia: Cegraf/UFG e São Paulo: Editora Loyola, 1990.

PASQUINO, Gianfranco. et al. *Dicionário de Política*. 2ª ed. Editora Universidade de Brasília. Brasília, 1986.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. *O mandonismo local na vida política brasileira e outros ensaios*. São Paulo: Editora Alfa-Omega, 1976.

REBOUÇAS, José Antônio Formigli. *Álbum de Família: Perfis e Genealogias*. Itabuna, 1994.

RÉMOND, René (Org.). *Por Uma História Política*. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 1996.

ROSA, Dora Leal. *O mandonismo local na Chapada Diamantina*. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 1976. (mimeo).

SÁ, Maria Auxiliadora Ferraz de. Dos Velhos aos Novos Coronéis: um estudo das redefinições do Coronelismo. Recife: PIMES, 1974. V. 01. p.140

SALES, Campos. *Da Propaganda à Presidência*. Lisboa: Typ. A Editora Lisboa 1908.

SAMPAIO, Consuelo Novais. *Os Partidos Políticos da Bahia na Primeira República; uma a política de acomodação*. Salvador: Centro Editorial e Didático da UFBA, 1998. (Estudos Baianos).

_____. *O Poder Legislativo da Bahia: Primeira República (1889-1930)*. Salvador: Gráfica da Assembléia Legislativa da Bahia, 1985.

SANTOS, José Wellington Aragão dos. *Formação da Grande Imprensa na Bahia*. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 1985. (mimeo).

SANTOS, Mário Augusto. *Associação Comercial da Bahia na Primeira República: um grupo de pressão*. Salvador: Secretária da Indústria, Comércio e Turismo, 1973.

_____. *A República do Povo: sobrevivência e tensão*. Salvador: EDUFBA, 2001.

SIERING, Friedrich Câmera. *Conquista e dominação dos povos indígenas: resistência no sertão dos Maracás (1650-1701)*. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2008. (mimeo).

SILVA. Aldo José Moraes da. *Instituto Histórico e Geográfico da Bahia: origem e estratégia de consolidação institucional 1894-1930*. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2007. (mimeo)

SILVA, Celso José da. *Marchas e Contra-Marchas do Mandonismo Local*. Belo Horizonte: RBEP, 1975.

SILVA, Marina Helena Chaves. *E Eis que Chegam os Alemães! Alteridade e Memória em Maracás*. Dissertação (Mestrado em Memória Social e Documento) – Universidade do Rio de Janeiro e Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia. Jequié, 2001.

TAVARES, Luís Henrique Dias. *História da Bahia*. São Paulo: Editora UNESP: Salvador: EDUFBA, 2001.

UZEDA, Jorge Almeida. *A Morte Viglada: A Cidade do Salvador e a Prática da Medicina Urbana (1889-1930)*. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 1992. (mimeo).

VILAÇA, Marcos Vinicius; ALBUQUERQUE, Roberto C. de. *Coronel, coronéis: apogeu e declínio do coronelismo no Nordeste*. 4ª Ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

Zahidé Machado (org). *O Coronelismo na Bahia*. Cadernos de Pesquisa nº 03. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, 1972.

ZORZO, Francisco Antônio. *Retornando a História da Rede Viária do Brasil: o estudo dos efeitos do desenvolvimento ferroviário na expansão da rede rodoviária da Bahia (1850-1950)*. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2008. (mimeo).

Revista da Universidade Estadual de Feira de Santana, Feira de Santana, nº 22, p. 99-119, 2000. Disponível em:

<http://www.uefs.br/sitientibus/pdf/22/retornando_a_historia_da_rede_viaria.pdf>.

Acesso em: 21 jan.2009.

DOCUMENTOS CONSULTADOS

ARQUIVO DO FÓRUM WASHINGTON TRINDADE

Ação de Força Mora Turbativa,, nº 795, março 45, 191937.

Ação Decendiária, nº 780, março 45, 1927.

Autos crime, nº 780, março 41, 1932.

Cartório de Registro de Móveis e Hipotecas, Títulos e Documentos, Livro B, nº. 02, período 1919 a 1934

Cartório de Registro de Móveis e Hipotecas, Livro de Notas, nº. 41, 1927.

Cartório de Registro de Móveis e Hipotecas, Livro de Notas nº. 29, 1921.

Cartório de Registro de Móveis e Hipotecas, Livro de Notas nº. 40.

Cartório de Registro de Móveis e Hipotecas, Títulos e Documentos, Livro B-01, nº. 181.

Cartório de Registro de Móveis e Hipotecas, Livro de Notas nº. 27, 1919.

Queixa Crime, nº 804, março 46, 1938.

Instrumento de Agravo, nº 4081, março 20, 1939

Inventário de Marcionillo Antônio de Souza, nº910, Março 55, 1943.

Processos Cíveis, nº. 558, 559 e 560, ano de 1929.

Processo Crime nº 597, março 38.

Processo Crime nº 662, março 41.

Processo nº 795, março 45, de 18 de outubro de 1937.

Processo nº 780, março 45 de 7 de maio de 1932.

Processo s/n de 21 de março de 1935.

Processo nº 780, março 45 de 7 de maio de 1932

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA

Judiciário, Inventário de Rita Joana Alves Meira: estante 1, caixa 143, março 235, documento 7.

Judiciário, Inventário de Maria Rita de Novais Ribeiro: Estante 1, caixa 141, março 232, documento 10.

Judiciário, Inventário de Francisca Joaquina Alves Meira: estante 1, caixa 144, março 238, documento 8.

Judiciário, Inventário de José Antônio de Miranda: estante 1, caixa 147, março 243, documento 18

Seção Colonial e Provincial. Maço 963 – Atos do Governo da Província 1835-1848.

Setor Republicano: Relação da Documentação da Secretaria da Agricultura: caixa 2382; março 166; documento.

Setor Republicano: Relação da Documentação da Secretaria da Agricultura: caixa 2382; março 166; documento 522 a 527.

Setor Republicano. Secretaria de Segurança Pública: Correspondência Recebida e expedida: caixa 6450; março 01; período 1890 a 1911.

ARQUIVO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE MARACÁS

Ata do Conselho Municipal de Maracás, período de 1922 a 1929

ARQUIVO DA CÂMARA DE VEREADORES DE MARACÁS

Ata da Fundação do Rádio Sociedade de Maracás, 1926

PERIÓDICOS CONSULTADOS

Jornal A Tarde

Jornal Diário da Bahia

Jornal Diário de Notícias

Jornal Gazeta do Povo

Jornal O Democrata

Jornal O Imparcial

ANEXOS

Croquis

de nobremente para um caminho
de austeridade da Cidade de effa
reses a cidade de Japote'.

Dec 7th 1838
Eugénie Feltre de Quercy
Paris, France
—



O grande bem & maior de todo o universo, esta representado por um fogo em branco, branco (—). O Compuncto queri completamente o sacrificio de si mesmo, que se chama o sacrificio do fogo. St. Augustin, Gerson, St. Thomas e Thomas, em lugares notáveis, e em de muitos, os pontos de vista. Este é o grande bem, o maior de todo o universo. O grande bem, o maior de todo o universo, esta representado por um fogo em branco, branco (—). O Compuncto queri completamente o sacrificio de si mesmo, que se chama o sacrificio do fogo. St. Augustin, Gerson, St. Thomas e Thomas, em lugares notáveis, e em de muitos, os pontos de vista. Este é o grande bem, o maior de todo o universo.

ANEXO 02

Entrevista concedida pelo Sr. Elmo Meira, em fevereiro de 2008.

João: Para onde ia o café produzido em Maracás?

Elmo Meira: ia para Salvador. Aqui tinha os compradores de café

João: O Senhor se lembra quem era?

Elmo Meira: Carlos Marinhello, o próprio Marcionílio Souza, ele comprava o café da região. Ele tinha roça e comprava mais, Geronimo Tranzido, Miguel Tranzido.

João: Eram irmãos?

Elmo Meira: Eram irmãos

João: Italianos?

Elmo Meira: italianos

João: O café saía daqui para Tamburi e depois?

Elmo Meira: Ia em tropa aqui para Tamburi, lá embarcada no trem e ia para São Felix, atravessava a ponte embarcava no navio para Salvador.

João: O Senhor já ouviu falar na borracha maniçoba?

Elmo Meira: Seringueira?

Elmo Meira: Maniçoba?

João: Maniçoba, borracha de Maniçoba. Ela já foi produzida aqui em Maracás, o Senhor chegou a alcançar essa produção?

Elmo Meira: alcancei. O próprio coronel Marcionílio era comprador também de borracha.

João: Como era esse processo de extração da borracha?

Elmo Meira: Essa borracha era o seguinte: havia os pés de borracha, ou aliais, borracha não, os pés de maniçoba. Viu? Aqui na caatinga existia muito, e ele empreitava as pessoas para tirar o leite no seringal, lá aparava esse leite, ia juntando durante a semana, botava no giral pra ir enxugando a borracha, depois havia um processo de enrolar aquele leite num pau e botar no fogo debaixo pra enxugar aquele, aquele, vamos dizer resíduo da borracha, depois disto ela já seca cortava a borracha como se fosse monta de carne, cortava em fatias aí ensacava e vendia.

João: Mandava para Salvador também?

Elmo Meira: mandava pra Salvador

João: O mesmo processo que fazia com o café?

Elmo Meira: é o mesmo processo

João: E a criação de gado?

Elmo Meira: era só comercializado aqui mesmo em Maracás. Existia vários fazendeiros pequenos e grandes e tinha o seu Vadinho criava e vendia o abate por aqui mesmo e negociava um com o outro tal, sempre assim.

João: Como era realizada a viagem daqui para Salvador?

Elmo Meira: era uma dificuldade enorme. (.....) cada elemento que ia a Salvador que naquele tempo não chamava Salvador, chamava Bahia e vamos dizer, aqueles mais ricos sabes, tinha uma tropazinha, tinha seus animais próprio pra fazer esse percurso, era dois dias de viagem daqui pra...

João: Salvador?

Elmo Meira: para Tamburi

João: Tamburi

Elmo Meira: É, tomava o Trem de Tamburi ia para São Felix e São Felix tomava a canoa para atravessar o rio Paraguaçu pra ir para Cachoeira e Cachoeira tomava um navio e ia pra Salvador. Isso era um percurso de vamos dizer assim de uns três a quatro dias, era uma semana quase toda, e pra não voltar imediato eles passava lá as pessoas, meu pai mesmo fez varias viagens dessa passava quase um mês lá em Salvador.

João: qual era a sua relação com Marcionílio Souza?

Elmo Meira: A minha relação?

João: O parentesco, qual era o parentesco?

Elmo Meira: não. O parentesco que eu tenho com ele que minha esposa já falecida era neta dele viu? Neta dele.

João: Quando conheceu Marcionillo?

Elmo Meira: Conhecia, eu era criança ainda, mulecote de dez anos mais ou menos e ele era compadre e amigo de meu pai e eu saia...

João: Seu pai era?

Elmo Meira: Josefino de Souza Meira. Então o coronel Marcionllo era muito amigo dele e ficava lá no cartório, meu pai era escrivão do cível, ficava ali prosando com ele e almoçando, jantando e a casa dele era nessa rua, era só atravessar a rua.

João: A casa dele era essa aqui?

Elmo Meira: essa de Betinho

João: Betinho aqui do lado?

Elmo Meira: onde tem a loja hoje de Daí.

João: Descreva a Maracás de sua juventude. As festas religiosas....

Elmo Meira: Sei, Muito boas e animadas, era vamos dizer (...) a festa da padroeira, quase quinze dias antes o povo tinha aquele entusiasmo de festejar o dia da padroeira em Maracás, e antes, tinha quermesse, tinha leilões, tinha (...) alguns jogos que fazia durante aqueles dias, e no dia da padroeira começava com uma grande alvorada de fogos, missa as dez horas, na época era Paulo Bento, Paulo Bento Rodrigues da Silva, e era festejado com muito rigor, com muito entusiasmo.

João: Maracás tinha dois padroeiros, que era a padroeira Nossa Senhora das Graças e o padroeiro que era São Roque. Qual dessas festas era comemorada com mais entusiasmo?

Elmo: Porque Nossa senhora (...) risos (...) ser mãe de Deus, era com mais entusiasmo. São Roque, mais humildezinho, tal, mas contudo, o povo comemorava também bem.

João: O senhor conheceu a Filarmônica Lira Maracaense?

Elmo: conhecia.

João: conhecia os seus integrantes?

Elmo: Eu tinha três irmãos que eram integrantes. Adevaldo Meira, è (...) Ademário Meira e Aluísio Meira eram integrantes da Lira Maracaense. Agora outros que eu me lembro, Eliodoro, João Moura.

João: Quem era o maestro?

Elmo: O maestro era (...) Passou o nome.

João: Mas, continue apontando o nome dos outro integrantes, João Moura...

Elmo: João Moura, é, é, Vicente Sógliã, Roque Barbosa (...) são os que me lembro.

João: Fale um pouco a respeito do São João de Maracás.

Elmo: O são de antigamente não é o São João de hoje, de rua. Era um São João muito entusiasmado, mas era só nas casas. Você era meu compadre: - oh compadre vai lá tomar um licorzinho, chupar uma laranjinha, um pedacinho de carne de leitoa, você na mesma hora vinha na casa de outro e um vinha revezando na casa de outro. Era muito entusiasmado.

João: Os sanfoneiros iam juntos, para animar estes encontros?

Elmo: Alguns iam. Tinham as fogueiras no meio da rua, cada qual queria apresentar a sua fogueira mais elegante, mais bonita, né? Tinha os ramos, enfeitavam os ramos, colocavam laranja, cana, leitoa e uma porção de coisas né? Como brinde e queimava a noite para ver quem tirava o lenço daquele ramo, aí o povo entusiasmado, caía o ramo era aquela zoada.

João: E seus estudos?

Elmo: Estudei o primário com Carmélia Mariniello e Adalgisa Andrade.

João: Essas professoras que o senhor citou faziam parte da Escola Pública do Sexo Masculino ou da Escola Pública do Sexo Feminino?

Elmo: Não, a que eu estudei era mista. Não tinha prédios, a escola da professora Adalgisa Andrade, era ali na casa de Mafalda (...), a casa dela ela morava lá, tinha um salão grande, e de Carmélia Mariniello é aquele sobradinho que Irisvaldo Portela mora, daí eu fui estudar em Jaquaguara e sair por aí a fora e voltando sempre por aqui.

João: Vamos tentar fazer um mapa da Maracás de sua infância?

Elmo: Existia a rua do Cuscuz e a rua da Palha que hoje se subdividiu-se em várias outras que eu não me recordo mais o nome. Chamava Rua da Palha porque só existiam casinhas humildes, e era tudo casas de palha.

João: Ficava onde hoje é?

Elmo: Acima da rua Amadeu Sógliã, Atrás da Igreja Matriz.

João: A Praça da Matriz, onde foi construída a Igreja nova?

Elmo: Inaugurou em 1952, a torre foi construída por uma comissão de pessoas e isso levou mais de dez anos angariando dinheiro para a construção da torre, féis a torre mas o corpo da igreja não teve condição de construir. Na chegada dos alemães aqui em 1942,tinha diversas pessoas, arquitetos,engenheiros e para eles não ficar parados se prontificaram a construir sem ônus nenhum (...) então tinha um padre Flamarion que se entusiasmou e aproveitou a oportunidade e fez o corpo da Igreja e a Igrejinha velha ela ficou dentro para não ser demolida, porque essa construção ninguém sabia em que tempo terminava, ficou a igreja, a capelinha dentro da Igreja Nova, ai quando terminou de construir, demoliu a Igreja Velha.

João: E as festas que não eram festas de São João ou festas(...) digamos assim: uma pessoa para se divertir num final de semana aqui em Maracás nesse período o que fazia?

Elmo: As festas, vamos dizer, os bales. Se chamava de bales particular, vamos dizer, eu tinha três filhos ou quatro filhas, para não ir pra clube que não existia clube naquela época, eu fazia a festa na minha casa e convidava as outras moças e dançava ali ate uma certa parte da noite.

João: Sobre a observação dos pais...

Elmo: Fiscalização dos pais e tocava a musica ou jazze era a vitrola daquela de corda.

João: Para os homens da época toda cidade do interior agente identifica isso eu não sei se Maracás acontecia também os chamados cabarés, o brega..

Elmo: Acontecia. Existia muitos aqui em Maracás. A rua do Capim era uma rua muito movimentada tinha lojas boas armazéns de compras, e tinha o mulheril era lá. Tinha aquela dona que tomava conta da casa.

João: o Senhor se lembra o nome de alguma dessas?

Elmo: É vamos dizer assim(..) Mariquinha Paiva era uma das donas. Tinha uma casa ali ela tinha tantas mulheres e tinha os homens freqüentava.

João: Certo, essa rua do Capim Hoje ela é?

Elmo: Ela é conselheiro Luiz Viana. Ela vem de (...). Tu sabe ali onde é(...) aquele Marceneiro que tem lá, António (...) Eu mim esqueci o nome dele.

João: Essa rua é a que chama Rua de Jequié, não?

Elmo:Não, a rua Jequié o nome dela é Luiz Viana, e tinha o Conselheiro Luiz Viana, quer dizer duas ruas, uma Conselheiro Luiz Viana e outra Luiz Viana. É, e adiante encontrava com a rua do Barranco.

ANEXO 03

Parte da entrevista concedida pelo Sr. Manoel Bezerra ao Prof. Carlos Tadeu Botelho, Iguai-Ba, 5 e 6 de novembro de 1993.

M. Bezerra: Quando Juracy Veio do Ceará para a Bahia, a Revolução chamou Juracy, Juracy foi na volante de Pernambuco escolher, trouxe muitos pernambucanos pra aqui, foi justamente quando vim com ele pra Bahia em 1930,

Botelho: Você trabalhou pra ele até quando?

M. Bezerra: Pra Juracy aqui?

Botelho: sim

M. Bezerra: Trabalhei oito anos, eu vir em trinta e sair em trinta e oito.

Botelho: saiu da Volante?

M. Bezerra: Foi sair da volante.

Botelho: e deu muito trabalho para desarmar os contra-revolucionários aqui da Bahia?

M. Bezerra: Não, não teve nenhum que revoltasse, pegaram... esse, em Maracás o Coronel Marcionillo veio no meu comando mais um oficial de Pernambuco né, nos apanhamos ele em Maracás trouxemos para Rio Novo, chama Ipiou hoje né?

Botelho: Pegaram na fazenda mesmo, ele se rendeu?

M. Bezerra: Pegamos na Cidade, foi em Maracás ele morava dentro da cidade.

Botelho: nenhum deles lutou né?

M. Bezerra: Nenhum, nenhum, nenhum. Tudo aqueles eram covardes, só tinha aqueles nomes de bandido, mas mandar fazer miséria né? Marcionillo nos apanhamos na fazenda trouxemos para Rio Novo, Camamu. Rio Novo Morava Antoninho, era um filho dele, e Felix²⁹³, dois comerciantes, os dois filhos, esses eram homens direitos, moravam na cidade, negociavam, tinham casa de negócio, e Traquilino, que era o pior filho, de Gruta Baiana.

Botelho: Tranquilino?

M. Bezerra: Traquilino é, era o pior bandido, filho de Marcionillo, era Tranquilino. Aí nós chegamos aí o irmão falou mesmo, Tranquilino em Gruta Baiana tem trinta homens em arma, disse: ele não se entrega, morre mas não se entrega. Eu disse nós não queremos matar ele nós queremos prender, e nós temos a ordem de

²⁹³ Felix ou César, conferir.

Getúlio de prender esses homens e não matar ninguém. Mas nós tinha ordem de matar, fuzilar né? o que reagisse morrer certo.

Botelho: Mas não foi necessário né?

M. Bezerra: Em?

Botelho: Mas não foi necessário né?

M. Bezerra: Não, não foi preciso, nos fizemos uma carta e mandamos um portador levar a Traquilino na gruta baiana, a carta dizendo o seguinte: com as iniciais do pai Marcionillo, Marcionillo o velho.

Botelho vocês obrigaram o Marcionillo a escrever a carta para o filho?

M. Bezerra: Não, ele fez realmente, ele estava preso, nos trouxemos ele de Maracás para Rio Novo, pegamos na casa do Felix, o irmão dele, oh, o filho dele e Antoninho, eram dois comerciantes né? cheguemos com ele preso, então dissemos agora: Tranquilino na Gruta Baiana, qual é a opção de Tranquilino lá, o Antoninho mais o Felix não negara, eles eram comerciantes, também com medo de ser preso, diz ele que tem trinta homem em arma. Disse: como nós faz para fazer um convite, para esse homem vir aqui agora a noite, ter um entendimento aqui com a volante. Aí vamos fazer uma carta com as iniciais do velho, o velho mandando fazer um convite para ele vir aqui para ter um entendimento perante a Revolução de 30.

Botelho: E vocês estavam com quantos homens?

M. Bezerra: Em?

Botelho: Vocês estavam com, mais ou menos, quantos homens?

M. Bezerra: Nesse tempo, estava com trinta e dois anos de idade já.

Botelho: Não, com quantos homens?

M. Bezerra: Ah, com quantos homens?

Botelho: A volante/

M. Bezerra: A volante, nós tinha 18 homens somente.

Botelho: oi?

M. Bezerra: 18 homens na volante.

Botelho: quer dizer não mandaram um tropa grande pra...

M. Bezerra: Não, Não, mandaram não. Então nos mandemos uma carta, e eu mandei a polícia, os soldados dois ali deitado, no meio da rua compreendeu, tudo fora da porta, deixe o homem entrar e quando ele recebeu a carta na fazenda disse: meu pai ta na casa de meu... a Revolução vem aí pra danar, mas eu não, eu não, não me entrego, vou lá ter um entendimento com o meu pai, arranjou dois camarada

e veio, que quando ele chegou 12 horas da noite, e chegou na porta da casa do, dos irmãos, e o velho já tava aí dentro de casa preso, debaixo de ordem, dois soldados com ele ali, na guarda. Quando ele chegou na porta, os soldados levantaram tudo, tava no meio da rua e fecharam, risos... Daí seu Tranquilino, mas é esse que agente quer, venha Tranquilino, marremo o bicho viu, marramo o bicho, aí no outro dia eu fui ataquei a fazenda, na dele, mas não encontrei mais ninguém, tinha um cara chamado Antônio Viriato, era o chefe dos bandidos dele que tomava conta da turma, era uma fera de homem, Antônio Viriato, fugiu com os cabras deixando os armamentos tudo viu, deixando o armamento, levemo para a Bahia preso, Tranquilino e o velho Marcionillo, o velho assinou um termo de patriota, em tempo de vida voltou e morreu em Maracás e morreu apaixonado, no [inaudível], uns sessenta dias vivo, fumava uma dúzia de charuto por dia, trazia a comida para ele metia o pé na marmita e jogava pra lá, - não quero comer essa miséria mais nada. Fumava um charutão, com sessenta dias morreu seco que nem uma cobra, bicho brabo né? tinha uma natureza desgraçada o Tranquilino.

Botelho: o Marcionillo, dizem né, que no fundo da fazenda dele tinha um despenhadeiro assim que ele jogava os corpos, de quem ele mandava matar, ficou os esqueletos lá.

M. Bezerra: Nós tinha a denúncia de quando um viajante em Maracás ia passando com uma cavaia ou uma boiada ele mandava prender, passou aqui de manhã vai preso só viaja no outro dia, que era pros camaradas ficar ali na cidade pra dar renda a cidade, era um bandido né, um bandido, [inaudível] passou aqui tem que prender só viaja aqui no outro dia, aí agora pra aquele viajante, pra aquele boiadeiro botar aquela boiada no mangueiro para deixar a renda pra ele e fazer gasto ali na cidade, era um bandido miserável, o Marcionillo véi, Marcionillo.

Botelho: em que ano mais ou menos, foi logo em trinta que vocês vieram?

M. Bezerra: foi em trinta.

Botelho: Esse serviço levou uns dois anos, três anos até....

M. Bezerra: foi organizado com três anos, mas nós levemos uns oito anos, em sentido, em sentido né? onde surgia um bandido, nesses oito anos, nós ia buscar.

ANEXO 04

ABC, sobre Marcionílio Antônio Souza recitado pelo senhor Manoel Rocha no dia 17 de janeiro de 2008, e complementado por seu irmão Joaquim Rocha no dia 18 de janeiro de 2008.

A

Adeus meu sertão dourado,
Adeus tudo que me ama,
Já gozei muitas delícias,
Já deitei em boas camas,
Cel. Marcionílio quase que me tira a fama.

B

Bem eu te disse José Antônio,
Você é um pouco nervoso
Que fizesse a mão ligeira
Que não tinha pouco gozo
O cel. Marcionílio é um homem caprichoso.

C

Cassiano do Areão
Era quem mais me perseguia
Mas, fui bem reconhecido no Estado da Bahia
Em todos os termos e comarcas
Eu gozava simpatia

D

Descendo pra Jequié
Levando recomendação
De seu Néco e seus amigos
A quem eu achasse proteção
Fui visitado por Missias trazendo o meu requeijão

E

Estando em Jequié
Guenas, Timóteo e Missias
Pedindo um particular
Às doze horas do dia
Que eu matasse Manoel Grande
E não reparasse a quantia.

F

Fechamos nosso contrato
Já considerado ganhado
Quando foi no outro dia
Silveira foi delegado
Eu tinha matado um jagunço
Logo fui pronunciado

G

Timótio e Missias me chamava meu irmão
Que o Governo era seu amigo
Proveitasse a ocasião
Que eu matasse Gabriel Grande
Que tinha onze contos na mão.

H

Há seis anos eu sou um jagunço
Só passando muito bem
Matando e desonrando
Sem temer a ninguém
Quanto mais mal eu fazia
Mais o povo me queria bem

P

Pelejei e não venci

Mas adejuro pelear
Ranchinho de palha de Contendas
Nos não podemos quebrar
Cel. Marcionílio nos devemos respeitar.